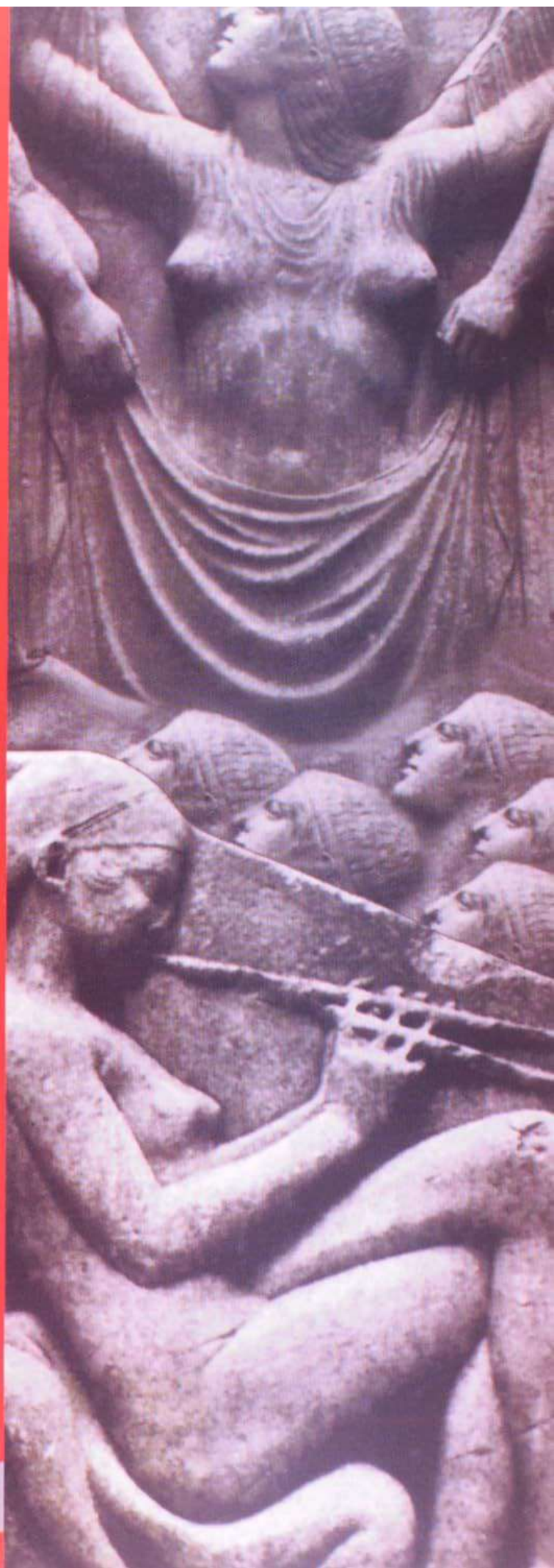


# ANTIGÜIDADE CLÁSSICA

a história e a cultura  
a partir dos documentos

PEDRO PAULO A. FUNARI



Pedro Paulo A. Funari

ANTIGÜIDADE CLÁSSICA  
A HISTÓRIA E A CULTURA A PARTIR DOS DOCUMENTOS

EDITORAL UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

F962c Funari, Pedro Paulo Abreu  
Antigüidade Clássica: a História e a cultura a partir  
dos documentos / Pedro Paulo A. Funari. – 2ª ed. –  
Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

1. Grécia – Cultura popular – História. 2. Roma –  
Cultura popular – História. I. Título.

ISBN 85-268-0634-3

CDD - 301.2

Índices para catálogo sistemático:

- |                                        |       |
|----------------------------------------|-------|
| 1. Grécia – Cultura popular – História | 301.2 |
| 2. Roma – Cultura popular – História   | 301.2 |

Copyright © 2003 by Editora da UNICAMP

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em  
sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou  
outros quaisquer sem autorização prévia do editor.



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias



## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                           |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO .....                                                                                                                                                          | 11 |
| 1 — DOCUMENTOS: ANÁLISE TRADICIONAL E HERMENÊUTICA CONTEMPORÂNEA .....                                                                                                    | 13 |
| Introdução .....                                                                                                                                                          | 13 |
| A análise tradicional do documento .....                                                                                                                                  | 14 |
| O passado e o presente: a História e a hermenêutica contemporânea .....                                                                                                   | 15 |
| Atividades encaminhadas .....                                                                                                                                             | 21 |
| Atividades propostas .....                                                                                                                                                | 23 |
| 2 — ANÁLISE DOCUMENTAL E ANTIGUIDADE CLÁSSICA .....                                                                                                                       | 25 |
| Os documentos e sua seleção .....                                                                                                                                         | 25 |
| Análise documental e sua diversidade .....                                                                                                                                | 26 |
| Especificidades do estudo da Antiguidade Clássica .....                                                                                                                   | 29 |
| Periodizações tradicionais da história, literatura e cultura clássicas .....                                                                                              | 31 |
| Atividades encaminhadas .....                                                                                                                                             | 32 |
| Atividades propostas .....                                                                                                                                                | 34 |
| 3 — MEMÓRIAS .....                                                                                                                                                        | 37 |
| Arriano, A Batalha de Íssus, 2, 10-11 (333 a.C.) .....                                                                                                                    | 37 |
| Mármore de Paros (264 a.C.), Batalha de Íssus .....                                                                                                                       | 38 |
| Salústio, A Guerra de Jugurta, capítulo 4 .....                                                                                                                           | 40 |
| Decreto da Segunda Liga Marítima Ateniense (378-7 a.C.), <i>Sylloge Inscriptionum</i><br><i>Graecarum</i> 147a, “Aliança política” .....                                  | 42 |
| Plutarco, <i>Moralia</i> , 11, 857,12-13, “Sobre a malícia de Heródoto” .....                                                                                             | 43 |
| Varrão, <i>Sobre a língua latina</i> , 5,80-2, “Sobre os nomes dos magistrados” .....                                                                                     | 44 |
| Inscrição comemorativa de Lúcio Fábio Cilo, <i>Corpus Inscriptionum Latinarum</i> VI,<br>1408 ( <i>Inscriptiones Latinae Selectae</i> 1141), “Uma carreira militar” ..... | 44 |
| Atividades encaminhadas .....                                                                                                                                             | 45 |
| Atividades propostas .....                                                                                                                                                | 47 |



|                                                                                                                                                                               |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 4 — PRÁTICAS .....                                                                                                                                                            | 49 |
| Três documentos epigráficos provenientes de <i>Aquae Sulis</i> , Bath, Inglaterra .....                                                                                       | 51 |
| Apologia de Sólon pelo próprio, citado por Aristóteles, <i>Constituição de Atenas</i> , 12,4 .....                                                                            | 54 |
| Plutarco, <i>Diálogo sobre os oráculos da Pítia</i> , 24, “Como a prosa substituiu,<br>aos poucos, a poesia, em particular nos oráculos” .....                                | 55 |
| Arriano (século II d.C.), <i>Manual (Encheiridion)</i> , 32, coleção de aforismos<br>de Epiteto (século I d.C.) .....                                                         | 56 |
| Lei de Gortina (ca. 480-460 a.C.), Creta, “Estruturas sociais e familiares” .....                                                                                             | 56 |
| Isaios, <i>A sucessão de Pirro</i> (ca. 360-350 a.C.), “Estruturas familiares áticas” .....                                                                                   | 57 |
| Plínio, o velho, <i>História natural</i> , 38, 20-22, “Remédios da mulher” .....                                                                                              | 57 |
| Catão, <i>Sobre as coisas do campo</i> , 5, “Os deveres do capataz” .....                                                                                                     | 58 |
| Atividades encaminhadas .....                                                                                                                                                 | 59 |
| Atividades propostas .....                                                                                                                                                    | 60 |
| 5 — SENTIMENTOS .....                                                                                                                                                         | 63 |
| Plutarco, <i>Moralia</i> , 5, 680C, Questão 7, “Sobre aqueles que se diz<br>jogarem o mau-olhado” .....                                                                       | 66 |
| Píndaro, (Pyth.8,73; Olymp.12,6; Pyth.2,49;3,59;8,88), “Sobre a sabedoria” .....                                                                                              | 67 |
| Decreto dos sacerdotes egípcios homenageando Ptolomeu III Evergeta e sua família,<br>Decreto de Canope, (239-8 a.C.), OGIS, 56, “O poder helenístico e a religiosidade” ..... | 68 |
| Apuleio, <i>O asno de ouro</i> , 2, 16-17, “Romance com uma escrava” .....                                                                                                    | 69 |
| Sêneca, <i>Cartas a Lucílio</i> , 1,7, 3-4, “Sensações de um espetáculo” .....                                                                                                | 70 |
| Sêneca, <i>Sobre a brevidade da vida</i> , 16,1-5, “Sobre a vida” .....                                                                                                       | 70 |
| Atividades encaminhadas .....                                                                                                                                                 | 71 |
| Atividades propostas .....                                                                                                                                                    | 72 |
| 6 — REFLEXÕES .....                                                                                                                                                           | 75 |
| Aristóteles, <i>Retórica</i> , I, 1354a .....                                                                                                                                 | 75 |
| Aulo Gêlio, <i>Noites áticas</i> , 10, 23 (século II d.C.) .....                                                                                                              | 77 |
| Platão, <i>Timeo</i> , 47 a-e, “A função da visão e da audição” .....                                                                                                         | 79 |
| Isócrates, <i>Sobre a troca (Peri antidóseos)</i> , 266-271, “Uma definição<br>da Filosofia” (354 a.C.) .....                                                                 | 79 |
| Cícero, <i>Sobre a natureza dos deuses</i> , 1,1, “Reflexões sobre os deuses” .....                                                                                           | 80 |

|                                                                                                                                                   |         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Vitrúvio, <i>Sobre a Arquitetura</i> , 2,1, "A origem da construção" .....                                                                        | 81      |
| Atividades encaminhadas .....                                                                                                                     | 81      |
| Atividades propostas .....                                                                                                                        | 83      |
| <br>7 — EXPRESSÕES .....                                                                                                                          | <br>85  |
| Lei Ateniense contra a Tirania, 337-6 a.C. Estela de mármore, com um<br>relevo representando a Democracia ao coroar o Povo de Atenas .....        | 90      |
| <i>Inscriptiones Graecae</i> , II, 1100, "Lei de Adriano sobre o azeite ático" .....                                                              | 90      |
| Carta de Plínio, o moço, ao imperador Trajano, de 112 d.C. (Cartas 10,96),<br>"Processo contra cristãos" .....                                    | 91      |
| Resposta do imperador Trajano a Plínio (Cartas 10,97) .....                                                                                       | 92      |
| Texto atribuído a Plutarco, <i>Sobre a monarquia, democracia e oligarquia</i> , 2-4,<br>"Sobre o governo" .....                                   | 92      |
| Atividades encaminhadas .....                                                                                                                     | 93      |
| Atividades propostas .....                                                                                                                        | 94      |
| <br>8 — PODERES .....                                                                                                                             | <br>97  |
| Fragmentos poéticos de Safo .....                                                                                                                 | 97      |
| Institutas, 1, Trechos sobre o pátrio poder (cerca de 161 d.C.) .....                                                                             | 99      |
| Lísias, <i>Discursos</i> , 2, 17-19, oração fúnebre (ca. 390 a.C.), "Sobre a lei" .....                                                           | 101     |
| Xenofonte, <i>A constituição Lacedemônica</i> , 6-7 .....                                                                                         | 102     |
| Quintiliano, <i>Sobre a instituição oratória</i> , 5,4;7, "Alguns modos de testemunhar" .....                                                     | 102     |
| Filo, <i>Sobre a criação</i> , 26, 7-8, "A criação" .....                                                                                         | 103     |
| Atividades encaminhadas .....                                                                                                                     | 104     |
| Atividades propostas .....                                                                                                                        | 105     |
| <br>9 — ESPAÇOS .....                                                                                                                             | <br>107 |
| Contrato de matrimônio, Papiro egípcio de 311 a.C. ....                                                                                           | 107     |
| Dois grafites pompeianos .....                                                                                                                    | 108     |
| Xenofonte, <i>Econômico</i> , IV,1-3;VI,5-11, "Hierarquia das atividades" .....                                                                   | 111     |
| Demóstenes, <i>Discurso contra Áfobos</i> (363 a.C.)I, 4;9-11;18-22, "O Patrimônio de um<br>ateniense abastado do início do século IV a.C." ..... | 112     |
| Estrabão, <i>Geografia</i> , 17,1, 6-7, "Alexandria" .....                                                                                        | 113     |

|                                                                                                                          |         |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Plotino, <i>Eneade</i> , 1,6,1, "Sobre o Belo" .....                                                                     | 114     |
| Vitrúvio, <i>Sobre a Arquitetura</i> , 6,5, "Os diferentes tipos de edifícios e as classes sociais" .....                | 115     |
| Petrônio, <i>Satiricon</i> , 29, "A entrada de uma casa confortável" .....                                               | 115     |
| Atividades encaminhadas .....                                                                                            | 116     |
| Atividades propostas .....                                                                                               | 118     |
| <br>10 — EXPERIMENTOS .....                                                                                              | <br>121 |
| Poema "O Ovo", atribuído a Símias de Rhodes (ca. 300 a.C.) .....                                                         | 121     |
| Catulo, Poema 84 .....                                                                                                   | 124     |
| Luciano de Samosata, <i>A dupla acusação</i> , capítulo 1 .....                                                          | 127     |
| Carta de Alexandre aos habitantes de Quíos, RIG 33, "A nova realidade citadina" .....                                    | 128     |
| Papiro Egípcio (259-8 a.C.), trechos entre col.47 e col.52, "Aspectos comerciais<br>do monopólio de óleo no Egito" ..... | 128     |
| Epigramas, <i>Antologia Palatina</i> , 14, "Diversos enigmas" .....                                                      | 129     |
| Marcial, <i>Epigramas</i> .....                                                                                          | 130     |
| Suetônio, <i>A vida dos doze Césares</i> , Vida de Júlio César, 40-43, "Reformas" .....                                  | 131     |
| Atividades encaminhadas .....                                                                                            | 132     |
| Atividades propostas .....                                                                                               | 134     |
| <br>ABREVIATURAS USUAIS E EXPRESSÕES CONSAGRADAS .....                                                                   | <br>135 |
| <br>AUTORES GREGOS .....                                                                                                 | <br>137 |
| <br>AUTORES LATINOS .....                                                                                                | <br>139 |
| <br>DOCUMENTAÇÃO ARQUEOLÓGICA .....                                                                                      | <br>141 |
| <br>INSCRIÇÕES E PAPIROS GREGOS .....                                                                                    | <br>143 |
| <br>INSCRIÇÕES LATINAS .....                                                                                             | <br>145 |
| <br>AUTORES MODERNOS CITADOS .....                                                                                       | <br>147 |

## INTRODUÇÃO

Este livro destina-se a alunos de graduação dos cursos superiores de ciências humanas, podendo ser utilizado, também, por professores de primeiro e segundo graus e pelo público em geral. Esta coletânea de documentos sobre a Antiguidade Clássica responde a uma demanda, há muito sentida em nosso meio, de um livro que apresentasse um conjunto significativo de fontes antigas, não apenas escritas como materiais e artísticas. Os documentos escritos foram, em geral, traduzidos das línguas originais; em alguns casos específicos, utilizaram-se versões já existentes em português, em particular as transcrições poéticas. Procurou-se diversificar, ao máximo, as categorias documentais e os temas abrangidos, visando introduzir o leitor à grande variedade de abordagens do mundo antigo.

O livro inicia-se com dois capítulos sobre a análise documental, seus fundamentos e características. Os outros capítulos recolhem documentos, divididos por eixos temáticos, e comentados de maneira mais ou menos aprofundada. Os restantes são seguidos, ao final de cada capítulo, por atividades resolvidas e a resolver. Estas apresentam níveis de complexidade variável, permitindo ao leitor familiarizar-se com as múltiplas questões relativas aos documentos antigos. Um pequeno vocabulário de expressões clássicas mais usuais encontra-se, a seguir, de maneira a fornecer um pequeno manancial de termos correntes nos estudos clássicos. Ao final, as obras citadas no decorrer do livro encontram-se listadas em ordem alfabética.

Esta obra não teria sido possível sem a colaboração de colegas e de alunos. Estes últimos leram diversos capítulos e forneceram importantes sugestões que, na medida do possível, foram incorporadas na versão definitiva. Dentre os colegas, caberia destacar as inúmeras contribuições de Martin Bernal, Robin Birley, Maria Beatriz Borba Florenzano, Norberto Luiz Guarinello, Tony Hackens, João Angelo Oliva Neto, Charles E. Orser Jr., João Quartim de Moraes, José Remesal, Emilio Rodríguez-Almeida, Roger Tomlin, Bruce G. Trigger e Ellen Meiksins Wood. Embora as idéias expostas sejam de exclusiva responsabilidade do autor, as críticas, comentários e sugestões foram extremamente úteis, seja na diversificação de documentos e interpretações, seja para alertar-me de imprecisões e ambigüidades a serem evitadas. Diversos apoios institucionais devem ser, ainda, mencionados. Assim, diversos documentos só foram acessíveis em instituições estrangeiras, em particular, no *Institute of Classical Studies* (Londres) e na Universidade de Barcelona. A estada em solo europeu para efetuar tais consultas foi financiada, em

---

Nota: Os autores antigos são citados à maneira usual nos estudos clássicos: nome do autor; nome da obra, abreviada de forma convencional; livro, capítulo e versículos citados, no caso de prosa; verso citado, no caso de poesia. Assim, Varrão, RR, 1,1,1 indica a obra "De Re Rustica" (Sobre a Agricultura), livro primeiro, capítulo primeiro, versículo primeiro.

momentos diferentes, pela FAPESP, CNPq, CAPES e *British Council*. Todo este esforço não se concretizaria, contudo, sem a iniciativa, por parte da Editora da UNICAMP e de sua Pró-Reitoria de Graduação de propor a criação de uma coleção de livros-texto destinados aos estudantes universitários brasileiros. Por fim, este livro foi lido por meu pai, João Funari Neto, e os comentários e apoio da minha esposa, Raquel, foram valiosos e indispensáveis para sua concretização.

## DOCUMENTOS:

## ANÁLISE TRADICIONAL E HERMENÊUTICA CONTEMPORÂNEA

## Introdução

O filósofo inglês Bertrand Russel (1957:9), ao escrever um livro sobre *O entendimento da História*, lembrava seus leitores que “nas universidades os historiadores profissionais dão aulas de dois tipos: cursos gerais, que são lembrados apenas o bastante para assegurar a obtenção dos créditos, e cursos tópicos específicos para aqueles que se dedicarão, por todas as suas vidas, ao ensino da História, àqueles que, por sua vez, ensinarão História a outros tantos... O meu objeto, neste trabalho, é a História como um prazer, como um meio agradável e útil de usar o tempo livre”. A preocupação com a fruição da História não deve, efetivamente, ser subestimada pois, um dos fundamentos da atividade intelectual consiste no prazer derivado do conhecimento. Este livro, à semelhança daquele de Bertrand Russel, busca levar o leitor à *fruição* da Antiguidade Clássica por meio da apresentação e análise de documentos. O público a que se destina esta obra não se restringe aos graduandos em História, mas engloba professores universitários e alunos de História, Letras, Ciências Sociais, Filosofia, Política, Arqueologia, assim como professores de primeiro e segundo grau e todos os interessados em geral. Henri Irénée Marrou (1965:1538) ressaltava que “seria necessário, também, escrever livros de boa vulgarização, verídicos mas que estejam ao alcance do homem comum, para alimentar a cultura geral sob a forma mais ampla”.

Pretende-se, portanto, que o público deste livro seja bastante amplo e heterogêneo. Isso significa que os níveis de análise e interpretação dos documentos selecionados deverão, necessariamente, adequar-se aos diferentes leitores. Este livro, como um instrumento de trabalho, também, para professores de letras clássicas, não pode dispensar a apresentação, a título de exemplo, de textos no original latino ou grego, seguidos de comentários de caráter filológico, assim como não pode deixar de apresentar textos traduzidos ao vernáculo, para uso da maioria de leitores que não domina aquelas línguas. Não se espera que todos os leitores acompanhem todos os comentários, nem que as ênfases históricas, arqueológicas e filológicas, entre outras, das análises específicas sejam reproduzíveis por todos os leitores. Não seria natural supor que pessoas, com interesses e conhecimentos diversos, fossem capazes, ou estivessem interessadas em estudar os documentos da mesma forma que os diferentes especialistas: ainda menos se deve exigir do leitor atraído, principalmente, pelo deleite da leitura dos textos! No entanto, os textos aqui selecionados podem ser lidos, com facilidade, por todos e os comentários, embora de profundidade variada, permitem aos leitores de campos e interesses vizinhos observar como trabalham os diferentes especialistas.



Esta introdução visa apresentar algumas das principais questões subjacentes aos documentos, sua análise e as premissas que regeram a seleção de temas abordados.

## A análise tradicional do documento

O documento foi definido tradicionalmente como um texto escrito à disposição do historiador. Fustel de Coulanges (1888:29;33) afirmava que “a habilidade do historiador consiste em retirar dos documentos o que contém e nada acrescentar... A leitura dos documentos de nada serviria se fosse feita com idéias preconcebidas”. A partir deste pressuposto, dois procedimentos básicos deveriam ser adotados, denominados, convencionalmente, de crítica externa e crítica interna. A busca da *veracidade* do relato, implícita nesta abordagem, deveria ser levada a cabo, em primeiro lugar, por um estudo dos aspectos externos do documento. A materialidade do texto deveria ser questionada e posta à prova: haveria incompatibilidade entre a data escrita no texto e sua composição física? Por exemplo, um texto datilografado não pode ser anterior à invenção da máquina de escrever, nem o uso da imprensa pode preceder Gutemberg. Caso um texto datilografado apresente uma assinatura de Júlio César (primeiro século a.C.) pode concluir-se, pela crítica externa, material, do documento que este é *falso*.

Um texto escrito apresenta, também, uma série de informações que podem ajudar a caracterizar o documento como verdadeiro ou falso. A crítica interna visa verificar se há motivos para duvidar da sua autenticidade devido a informações inverossímeis. Um tipo de inverossimilhança muito comum é o anacronismo. Se um documento afirma que dom Pedro I, quando subia a Serra do Mar para proclamar a Independência do Brasil, utilizou-se da Via Anchieta, pode constatar-se que o documento é *falso*, pois não havia, em 1822, essa rodovia. É provável que ambos os casos apresentados para ilustrar as críticas externa e interna pareçam por demais óbvios e improváveis e realmente o são. Na prática, apenas um conhecimento aprofundado das condições materiais e históricas de inserção do documento permite levar a cabo as críticas externa e interna.

Também o estudo das fontes disponíveis para o autor antigo e seu acesso a elas (*Quellenforschung*) apresenta-se como um trabalho árduo. Às vezes, a referência textual a uma fonte é explícita, como o faz Aristóteles em sua *Constituição de Atenas*:

“Os membros da comissão escreveram e deram a público o seguinte: a *boulé* (senado) consistirá de membros de mais de trinta anos de idade, tendo exercido um cargo anual e sem receber remuneração; dentre estes, os generais, os nove arcontes, os secretários sagrados, os comandantes, os cavaleiros, os chefes das tribos, os oficiais da guarda, os magistrados tesoureiros dos bens sacros da Deusa Atena, os dez tesoureiros dos outros deuses...” (Aristóteles, *Athenaion Politeia*, 30, 1-2).

Nem sempre há uma citação clara e direta de documentos. De qualquer forma, no entanto, esta hermenêutica, surgida como uma reação à falsificação de

documentos levada a cabo, amplamente, durante a Idade Média (Lozano 1987:69) partia da noção de que seria possível “mostrar as coisas tal como, realmente, aconteceram” (*wie es eigentlich gewesen*), nas palavras de Leopold von Ranke (1824: VII; cf. Marrou 1966:43; Marwick 1976:34-40). Pode mesmo afirmar-se que este positivismo fundou a moderna ciência histórica.

Não é à toa que outro grande propugnador da crítica documental tenha sido Barthold Georg Niebuhr (1811), estudioso da Antiguidade Clássica, pois a *erudição filológica* constituiu um pilar indispensável para a análise textual. De fato, apenas o conhecimento aprofundado da linguagem utilizada nos documentos permite a execução de uma sólida crítica interna. Hoje não é difícil saber que o uso da palavra *avião* por Pedro Álvares Cabral não seria possível e, portanto, que um documento que a colocasse em sua boca deveria ser *posterior* a Cabral, o mesmo não se passa com documentos mais antigos. Apenas uma grande erudição, um domínio exaustivo das línguas grega e latina, permite julgar se termos específicos deveriam ser considerados verdadeiros ou espúrios. O uso de termos anacrônicos permite questionar a veracidade das afirmações de um documento. Assim, Cássio Dio, escrevendo no século terceiro da era cristã, relata os acontecimentos do final da república romana (44 a.C.) *a partir de conceitos da sua própria época*:

“Os assassinos de César declararam-se, ao mesmo tempo, como responsáveis pela sua eliminação e como libertadores do povo: na verdade, entretanto, fizeram uma conjuração impiedosa e lançaram a cidade na desordem quando se iniciava a ter um governo estável. A Democracia, de fato, parece ter um nome justo e, por meio da isonomia, parece trazer a todos direitos iguais: suas conseqüências, entretanto, não condizem com seu nome. A Monarquia, por sua parte, soa mal, mas garante, de maneira prática, a melhor administração. Afinal, é mais fácil encontrar um único homem excelente do que muitos” (Dio, *Historia*, 44,2).

A monarquia tratada por Cássio Dio refere-se ao governo imperial de inícios do século terceiro, sob a dinastia dos Severos, época em que o próprio Dio serviu como cônsul (229 d.C.). O imperador, chamado, então, de *dominus* (senhor), era, efetivamente, um monarca. No entanto, o uso desses termos e conceitos para tratar do assassinato de Júlio César não reflete nem a terminologia nem as posições políticas em jogo no período da narrativa. Logo, o texto de Dio Cássio reflete mais sua própria época do que a do início do principado.

A moderna ciência histórica, baseada na crítica factual do documento escrito, surgiu, justamente, como resultado da ação de classicistas e estabeleceu os termos da análise textual tradicional.

## O passado e o presente: a História e a hermenêutica contemporânea

A História continua sendo o conhecimento por meio dos documentos (Carrard 1986:49) mas redefiniram-se os conceitos de História e de documento.

Laurent Stern (1990:562) recorda a distinção entre “os eventos que ocorreram (*res gestae*) e nosso relato a seu respeito (*historia rerum gestarum*). De acordo com a boa intuição, os eventos passados não podem mudar, *mas nossa compreensão destes eventos muda*” (grifo acrescentado). De fato, não se deve confundir *passado* e *relato do passado*, acontecimentos objetivos intangíveis e a narrativa histórica. O pensador francês Raymond Aron (s/d:11) ressaltava que “a mesma palavra refere-se à realidade histórica e ao conhecimento dela derivado. História designa, a um só tempo, o passado e a ciência que os homens esforçam-se em elaborar a partir desse passado”. Nas línguas modernas apenas o alemão conserva uma diferença clara entre História objetiva, o Passado, que passou e não volta mais (*die Geschichte, einmaliges Geschehen*) e a História como narrativa, criação sempre no e do presente (*die Historie*; cf. Stierle 1975). Os romanos talvez tenham melhor oposto os acontecimentos (*res gestae*) à sua recriação na *memória*, numa narrativa (*memoria rerum gestarum*). A memória, por definição, é uma recriação constante no presente, do passado enquanto *representação*, enquanto imagem impressa na mente. A relação entre a representação na memória e a realidade é mediada, sutil e indireta:

*Utrumque erit, iuuabit tamen rerum gestarum memoriae principis terrarum populi pro uirili parte et ipsum consuluisse... Quae ante conditam condendamve urbem poeticis magis decora fabulis quam incorruptis rerum gestarum monumentis traduntur, ea nec adfirmare nec refellere in animo est* (Tito Lívio, *Ab urbe condita* 1, 3;6).

“Como quer que seja, será agradável relatar, da melhor maneira possível, os feitos do mais importante dos povos... Aquilo que se refere ao período antes da fundação ou do próprio plano de criação da cidade foi transmitido mais pelo encanto da poesia do que por monumentos íntegros dos acontecimentos. Não se pretende, aqui, nem confirmar nem negar tais relatos.”

Tito Lívio (59 a.C. — 17 d.C.) descreve, de maneira admirável, a subjetividade inevitável do relato histórico. As palavras utilizadas tornam claras as questões centrais do discurso histórico: o relato dos acontecimentos (*memoria rerum gestarum*) nada pode confirmar (*adfirmare*), mostrando firmeza (*firmitas*), nem demonstrar ser enganoso (*refellere*), por ter escapado da memória. O relato *que convém* (*deceit*), de bela aparência, condiz com o decoro da tradição oral (*decora fabulis traduntur*). A *fábula*, a história tradicional, opõe-se aos fatos, “das fábulas cabe chegar aos fatos”, como já propunha Cícero (*a fabulis ad facta uenire*, Cic. Rep. 2,3 fin). Tito Lívio refere-se aos feitos como “monumentos íntegros dos acontecimentos”, portanto, também como “lembranças” (*monumenta*) e sua distinção das fábulas dá-se tão-somente no fato de terem sido potencialmente, “trazidas sem adulteração” na memória (*traduntur incorruptis monumentis*). A memória deixa muito escapar (*fallere*) e não é fácil demonstrar a firmeza (*firmitas*) das diversas afirmações (*adfirmare*).

Tito Lívio não pretendia chegar a descrever o passado tal qual teria ocorrido (*wie es eigentlich gewesen*), pois, como os pensadores têm ressaltado, isto é algo impossível e irrelevante. Impossível, na medida em que não se possuem senão fragmentos mínimos do passado mas, impossível também, porque tudo descrever, ainda que fosse factível, acabaria por nada explicar, esvaziando de sentido o relato. Irrelevante, pois o presente só se interessa pelo passado em função de si próprio e do futuro. Bruce G. Trigger (1989:778) constatou, recentemente, que “há um apoio crescente para a idéia que não é possível uma compreensão objetiva da história ou do comportamento humanos”. A subjetividade subjacente a toda compreensão histórica, explicitada tantas vezes pelos pensadores antigos, tem sido ressaltada pelo moderno pensamento histórico (Fox 1993:47). Na verdade, já o poeta alemão Goethe reconhecia que “toda ação é, imediatamente, teoria”, todos os atos, inclusive os relatos, são resultados de modelos de interpretação (Maier 1984:86).

A própria razão, a maneira de compreender e interpretar a sociedade e o mundo, seja estaticamente, seja nas suas transformações, é historicamente determinada (Koppenberg 1989:1011). David Lowenthal (1985:412) resume bem a relatividade do discurso histórico ao afirmar que “é muito melhor considerar que o passado sempre tem sido alterado do que pretender que sempre foi o mesmo... não podemos evitar a refacção constante do nosso patrimônio, pois cada ato de reconhecimento altera o que sobrevive”. A oposição entre fatos e interpretações, na base do positivismo oitocentista em busca das “evidências” históricas, tem sido, igualmente desmantelada. O uso do termo *evidência* pelos anglo-saxões para referir-se aos fatos, acontecimentos ou dados objetivos parece particularmente significativo. A evidência, enquanto “aquilo que é visível”, não se confunde com a realidade, sendo, antes, algo a ser decifrado, visto (Partner 1986:105).

Evidências, nada evidentes no sentido corriqueiro da palavra, não podem fundar as interpretações mas, ao contrário, são estas que criam as evidências e os fatos (Somekawa & Smith 1988:152). A oposição entre fatos e teorias mostra-se, nesta perspectiva, artificial e enganosa (Tabaczynsky 1984:21). Até mesmo a diferença entre história e mito tem sido posta em questão. O presidente da Associação Americana de Historiadores William H. McNeill (1986:8-9) chegou ao ponto de pedir aos seus colegas norte-americanos que reconhecessem que não produziam “verdades eternas e universais”, mas uma “história mítica” (*mythistory*): As raízes da explicação histórica encontram-se sempre, no presente, nas sociedades e culturas de determinados períodos, nas quais se insere o historiador (Burguiere 1982:427). F. Furet (1967), por exemplo, e seu estudo sobre “os intelectuais franceses e o estruturalismo” não seriam possíveis no século passado, assim como não poderia haver uma interpretação marxista da História no século XVIII!

A aceitação da subjetividade da História deve ser ligada a dois processos da vida intelectual do século XX. Em primeiro lugar, ao influxo da Filosofia deve ser creditada a difusão da própria noção de *subjetividade*. Todo conhecimento, não apenas, nem especificamente, o conhecimento do passado, mas toda a com-

preensão (*verstehen*) resulta de sujeitos do conhecimento. As físicas de Newton e de Einstein centram-se em torno de *sujeitos* específicos (Newton e Einstein), cujas teorias explicativas, subjetivas portanto, propõem explicações a partir de pontos de vista diversos. O filósofo italiano Benedetto Croce pode ser citado como um dos introdutores, no estudo da História, do sujeito (Davis 1983:19) e o arqueólogo britânico R. Collinwood (1965:54), de grande influência no mundo anglo-saxão graças ao seu livro *A idéia da História* (Oxford, 1946), explicitava que “cada historiador vê a História desde sua própria perspectiva e o próprio ponto de vista do historiador não é constante”. Embora outros tenham sido os caminhos em países de fala francesa e alemã, também aí a aceitação da subjetividade foi introduzida no discurso histórico desde as primeiras décadas deste século (cf. Koselleck 1979). Georges Duby (1980:44;49) descreve, de maneira quase poética, a delicada posição do historiador:

*Je suis persuadé de l'inévitable subjectivité du discours historique... J'en suis persuadé, l'histoire, c'est au fond le rêve d'un historien — et ce rêve est tres fortement conditionné par le milieu dans lequel baigne en effet cet historien.*

“Estou convencido da inevitável subjetividade do discurso histórico... Estou convencido: a História é, no fundo, o sonho de um historiador — e este sonho é grandemente condicionado pelo meio no qual se insere este historiador”.

Palavras fortes que dão bem a noção do caminho percorrido pela história científica, neste século, em direção aos condicionamentos contemporâneos da interpretação do passado (Shanks & Tilley 1987:1 *et passim*). Paralelamente à filosofia, a lingüística e a semiótica viriam influenciar, decisivamente, o estudo de todas as ciências, em particular as humanas. A noção de que todo conhecimento expressa-se, necessariamente, como um *discurso* implicou o reconhecimento da importância de sua autoria e de seu público, assim como da forma e conteúdo desse discurso. A aceitação da noção de subjetividade, por si mesma, não responde à questão central: por que diferentes historiadores têm diferentes pontos de vista? A *autoria* do discurso histórico, entretanto, significa que o produtor do texto, a partir dos seus interesses individuais e coletivos, visa *fazer crescer*, no seu público, sentimentos e sensações: *auctor*, o autor, nada mais é do que aquele que faz crescer (*augere*). “Historiadores específicos interpretam o passado diferentemente por causa dos pontos de vista pessoais e dos interesses de classe que trazem consigo” (Trigger 1989:778).

A *narrativa*, o relato como construção discursiva, passa ao centro das reflexões. Os termos empregados para referir-se ao discurso histórico conduzem-nos à *diegesis* dos gregos: *detalhamento*, descrição (Platão, República, 392d.). Assim, Franz Goerg Maier (1984:89) afirmava que “o texto histórico não é *mimesis*, mas *diegesis*”: não recria, como imitação, a realidade, mas consiste em um trabalho de junção de ações esparsas, por parte do historiador. Os alemães utilizam-se da

expressão *Erzaehlung* (relato) para referir-se ao discurso histórico e fazem-no muito apropriadamente pois o termo compõe-se de *zaehlen* (contar) e do prefixo *er* (para fora): *Erzaehlung* representa uma narrativa, um conto (cf. *tale*, em inglês), fictício ou verídico. A importância do caráter narrativo da História ultrapassa a constatação da estruturação lógica da narrativa (Kocka & Nipperdey 1979:11) e atinge a própria definição ontológica da disciplina. “A pesquisa histórica e o texto do historiador ligam-se pela estrutura da narrativa; a narrativa, como forma de organização histórica, é a base, o princípio estruturador e o objetivo da História, adquirindo um sentido transcendental” (Baumgartner 1979:289).

A narrativa histórica requer, portanto, habilidades de exposição, explicação e persuasão através do uso das palavras (Elton 1967:106). Tradicionalmente, a oposição entre estória (*res fictae*) e História (*res factae*) permitia separar a literatura ficcional da História (Mommsen 1984:68). Mas ciência e arte, outrora tão opostas, constituem, nas ciências humanas contemporâneas, aspectos interligados do discurso (Strasburger 1966:55). A.L. Rowse (1946:55) chegava a afirmar que “a História está muito mais perto da Poesia do que, em geral, se admite; na verdade, penso que, na essência, são iguais”. Essa aproximação entre a ficção e a História deriva, justamente, da dificuldade de distinguir, enquanto construções discursivas, relatos históricos e ficcionais (White 1976:22). Há quem não hesite em renomear a História: estória (*story*, Elton 1970:5), antes de mais nada um gênero literário (*un genre littéraire par excellence*, Cizek 1991:136).

Não seria o caso de dissolver, completamente, as diferenças entre a ficção e a ciência, pois o discurso científico tem, sempre, que manter uma relação entre sua criação estética e os documentos. “Contrariamente à ficção, os fatos estão sujeitos à verificação documental e, diversamente do realismo mágico, por exemplo, a História tem de respeitar regras de inferência conformes à lógica” (Bonifácio 1993:629). No entanto, o caráter poético, estilístico e retórico do discurso científico constitui um elemento central da hermenêutica contemporânea. As palavras escolhidas, a maneira de apresentá-las, a estrutura estética da argumentação formam o núcleo de qualquer discurso. Michel Foucault (1984:13) pode servir como exemplo desta estética:

*Je ne suis ni helléniste ni latiniste. Mais il m'a semblé qu'à la condition d'y mettre assez de soin, de patience, de modestie et d'attention, il était possible d'acquérir, avec les texts de l'Antiquité grecque et romaine, une familiarité suffisante; je veux dire une familiarité qui permette, selon une pratique sans doute constitutive de la philosophie occidentale, d'interroger à la fois la différence qui nous tient à distance d'une pensée ou nous reconnaissons l'origine de la nôtre et la proximité qui demeure en dépit de cet éloignement que nous creusons sans cesse.*

“Não sou helenista ou latinista. Mas me pareceu que, com a condição de dedicar muito esforço, paciência, modéstia e atenção, era possível adquirir, com os textos da Antiguidade grega e romana, uma familiaridade suficiente; quero dizer

uma familiaridade que permita, segundo uma prática sem dúvida constitutiva da filosofia ocidental, interrogar, ao mesmo tempo, a diferença que nos distancia de um pensamento que reconhecemos na origem do nosso e a proximidade que permanece, a despeito deste distanciamento que estabelecemos continuamente.” (cf. Foucault 1985:12, com tradução ligeiramente diferente).

A pequena nota visa dissipar possíveis objeções quanto à capacidade do filósofo de dominar a documentação greco-romana sobre o tema tratado, neste caso a *História da sexualidade*. O autor começa, estrategicamente, reconhecendo não ser especialista na Antiguidade Clássica. Esse reconhecimento sincero visa granjear a simpatia do leitor e induzi-lo a aceitar a proposta das frases seguintes: o esforço teria permitido ao autor conhecer o suficiente as fontes antigas. Juntam-se, em um mesmo nível, dois elementos díspares, o trabalho (“cuidado, paciência, atenção”) e o reconhecimento da “modéstia”, da falta de pretensão do discurso que será proposto. Portanto, o leitor conta com duas assertivas que buscam lhe assegurar a confiabilidade do discurso: esforço e modéstia. A seguir, o autor reforça a autoridade do seu discurso recorrendo à sua inserção na tradição do trabalho filosófico ocidental. O trecho termina com um excursus sobre distâncias e proximidades entre o pensamento antigo e moderno que, a rigor, não diz respeito à questão das qualificações do autor para tratar dos autores antigos. Funciona, portanto, como bela reflexão filosófica a fim de convencer o leitor de que a questão do domínio da documentação, proposta no início da nota, foi resolvida.

É claro que haverá quem note que “Michel Foucault negligencia a evidência de inúmeros textos antigos, altamente relevantes” (Hallett 1993:48). No entanto, a eficácia argumentativa do autor tem conseguido larga aceitação graças, em grande parte, à sua poética, à bela construção discursiva (Carroll 1993). Na verdade, todos os textos, sejam antigos ou modernos, de historiadores, políticos, filósofos ou romancistas, devem ser considerados como discursos, estruturados por autores específicos para públicos determinados, visando objetivos concretos bem delineados (Rigney 1988). Sua expressão implica, sempre, uma estética persuasiva. Ademais, “o discurso histórico que quer provar que o que diz é verdade apresentará o efeito verdade” (Lozano 1987:210, grifo acrescentado). Esse efeito verdade consiste, justamente, na pretensão discursiva de descrever a realidade tal qual e constitui um dos principais elementos de diferenciação do discurso científico em relação à ficção. Um exemplo permite avaliar o alcance do efeito verdade:

“Fora de Atenas, a luta de classes política, no quarto século a.C., tornou-se, muitas vezes acutíssima. Ricos e pobres encaravam-se com um ódio amargo e quando a revolução acontecia havia execuções em massa e exílios, confiscos de propriedade, ao menos dos líderes dos partidos opostos” (de Ste Croix 1983: 298).

O autor “descreve” alguns acontecimentos do século IV a.C. como se apenas relatasse verdades óbvias. De fato, contudo, utiliza-se de um arcabouço interpretativo muito específico, não compartilhado por inúmeros especialistas (cf. Wood 1989:64-73). Há quem considere que não havia classes na Antiguidade,

outros negam a validade de conceitos como “luta de classes” ou “revolução” para o período; há quem considere o uso de expressões como “ódio amargo” inadequado. De qualquer forma, esse discurso pretende ser uma simples *descrição da realidade*. A análise do discurso permite, justamente, estudar qualquer documento como construção complexa, estruturada, com autoria, públicos e objetivos específicos. Esta, talvez, a maior aquisição da moderna semiótica para o estudo da História.

O estudo do discurso histórico é, contudo, particularmente complexo. A interpenetração entre a interpretação e os acontecimentos objetivos impossibilita a execução de uma *descrição* dos fatos: retornando ao exemplo citado acima, como descrever assassinatos políticos e revoluções sem recorrer a conceitos? Os acontecimentos, as mortes e as alterações políticas, descritos nos documentos, só são inteligíveis em um discurso lógico, com uma sequência de argumentos. Separar “fatos” de interpretações torna-se uma tarefa inútil. Ao contrário, o estudo dos relatos como construções discursivas permite uma visão crítica dos motivos e objetivos subjacentes a todos os discursos.

### Atividades encaminhadas

1. Caracterize o surgimento da ciência histórica no contexto da história intelectual do século XIX.

O historicismo de Ranke surgiu no contexto de uma reação ao racionalismo francês do Iluminismo, ao considerar falsas as teorias abstratas do conhecimento. Ranke, segundo Draus (1985:120 *et passim*), considerava que a verdadeira teoria científica procura compreender o sentido profundo e individual dos acontecimentos históricos. Opunha-se, igualmente, à filosofia idealista da história de Hegel, ao considerar a história universal como uma totalidade global composta de inúmeras histórias específicas, cada uma delas com identidade própria e intransponível. Por excelência, as histórias nacionais constituíam os centros de atenção do historiador. Em termos metodológicos, buscava-se o conhecimento exato e preciso dos acontecimentos, deixando de lado a especulação filosófica. Na medida em que os acontecimentos tenham ocorrido objetivamente, na realidade, haveria apenas uma verdade histórica, a ser, simplesmente, descoberta pelo historiador.

2. Caracterize o papel da erudição filológica na crítica documental tradicional.

Os documentos escritos devem ser analisados filologicamente em três sentidos: quanto ao vocabulário, à morfologia e à sintaxe. O estudo de todas as palavras utilizadas, em particular sua etimologia, polissemia e contextos de utilização, constitui a primeira fase da análise. Isso permitirá estabelecer, entre outras coisas, o nível de ve-



racidade do documento e as sutilezas de significação. A morfologia permite observar o sentido exato das frases e, até mesmo, as classes sociais refletidas na linguagem (linguagem culta, vulgar, urbana, camponesa etc.). O uso de certas formas verbais, por exemplo, e a coordenação dos tempos (*consecutio temporum*) constituem etapas da análise morfológica. A análise sintática permite observar o uso articulado das frases e as diversas nuances de sentido.

### 3. Caracterize a relação entre ficção e relato histórico.

A oposição entre ficção e História foi caracterizada, de maneira explícita e clara, por Aristóteles (*Poética*, 1451b): “não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa... diferem em que um diz as coisas que sucederam e o outro as que poderiam suceder. Por isso, a poesia é algo mais filosófico e mais sério do que a História, pois refere-se aquela, principalmente, ao universal, e esta ao particular. Por ‘referir-se ao universal’ entendo atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convém a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nomes às suas personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcibíades ou o que lhe aconteceu.” (Tradução de Eudoro de Souza, com pequenas alterações.)

A História refere-se ao que se fez (*praxis*) e ao que fomos submetidos objetivamente (*pathein*), segundo Aristóteles. A partir da oposição entre acontecimentos reais e imaginários, o positivismo contrapôs a verdade à falsidade, o relato verdadeiro ao inventado. Nos últimos anos, contudo, tem-se ressaltado a subjetividade inevitável do observador, tornando difícil chegar à verdade absoluta e objetiva, e a impossibilidade de descrição absolutamente neutra. Já o historiador judeu, escrevendo em época romana, em grego, Flávio Josefo (primeiro século d.C.) admitia que iria “descrever os fatos com precisão e imparcialidade. Ao mesmo tempo, a linguagem com que registro os acontecimentos refletirá meus próprios sentimentos e emoções” (*A guerra judaica*, prefácio 4). A narrativa histórica, portanto, não pode deixar de possuir a subjetividade das emoções refletida na linguagem, na forma do discurso (cf. Funari 1992:29 *et passim*).

### 4. A moderna semiótica tem tratado do discurso científico, em geral. Reflita sobre os usos do estudo da narrativa para a compreensão do discurso histórico.

Uma das principais contribuições da semiótica para a análise do discurso científico consiste na constatação da inexistência do relato sem narrador (Lozano 1987:196-210). Mikhail Bakhtin (1979) propôs que o cientista execute um conhecimento dialógico, uma compreensão criativa, incluindo a época, cultura e idiossincrasia do autor do texto. Torna-se, assim, cada vez mais necessário incluir tanto o documento como o estudioso nos seus contextos históricos, sociais e intelectuais. A especificidade da ciência, contudo, reside na relação entre os autores e suas interpretações e um conjunto de dados de base, as “evidências”. Estas são construídas pelo cientista, a partir de suas próprias concepções e interesses, mas guardam uma relação com as informa-

ções objetivas. Para assegurar que os dados sejam verdadeiros, no sentido de não serem falsificações ou invenções do próprio pesquisador, é necessário incluir a ética. Apenas o compromisso subjetivo, moral, de utilizar-se de evidências verdadeiras garante a validade de uma interpretação, por parte do cientista, e permite que seja contraposta a outras interpretações. A *Deontologia*, portanto, consiste no estudo dos compromissos éticos do pesquisador e, por conseqüência, do seu discurso. A semiótica, ao enfatizar esses aspectos subjetivos da análise de discurso, permite chegar aos objetivos dos textos e constitui um instrumento analítico muito útil para o estudo de qualquer documento, antigo ou moderno, escrito ou material.

### Atividades propostas

1. Reflita sobre as técnicas de verificação, ou busca da veracidade, na crítica documental tradicional.
2. Reflita sobre as técnicas de estudo das fontes disponíveis para o autor de um documento escrito. Procure, em obras sobre a pesquisa histórica, as características e transformações da *Quellenforschung* (estudo das fontes).
3. Busque, na historiografia contemporânea, identificar o caráter narrativo da História e suas implicações para o estudo do passado.
4. Alguns historiadores têm questionado a própria cientificidade do discurso histórico, a partir de diferentes pontos de vista. Pesquise a relação entre mito e história no pensamento greco-romano e na moderna historiografia, em particular no que se refere aos autores que defendem a histórica mítica (*mythistory*).
5. Contraste a subjetividade do historiador, tal como proposta por Collinwood e pela historiografia de língua inglesa, e a subjetividade tal como concebida pelos historiadores franceses, desde a Escola dos Annales até a Nova História.
6. Os estudos literários e lingüísticos têm sido fundamentais para as ciências humanas e sociais contemporâneas. Busque identificar as origens e características dessas influências e quais suas conseqüências.
7. Procure localizar, em textos sobre a Antiguidade Clássica, o uso de termos modernos para descrever a sociedade antiga (e.g. imperialismo, luta de classes, revolução, partidos, homossexualidade). Procure analisar como a utilização dessa terminologia, que inevitavelmente refletiu o universo conceitual contemporâneo ao pesquisador, põe problemas e questionamentos ao estudioso da Antiguidade.

## ANÁLISE DOCUMENTAL E ANTIGUIDADE CLÁSSICA

## Os documentos e sua seleção

A tradição historiográfica considerava como documento histórico textos escritos, em particular referentes à história política *stricto sensu*. Ainda hoje, nos cursos de letras clássicas, paralelamente aos cursos de História, costuma-se ignorar toda produção literária não-clássica. Judith P. Hallett (1993:49) cita o exemplo de Valério Máximo como paradigmático. Considerado, no início do século passado, por Niebuhr como importantíssimo, devido ao uso da sua obra *Facta et Dicta Memorabilia* na Idade Média e no Renascimento, foi relegado, a partir de meados do século XIX, ao esquecimento, seja nos currículos, seja nas coleções de autores antigos. O mesmo poderia ser estendido a uma imensidão de autores antigos. Desta forma, centrando-se em acontecimentos políticos da elite e nos poucos autores considerados “clássicos”, exclui-se a maior parte da história e da cultura antigas das nossas reflexões. No entanto, a tendência das ciências humanas tem sido privilegiar a multiplicação de objetos, de abordagens e, conseqüentemente, de fontes de informação (Iggers 1984:195;201 *et passim*), orientação que será seguida nesta coletânea.

Esta coleção de documentos destina-se, a um só tempo, a uma gama de leitores que compreende historiadores, classicistas, arqueólogos, antropólogos, arquitetos, historiadores da arte, filósofos, cientistas políticos e o público em geral. Por isso serão incluídos, entre os tipos de documentos, escritos diversos, como poesias, ficção, histórias, inscrições, reflexões filosóficas, políticas; será apresentada, ainda, a cultura material: vasos cerâmicos, pinturas parietais. Todos esses documentos serão interpretados como discursos a serem lidos como resultados da elaboração humana, evitando falsas oposições entre diferentes tipos de evidências, materiais e textuais (Sherratt 1990:821): são todos, igualmente, produtos da cultura. A seleção de documentos procurou evitar a reprodução da noção de “principais” eventos, autores ou monumentos “superiores”. Este o principal risco de uma coletânea induzir o leitor a considerar que ali está reproduzido “aquilo que é mais importante”. Já foram discutidas, nesta introdução, a subjetividade e parcialidade inevitáveis do trabalho científico e não caberia reforçar uma falsa noção de objetividade e exaustividade induzindo o leitor a crer que aqui estariam os *documentos indispensáveis*.

Ao contrário, a seleção procurou abranger um grande espectro de temas, de tipos diversos de documentos, analisados a partir das diferentes ciências humanas. Sem descuidar do erudito e do grandioso, incluíram-se o corriqueiro e o mezinho (*the recovery of the everyday or the mundane*, nas palavras de Giddens

1987:65). O trivial revela, em nível do detalhe, constâncias e permanências dificilmente acessíveis pelo estudo exclusivo dos "grandes textos" (Burke 1989:4). Seria, talvez, desnecessário frisar que não é possível estudar o corriqueiro sem o grandioso, o popular sem o erudito, pois a interação entre as chamadas "alta" e "baixa" culturas está no cerne mesmo de qualquer produção intelectual (Strauss 1993:217). A valorização do popular e do trivial, surgida como contraposição a uma concentração exclusiva nas elites (Beik 1993:210;212), embora busque resgatar a especificidade das culturas erudita e popular utilizando-se de um modelo bipolar de análise (Ginsburg 1986:108), não pode ignorar a interação constante entre ambas (Funari 1991:19).

Os documentos procuram abranger diferentes categorias documentais: textos transmitidos pela tradição textual, epígrafes, restos arqueológicos. Diversas, também, as abordagens: textos filosóficos, poesias, documentos oficiais, leis. Isso permitirá ao leitor familiarizar-se com a variedade de documentos disponíveis e com as diferenças de análise que cada categoria documental impõe aos pesquisadores.

## Análise documental e sua diversidade

Os documentos podem ser analisados de múltiplas maneiras tendo em vista, em particular, os níveis de profundidade do estudo, as diferentes disciplinas e os diferentes paradigmas ou modelos hermenêuticos. A profundidade de uma análise varia segundo a especialização do estudioso e a expectativa do público. Este livro, ao voltar-se para um público heterogêneo, composto de professores universitários, estudantes e leigos, apresentará análises, referentes a diferentes documentos, que satisfaçam estes três níveis de profundidade. Isso não apenas, nem principalmente, para satisfazer os diferentes públicos, mas para servir como exemplo e modelo de análises aprofundadas e exeqüíveis. O mesmo pode ser estendido, *mutatis mutandis*, para as abordagens das diferentes disciplinas: história, filologia, arqueologia.

Há muitos modelos de análise documental. Referindo-se a textos escritos e voltando-se para estudantes, alguns procedimentos têm sido ressaltados por diferentes autores. Alguns conselhos práticos e bastante simples são lembrados em manuais de amplo uso e merecem ser citados (cf. Nouschi 1980:4-9): leituras sucessivas do texto devem ser seguidas pela constituição de uma bibliografia prática e precisa. Cada parágrafo deve ser resumido no seu conteúdo substancial. O comentário deve incluir detalhes sobre o autor e as circunstâncias históricas. Outros propõem um roteiro mais detalhado (cf. Lozano & Mitre 1978:128-131):

1. Aspectos externos, com estudo da tipologia de fontes (texto de ficção, legislativo, epistolar etc.), lugar de origem e datação do texto, estilo e características lingüísticas;
2. Resumo, consistindo em uma sinopse do texto;
3. Contexto histórico, inserindo o texto em quadros cronológicos, geográficos e temáticos (e.g. economia, cultura, política, guerra) específicos;
4. Explicação detalhada do documento, envolvendo um estudo minucioso dos termos utilizados em seu contexto;
5. Au-

toria, inserindo o autor nas circunstâncias e no meio cultural; 6. Conclusão, incluindo o texto no contexto das abordagens historiográficas sobre o tema e o período; 7. Bibliografia consultada.

Especialistas, contudo, levam a cabo um estudo mais aprofundado, que inclui, no caso dos documentos clássicos, a chamada *crítica textual* (Marichal 1961). Esta visa o *estabelecimento* do texto a partir dos manuscritos originais, cabendo localizar os erros dos copistas, as interpolações posteriores, o estabelecimento da genealogia das cópias disponíveis, a crítica da proveniência, fixação da data, identificação da origem, busca das fontes (*Quellenforschung*). A esta crítica externa, material, do texto, segue-se a crítica interna, a partir da linguagem empregada e dos costumes sociais citados. Por fim, a crítica da sinceridade, exatidão e a determinação dos fatos específicos citados deve ser feita.

A crítica filológica textual também possui suas particularidades: morfologia, sintaxe, diacrônica e sincronicamente estudadas, formam a base do comentário lingüístico erudito. Apenas para dar o sabor da crítica filológica, um exemplo do próprio vernáculo bastará:

“Mas empero direi vos ua rem”, frase do *Cancioneiro D. Dinis* (23), seria traduzida, na moderna norma culta do português por “Mas, contudo, dir-vos-ei uma coisa”; na linguagem falada, teríamos algo como “mas vou dizer uma coisa a vocês”. Certas palavras caíram em desuso, com a latina *rem* (“coisa”), enquanto a colocação pronominal enclítica erudita do verbo no futuro (“dir-vos-ei”) coexiste, agora, com o uso coloquial do verbo *ir*, no presente, unido ao infinitivo (“vou dizer”). Apenas o estudo filológico detalhado permite, portanto, a compreensão do texto (Ali 1966:115;143).

Até aqui, tratou-se do documento enquanto texto escrito. Na verdade, também os vestígios materiais e as artes, por exemplo, constituem documentos. Os critérios analíticos descritos acima, portanto, úteis para os textos escritos, não podem ser aplicados, diretamente, a outras formas, não-verbais, de documentação. No entanto, há algumas considerações de caráter geral, aplicáveis a todos os documentos, e que servirão para nortear os comentários tecidos, em diferentes níveis, nesta coletânea. Em primeiro lugar, consideram-se todos os documentos, escritos ou não, como *discursos*. Enquanto discursos, possuem, necessariamente, autoria e público e, como todo discurso, têm estruturas superficiais e profundas. A autoria pode ser individual ou coletiva, material ou intelectual. Um edifício pode ter sido construído, materialmente, por diversos operários a partir de uma planta de autoria individual de certo arquiteto. O público pode ser individual ou coletivo, homogêneo ou heterogêneo. Uma carta de Cícero a um amigo podia ser destinada, originalmente, a um único indivíduo mas, ao ter sido publicada, voltou-se para um público amplo e variado.

A estrutura de superfície de um discurso corresponde à sua seqüência explícita de elementos constitutivos. Parágrafos sucessivos de um texto apresentam idéias concatenadas, enquanto um edifício apresenta uma planta, funcionalmente ordenada, de seus aposentos. Esses são os aspectos visíveis da organização de um discurso. Sua estrutura profunda, de acesso indireto, mediado pelo raciocínio

do próprio observador, liga-se aos *interesses e objetivos* do autor e do público. A reconstrução desses interesses, inevitavelmente subjetiva, variará segundo os pontos de vista, interesses e conhecimentos do próprio analista.

Essas observações, de caráter geral, aplicam-se a todo tipo de documento, escrito ou não. Em termos práticos, caberia explicitar alguns procedimentos úteis e de caráter geral para análise de documentos escritos e materiais. Um texto deve ser lido e entendido em sua totalidade. As palavras não compreendidas devem ser procuradas em dicionários, assim como as informações e os conceitos desconhecidos. Mesmo termos como “liberdade”, “escavidão” ou “democracia”, em geral já conhecidos pelo leitor, devem ser estudados no seu contexto para evitar a confusão entre conceitos modernos e antigos (Momigliano 1984:484). A liberdade de ir ao cinema não é a mesma liberdade de não ser escravo! Para aqueles que lêem o documento na língua original, latim ou grego, cabe observar até mesmo as nuances derivadas das palavras utilizadas e da própria construção da frase. Uma frase famosa de Platão, no *Banquete* (196E) mostra bem a importância desta análise detalhada: *Poietes ho theos sophos houtos hoste kai allon poiesai* (Deus é um poeta tão hábil que é capaz de produzir um outro poeta).

O uso do infinitivo aoristo *poiesai* expressa a idéia de possibilidade de caráter geral, como uma necessidade lógica: Deus é um criador (*poietes*, “poeta”) tão sábio que produz um outro criador, o homem (*poiein*, criar, produzir; Humbert 1954:226). Assim, apenas o conhecimento desse uso do infinitivo permitiria uma correta interpretação da frase. Juntamente com esse estudo das palavras, deve proceder-se a um estudo dos conceitos: no caso citado, cabe investigar as diversas conotações do “poeta” (*poietes*) e da “sabedoria” (*sophia*) citados no documento.

Após a compreensão total do texto, cabe identificar as idéias centrais de cada parágrafo e ordená-las em uma seqüência. Paralelamente, cabe estudar o autor do texto e o público a que se destina. O autor deve ser estudado em suas características individuais (idade, sexo, formação intelectual etc.) e coletivas (época em que viveu, local, classe social etc.). O público pode ser determinado pela forma e pelo conteúdo do texto: palavras fáceis e frases coordenadas indicam um público geral, enquanto um vocabulário técnico, rebuscado e frases subordinadas revelam um público mais específico. Um texto de conteúdo religioso, como um catecismo, pode voltar-se para um público de fiéis, enquanto um tratado filosófico pode dirigir-se para eruditos interessados em reflexões teóricas. Ao final, será possível chegar aos *interesses e objetivos*, tão-somente implícitos, do texto.

Um objeto arqueológico exigirá uma exegese própria. Em particular, o estudo pormenorizado da constituição material do artefato implica a análise da sua composição física: cerâmica, vidro, madeira etc. A estrutura superficial do artefato, sua constituição como objeto arqueológico, impõe uma análise da sua funcionalidade. Assim, uma casa possui aposentos que se articulam, explicitamente, de maneira funcional. Essas funções, contudo, encobrem uma estrutura profunda, os objetivos apenas implícitos nas funções: a existência de aposentos para os escravos, por exemplo, e sua exata localização em uma habitação específica revelam intenções

dos construtores (isolamento, controle do movimento etc.). O público, ou seja, o consumidor ou usuário, de um artefato material também deve ser estudado: um anel de ouro destinava-se a certos grupos abastados, enquanto uma ânfora de vinho barato era consumida por extratos sociais mais amplos.

Os documentos, de diversas categorias, que serão comentados no decorrer desta obra, representam uma grande variedade de discursos. Dentre os textos escritos, alguns serão apresentados no original, permitindo que a análise filológica seja aprofundada. A maioria, no entanto, será apresentada apenas na forma de traduções e os comentários referentes a estes documentos restringir-se-ão à versão, em vernáculo, apresentada. A maior parte dos textos foi traduzida pelo organizador desta obra, mas algumas versões de autoria alheia foram introduzidas, em particular, quando uma recriação poética, em português, já foi publicada. Os documentos materiais (artefatos, pinturas) são apresentados pela primeira vez em português e os comentários mesclam análises publicadas, em línguas estrangeiras e em obras especializadas de difícil acesso, com a interpretação do organizador desta coletânea. Aos documentos comentados seguem-se diversos outros a serem utilizados pelos leitores, completados por exercícios de análise resolvidos e a resolver.

## Especificidades do estudo da Antiguidade Clássica

Georges Duby (1980:44) lembrava que “cada época constrói, mentalmente, sua própria representação do passado, sua própria Roma e sua própria Atenas”. Os estudiosos da Antiguidade Greco-Romana têm sido considerados pouco propensos à interpretação (McDonald 1991:830), voltados, muitas vezes, para uma erudição estéril e conservadora (Rabinowitz 1993:3 *et passim*). Não há dúvida de que o racismo (Haley 1993), o machismo (Rabinowitz & Richlin 1993) e até mesmo o fascismo aberto têm caracterizado uma parcela dos estudos clássicos. A interpretação *ariana* da Antiguidade Clássica, surgida no século XIX, viria a marcar definitivamente a disciplina (Bernal 1987; cf. Ampolo 1993). Romle Visser (1992:6;8;10) descreveu, em seu artigo sobre “A doutrina fascista e o culto da romanidade”, com muita propriedade, um caso concreto dessa simbiose entre o estudo da cultura antiga e a justificação racista de uma ditadura:

“O culto da romanidade foi muito útil para apoiar a pretensão de que os fascistas estavam fazendo a história. Comparando a Marcha de Mussolini sobre Roma com os golpes de estado de Sila e de Júlio César, a propaganda fascista queria fazer crer que a Itália fascista havia cruzado seu Rubicão em direção ao domínio mundial... A romanidade fazia parte integral da concepção de mundo dos Italianos educados e a História Romana clássica era, em geral, considerada como História Nacional Italiana... É óbvio que uma tal perspectiva ideológica da História Romana, que implicava, ao menos, algum contato de primeira mão com a cultura e história clássicas, não poderia existir sem a ajuda de acadêmicos classicistas... Em nível nacional e político, estudiosos da Antiguidade, oriundos ou atuantes na Universidade, eram

os principais formadores de opinião... Estes estudiosos da Antiguidade tiveram um papel preponderante neste processo. Sem seus esforços, um culto fascista mais ou menos coerente da romanidade não seria possível."

No entanto, o estudo da Antiguidade Clássica não precisa reforçar preconceitos nem constituir-se em elemento de opressão, mas, para tanto, é necessário dominar o rigor e a erudição da *Altertumswissenschaft* (Bernal 1993:674). Esta obra, como muitas outras, parte de pressupostos diversos: o domínio da cultura clássica tem como principal objetivo "promover uma reflexão constante sobre as condições humanas e sociais que conduza à crítica social contemporânea" (Nordblach 1989:28). Se não é possível encarar o passado e o presente *sine ira et studio*, sem engajamento (Holzer 1985:23), a superação da História "como instrumento de poder dos vencedores", nas palavras de Edgar de Decca (1992:133), depende, em primeiro lugar, do conhecimento aprofundado da Antiguidade. Apenas o conhecimento *de primeira mão* fundamenta a visão crítica e, nesse sentido, a leitura de Aristóteles, assim como de outros autores clássicos, permanece indispensável para pensar-se tanto o mundo antigo como o contemporâneo (Gianotti 1994:13).

Em segundo lugar, cabe alargar o universo de temas e abordagens da Antiguidade. Devem ser incluídos os camponeses e as mulheres (Ginsburg 1991:205), a família e os rituais (Friedman 1989:53), os gestos e os monumentos (Wallace-Hadrill 1990:147 *et passim*), a dominação e a resistência (Leone 1986:431). Esses e outros temas devem ser apresentados no contexto de uma pluralidade de interpretações (Ankersmit 1986:26) e um dos critérios aqui utilizados para a seleção da documentação consistiu, precisamente, no potencial de proposição de diferentes abordagens e significados. O leitor será incentivado a tratar tanto de assuntos comuns como de questões pouco usuais, a confrontar opiniões divergentes sobre um mesmo documento e a formar sua própria interpretação. Não se buscará reforçar, acriticamente, os modelos e paradigmas vigentes, mas ao contrário, "encorajar a proliferação crítica" de interpretações (Tucker 1993:653).

Os textos da tradição textual têm sido publicados em diversas coleções disponíveis no Brasil. As editoras Teubner e Oxford publicam os textos no original grego e latino, enquanto edições bilíngües de grande uso são publicadas nas coleções *Belles Lettres* e *Loeb*, com traduções em francês e inglês. As inscrições têm sido publicadas em revistas e foram coligidas pela Academia de Ciências de Berlim, desde o século passado, nas séries *Corpus Inscriptionum Graecarum*, *Corpus Inscriptionum Latinarum* e *Inscriptiones Graecae*. A cultura material, incluindo escavações arqueológicas, tem resultado na publicação de inúmeros trabalhos em revistas como *Revue Archéologique*, *Antike Kunst* e *American Journal of Archaeology*. Importantes coleções de monografias compõem as séries das Escolas Francesas de Atenas e de Roma. Dicionários enciclopédicos encontráveis no Brasil são o *Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines* (Ch. Daremberg, E. Saglio, E. Pottier) e *Real-Encyclopaedie der klassischen Altertumswissenschaft* (A. Pauly e G. Wissowa), em francês e alemão. As referências completas e localização nas principais bibliotecas da cidade de São Paulo encontram-se recolhidas por Jônatas



Batista Neto e Maria Luiza Corassin (1987), em importante iniciativa da Universidade de São Paulo (cf. Dias 1990:139). Jaime Pinsky publicou *100 textos de História Antiga* (São Paulo, Hucitec, 1972) que, embora sem comentários, continua útil.

Manuais clássicos sobre a Antiguidade Clássica, em muitos volumes, incluem a *Cambridge Ancient History*, *Histoire Ancienne* (direção de Gustav Glotz), assim como diversos tomos das coleções *Evolution de l'Humanité*, *Clio*, *Nouvelle Clio*, *Fischer*, *La vie quotidienne*; estas cinco últimas são disponíveis em traduções para o português ou para o espanhol. Diversos dicionários de latim e grego, tanto estrangeiros (e.g. *Oxford Companion to the Greek Language*, *Thesaurus Linguae Latinae*), como em português (dicionários do MEC) são disponíveis. Gramáticas clássicas de autores como A. Meillet, J. Humbert e A. Ernout não são difíceis de encontrar nas bibliotecas especializadas e manuais brasileiros diversos, destinados à escola média e superior, são de fácil acesso (e.g. Jacyntho Lins Brandão e Napoleão Mendes de Almeida).

Para facilitar a leitura desta coletânea, foram incluídos apêndices, de uso prático, destinados a apresentar o significado de abreviaturas e expressões de uso corrente nos estudos clássicos. Não se pretendeu, com isso, esgotar o universo de termos utilizados nos diversos campos de estudo da Antiguidade Clássica, mas fornecer exemplos extrapoláveis pelos próprios leitores, cujos interesses e níveis de especialização variados exigirão ulteriores aprofundamentos.

## Periodizações tradicionais da história, literatura e cultura clássicas

As periodizações tradicionais devem ser entendidas como divisões artificiais. Diferentes pontos de vista, a partir de várias metodologias, disciplinas acadêmicas e ideologias, resultam em divisões alternativas. O objetivo da apresentação das compartimentações usais resume-se à instrumentalização dos leitores e, de maneira alguma, implica a aceitação dos seus pressupostos. O caso paradigmático refere-se ao uso do termo "clássico" para definir períodos da história política, literária e artística. O próprio uso do termo *Antiguidade Clássica*, no título deste livro, resulta de um compromisso: convencionalmente, as civilizações grega e romana da Antiguidade são chamadas "clássicas". O termo, quando se refere a essas duas culturas antigas, possui, contudo, conotações ambíguas ao considerar essa Antiguidade como um modelo — o clássico a ser imitado pelos modernos — e ao restringir sua abrangência aos homens cultos da elite, por oposição às mulheres, aos "incultos" e aos pobres (Brown 1993:247 *et passim*). O uso do termo *Antiguidade Clássica*, neste livro, não implica, contudo, a aceitação dessas conotações e é usado para designar a cultura greco-romana nas suas mais variadas manifestações.

A determinação de períodos "clássicos", em qualquer periodização histórica, por sua parte, depende de um juízo de valor, da transformação de uma determinada produção intelectual em modelo. A História, neste caso, torna-se segmentada em uma progressão em direção ao padrão clássico, sucedido pela degeneração ou

decadência, correspondente ao afastamento em relação ao modelo. Esse uso do termo “clássico” embute uma concepção cíclica da História: ascensão, apogeu, decadência, seguidos de novas ascensões, apogeus e decadências. O problema surge, naturalmente, quando diferentes autores, a partir de paradigmas interpretativos e de objetos de pesquisa variados, propõem diferentes ápices. É comum que especialistas em períodos diversos localizem esses apogeus ...exatamente naqueles que são o centro de suas atenções!

Tudo isso significa que não é recomendável encarar as periodizações senão como *instrumentos analíticos* que são úteis para o conhecimento. Assim, por exemplo, a Pré-História da Grécia costuma ser dividida em períodos arqueológicos (Rachet 1975; Treuil *et al.* 1989), enquanto a utilização da escrita difunde-se apenas com a civilização micênica (séculos XIII-XIV a.C.). Seguem-se os períodos protogeométrico (ca. 1100-900), geométrico (900-750), arcaico ou pré-clássico (ca. 750-500), clássico (ca. 500-336 a.C.), helenístico (336-196), romano (196 a.C. em diante). Essa divisão privilegia a história política de Atenas, bem como sua produção intelectual. A literatura homérica (século IX a.C.) é sucedida por Hesíodo (século VIII), autores arcaicos (e.g. Safo), filósofos pré-socráticos, tragédias e comédias clássicas (Eurípides, Sófocles e Aristófanos), História (Heródoto, Tucídides), Platão, oradores do século IV a.C., Aristóteles, poesia helenística, literatura de época romana (científica, filosófica, ficcionista, histórica) (cf. *The Cambridge History of Classical Literature*). A arte grega tem sido dividida em período de formação (1000-650 a.C.), arcaico e severo (650-450 a.C.), clássico (450-326 a.C.) e helenístico (325-31 a.C.), cada um deles subdividido em estilos geométricos (até 750 a.C.), protocoríntio e proto-ático (750-680 a.C.), dedálico (680-610 a.C.), arcaico (610-530 a.C.), arcaico tardio (530-480 a.C.), severo (480-450 a.C.), fidíaco e pós-fidíaco (450-400 a.C.), do quarto século, do alto helenismo (325-230 a.C.), helenismo médio (230-170 a.C.) e tardio (170-30 a.C.; cf. Bandinelli 1984:4-5 *et passim*).

A história romana tem sido dividida, seja segundo a evolução política de Roma, seja por sua expansão militar (Bornecque & Mornet 1976:5-18). As divisões políticas são particularmente claras: Monarquia (séculos VIII-VI a.C.), República Patrícia (séculos V-IV a.C.), República Oligárquica (séculos III-II a.C.), Guerras Civis (até 30 a.C.), Principado (30 a.C.-193 d.C.), Dominado (193 d.C. em diante). Este último pode ser dividido no período da crise do século III (235-268 d.C.), seguido do período do Império Cristão (séculos IV-V) (cf. Piganiol 1976). A literatura latina divide-se, normalmente, em quatro fases (Cardoso 1989:10-11): primitiva (século VIII - 250 a.C.), helenística (250-81 a.C.), clássica (republicana de 81 a 43 a.C.; augustiana, de 43 a.C. a 14 d.C. e Júlio-Cláudia, de 14 d.C. a 68 d.C.), e pós-clássica.

### Atividades encaminhadas

1. Reflita sobre a predominância, no discurso histórico tradicional, do relato político-militar e, no campo dos estudos clássicos, dos chamados “grandes” autores.

A História, desde a Antiguidade Clássica e até o século XX, concentrou-se nos grandes eventos militares e políticos. Alguns autores ponderam que isso refletia o domínio da cultura masculina, militar, patriarcal e autoritária, do discurso sobre o passado. Também no estudo da literatura clássica, a valorização de alguns autores, em detrimento da maior parte dos escritos antigos, tem sido uma constante desde meados do século XIX. Assim, toda a literatura grega posterior ao quarto século a.C., bem como a literatura latina posterior ao segundo século d.C., apesar de volumosas e criativas, eram, costumeiramente descartadas. A concentração, tanto nas batalhas como nos autores "clássicos", acabava por limitar o observador.

## 2. Reflita sobre a significação da interdisciplinaridade e sua importância para o estudo da Antiguidade Clássica.

De certo ponto de vista, a história da Antiguidade Clássica se utilizaria, para reconstruir a sociedade antiga e suas transformações, de fontes fornecidas pelas disciplinas "auxiliares": arqueologia forneceria os dados materiais; a numismática, "auxiliares" as moedas; a literatura, as obras ficcionais; e assim por diante. Alguns especialistas nessas áreas específicas, como o arqueólogo Leo Klein (1993:729), partem do pressuposto de que há disciplinas que produzem e estudam fontes, enquanto a História integraria a todas elas em um discurso explicativo articulado. Essa abordagem, contudo, a um só tempo desvaloriza e desarticula as disciplinas e o conhecimento derivado da especificidade de cada disciplina. A divisão entre "produção de documentos" e "elaboração de um discurso holístico interpretativo" separa práticas indissolúveis.

Cada disciplina tem sua especificidade, seja de objeto, seja de erudição. A história da arte e a arqueologia utilizam-se de uma pletora de técnicas de obtenção e análise documental que exigem um conhecimento aprofundado particular. No entanto, não se limitam a produzir fatos para a História. Por outro lado, a interdisciplinaridade não se resume à junção de fontes de natureza diversa, mas consiste na articulação das diversas abordagens em um discurso único e coerente. O estudo do uso de arcos do triunfo pelos romanos, por exemplo, envolve a conjunção das metodologias, simultaneamente, da arqueologia, lingüística, literatura, história da arte e história *stricto sensu*: não se trata de somar "fontes", mas de coordenar e articular abordagens (Wallace-Hadrill 1990).

## 3. Reflita sobre as relações entre as informações textuais e materiais.

A oposição entre evidências materiais e literárias tem servido, tanto a arqueólogos como a historiadores da Antiguidade, como uma maneira de evitar a necessária articulação desses dois aspectos indissociáveis da cultura. O recurso à idéia de oposição entre vestígios arqueológicos e textos antigos encobre, na verdade, a falta de interesse pelo conjunto das evidências. Até mesmo o caso espinhoso da chamada "questão homérica", em geral tratada, de maneira estanque, por literatos, historiadores e arqueólogos, tem muito a ganhar com a junção de dados e abordagens. Sherratt (1990:821) ponderou, há pouco, que "esta reconstrução da história da épica homérica

sugere que ela tem um desenvolvimento paralelo aos padrões de mudança material e cultural manifestada no registro arqueológico e que os dois textos — literário e arqueológico — podem ser lidos conjuntamente”.

4. Reflita sobre a relação entre o erudito e o grandioso, por um lado, e o trivial e corriqueiro, por outro e quais as premissas da ênfase no estudo destes últimos.

Erudito e popular, grandioso e corriqueiro são partes de um todo. A busca do trivial, dos grupos subalternos, das culturas excluídas dos registros dominantes liga-se à deontologia da ciência moderna. Arnaldo Momigliano (1984:461) bem ressaltava que “os pesquisadores contemporâneos que se preocupam com o estudo das mulheres, crianças, escravos e gente de cor... visam... uma sociedade melhor, emergente de uma sociedade inferior que explorava as mulheres e humilhava os escravos. Mas a consciência moral que leva o historiador a pesquisar tendo em vista uma sociedade melhor deve ser capaz de resistir à afirmação de que os seus valores são tão historicamente condicionados quanto o são os valores de um dono de escravos cruel, adulto, branco e homem. O que seria escrever História sem preconceitos morais, parece-me difícil imaginar, porque nunca o vi” (grifo acrescentado).

5. Reflita sobre os preconceitos, muitas vezes inconscientes, subjacentes aos estudos da Antiguidade Clássica.

Uma série de preconceitos, inconscientemente aceitos, obscurece a compreensão das sociedades antigas. Uma suposta superioridade cultural grega, seja sobre os romanos seja sobre outras civilizações, acaba sendo introduzida como elemento explicativo que dispensa comprovações. “As maneiras gregas são encaradas como algo que outras sociedades irão adquirir por simples contato — como se fosse sarampo!” (Whitehouse & Wilkins 1989:102). Conservadores, autoritários e patriarcais, os classicistas identificam, nos documentos antigos, justamente estes valores (Rose 1993:213; Passman 1993:183). Muitos estudiosos, até recentemente, eram treinados para ser administradores militares nas colônias (Hallett 1993:51) e não deve surpreender o uso de conceitos conservadores. Cabe ao estudioso, por meio de uma crítica interna, encontrar as condições de produção histórica dos textos antigos e modernos, sua intencionalidade inconsciente (Le Goff 1984:103).

## **Atividades propostas**

1. Determine as principais características da crítica textual a partir de preceitos em livros diversos sobre a análise documental.

2. Investigue os passos do *estabelecimento* de textos em livros especializados e compare as propostas de diferentes autores.

3. Procure elencar as principais coleções de textos bilíngües (originais grego ou latino e tradução para idioma moderno) e observar o papel do aparato crítico nestas séries.

4. Faça um levantamento das principais obras de referência sobre a Antiguidade Clássica, suas características e utilidades (dicionários, enciclopédias etc.).

5. Procure fazer uma pesquisa bibliográfica dos manuais sobre a Antiguidade Clássica nas diversas categorias: livros paradidáticos, manuais estrangeiros, livros de coleções históricas, literárias, arqueológicas, artísticas etc. Note a especificidade das coleções e as insira no seu contexto histórico e literário.

6. Compare as periodizações de diferentes autores sobre a Antiguidade Clássica, no que se refere à história política, literária, artística, filosófica etc. Analise as implicações teóricas de cada periodização.

**Arriano, A Batalha de Íssus, 2, 10-11 (333 a.C.)**

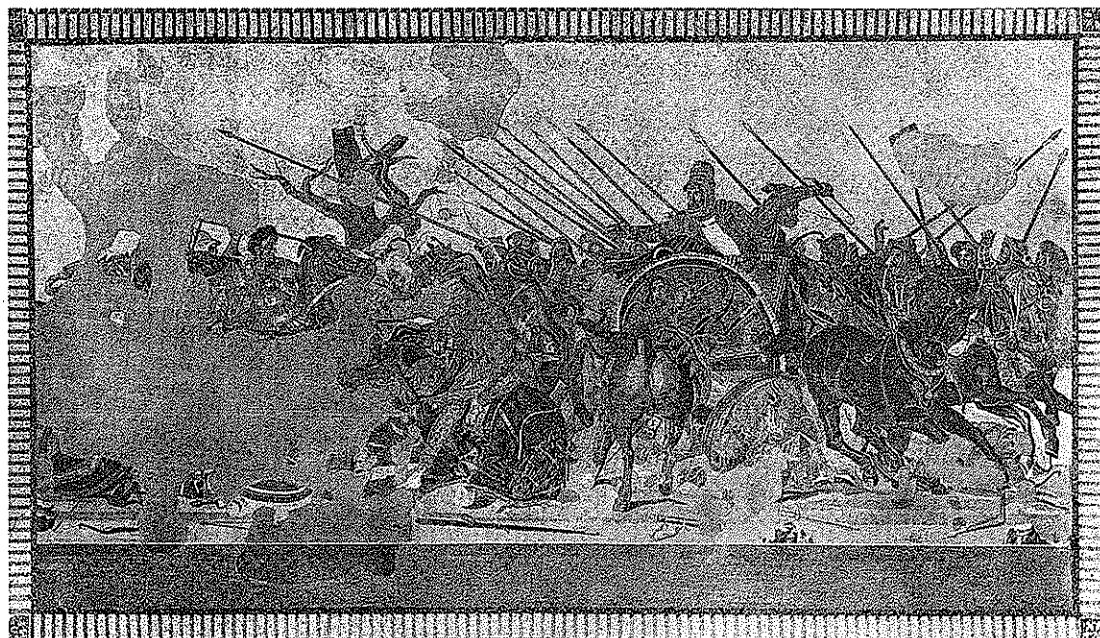
O exército persa estava bem visível. Mesmo assim, Alexandre avançou, em formação, com passo firme, evitando que um avanço muito rápido pudesse afetar a linha de ataque, deixando flancos em aberto. Quando mísseis inimigos já podiam atingir a tropa, Alexandre, à frente de suas tropas, no flanco direito, correu, colocando toda a atenção na velocidade de ataque. Um assalto decisivo iria destruir o inimigo e, o quanto antes começasse o combate corpo a corpo, mais rápido se livrariam da artilharia dos arqueiros persas. A estratégia de Alexandre mostrou-se acertada, pois o flanco esquerdo persa entrou em desordem. Esse foi um grande êxito para as tropas sob seu comando direto. No entanto, no centro a situação não era tão favorável, pois ali as tropas haviam permitido que se abrisse uma cunha na linha ofensiva e, à diferença do ataque de Alexandre que, rapidamente cruzara a linha inimiga e combatia corpo a corpo, fazendo a ala esquerda persa recuar, o centro dos macedônios avançava com muita lentidão...

A ala direita vitoriosa sob o comando pessoal de Alexandre, ao verificar que os persas já fugiam, voltou-se para a esquerda, em direção ao centro pressionado pelos gregos de Dario. Forçou-nos para trás e superando o flanco esquerdo, já em debandada, atacou os mercenários, destruindo-os imediatamente. A cavalaria persa, diante dos tessálios de Alexandre, iniciada a batalha, decide atacar violentamente os tessálios. A cavalaria atacava com grande furor e os persas foram superados quando souberam que os mercenários gregos estavam sendo destroçados pela infantaria macedônica e que o próprio Dario estava em debandada. Este foi o sinal para a fuga generalizada e aberta. Os cavalos com equipamento pesado sofreram particularmente e os milhares de homens que fugiam em pânico, desordenados, buscando a fuga nas trilhas e nas elevações locais, morreram pela ação do inimigo e dos aliados em fuga...

Quando o flanco esquerdo persa foi destroçado sob a liderança de Alexandre, Dario, em seu carro de guerra, percebeu o que acontecera e fugiu em desabalada carreira. Mantendo-se no carro enquanto o solo o permitia, viu-se constrangido a abandoná-lo quando o relevo passou a impedir seu progresso. Deixou, então, seu escudo e suas vestes de guerra...

## Mármore de Paros (264 a.C.), Batalha de Íssus

<334-3 a.C.> Desde a época em que Alexandre passou à Ásia e a batalha de Grânico, e desde a batalha que Alexandre lutou contra Dario, em Íssus, <passaram-se> 70 anos, quando o arconte, em Atenas, era Ktésikles.



Mosaico da casa do Fauno, em Pompéia, final do século II a.C., baseado em pintura helenística da época de Alexandre, Batalha de Íssus (figura 1).

### Comentários

Três relatos, de natureza diversa, sobre uma batalha que se constituiria em um emblema de toda uma época, o período helenístico (ca.340 a.C.146 a.C.). Flávio Arriano Xenofonte, nascido provavelmente nos anos 90 d.C. em Nicomédia, na Bitúnia Romana, exerceu diversos cargos públicos e militares romanos até tornar-se cidadão ateniense e magistrado e membro da *boulé* em Atenas. Sua obra *Anabasis Alexandri*, sobre as campanhas de Alexandre retoma as diversas fontes disponíveis sobre o tema. O segundo documento consiste em uma inscrição, descoberta na Ilha de Paros, em 1627, com uma tábua cronológica desde Cecrops até o arcontado de Diognetus, em Atenas. A datação dá-se pelos arcontes atenienses. O terceiro documento, um mosaico pompeiano, representa a Batalha de Íssus entre Alexandre e Dario III e reproduz uma pintura mais ou menos contemporânea à batalha.

As três reconstruções da Batalha demonstram a importância atribuída à vitória de Alexandre sobre os persas desde o período helenístico (mármore de Paros), passando pela república romana tardia (Casa do Fauno, Pompéia) e chegando ao

período antonino do Principado (meados do século II d.C.). O relato de Arriano, um militar acostumado com a estratégia e a prática da guerra, chama a atenção pelo destaque concedido ao combate pessoal do general e à sua coordenação da batalha. A guerra, na Antiguidade, exigia uma participação pessoal dos comandantes e os autores antigos são unânimes ao ressaltarem que a decisão dos destinos dos combates dava-se, muitas vezes, na disputa entre os generais.

O destaque dado a Alexandre no texto de Arriano, contudo, não deve ser atribuído, tão-somente, ao papel desempenhado pelo comandante em campo. Na verdade, Alexandre passou a simbolizar, ainda em vida e desde então até o final da Antiguidade, as virtudes do comandante militar, tanto em campo de batalha como na vida pública. As cidades independentes gregas foram incorporadas ao estado imperial pela monarquia macedônica e Alexandre simbolizava a quintessência do novo regime social, baseado no domínio militar. Nesse sentido, o texto opõe não tanto Alexandre, o bom estrategista, a Dario, o mau general, mas a firmeza e coordenação do general por oposição à falta de unidade da massa de infantess. O "grande número" (*plethos*), tanto na vida militar como na vida pública, apenas torna-se forte pela ação de comando e ordenação do general. A palavra-chave, neste contexto, é *taxis*, a um só tempo a "unidade" militar e o princípio que permite o funcionamento, seja do exército, seja da sociedade: "ordem".

O segundo documento, muito breve, apresenta a concisão típica das epígrafes. A própria datação da batalha está incorreta, tendo ocorrido, na verdade, no outono de 333 a.C. (Harding 1985:5), e não no mesmo ano que a Batalha de Grânico (334 a.C.). O mosaico pompeiano parece derivar de uma pintura de Filoxeno ou de Aristides de Tebas, ambos alunos do artista Nicômaco (cf. Plínio, N.H. 35, 98-9;110). O mosaico, descoberto em 1831 e conservado no Museu de Nápoles, mede 5.50m por 2.42m e apresenta Alexandre a cavalo e sem capacete liderando o ataque ao rei persa. Dario, cercado pelos seus cavaleiros, está no seu carro e seu condutor está usando do chicote para açoitar os cavalos para a fuga. Imediatamente à sua frente, um persa tenta segurar um cavalo, representado, com criatividade, desproporcionalmente pequeno, a fim de liberar a visão do rei persa. Um cavaleiro persa, tendo tentado, em vão, deter a carga de Alexandre contra o rei, e, tendo seu cavalo caído, é apresentado atingido pela lança do macedônico. Dario, com a mão direita estendida, e o cavaleiro que tenta segurar seu cavalo olham a cena catastrófica com grande preocupação.

O mosaico pompeiano deve ter sido executado antes de 100 a.C. e as fraturas devem ter sido causadas pelo terremoto de 63 d.C. "O uso cuidadoso de pequenas *tesserae* reproduz, com sensibilidade, as transições pictóricas de luz e sombra dentro de uma modesta gama de cores, e o resultado reproduz, convincentemente, o protótipo perdido" (Wheeler 1989:174). Não há dúvida, contudo, de que a pintura original helenística utilizava-se de recursos intransponíveis ao mosaico, em particular no uso das cores. De qualquer forma, o tema do confronto entre Alexandre e Dario, entre a civilização helênica e o mundo oriental, consubstanciava-se extraordinariamente nesta representação. "O helenismo conquistou



o oriente pelas armas da Macedônia e por suas próprias instituições... não há dúvida de que a civilização ocidental se apóia na concepção grega e que ela seja constituída pelo livre jogo das iniciativas individuais. Ao tempo de Alexandre, ela já havia provado sua superioridade", palavras fortes do grande helenista Pierre Jouguet (1972:391;395), escritas mais de vinte séculos após os feitos de Alexandre, em 1926. As analogias entre o imperialismo francês e o macedônico seguramente não estavam longe das preocupações de Jouguet. A memória desses feitos heróicos, a invenção de Alexandre como chefe militar teriam efeitos duradouros e seriam fundamentais para a sustentação tanto dos regimes helenísticos como, posteriormente, do Império Romano. Não é à toa que Júlio César, ainda jovem nas campanhas da Espanha, ao atingir 33 anos, idade com que morrera Alexandre, tenha se posto a chorar e, quando perguntado o que se passava, respondeu: "não parece que deva lamentar-me pois Alexandre, com a minha idade, já havia conquistado tantos reinos, enquanto eu, até agora não levei a cabo feitos ilustres!" (Plutarco, Vida de Júlio César, 11).

### Salústio, *A Guerra de Jugurta*, capítulo 4

Dentre as outras atividades exercidas pelo espírito, em primeiro lugar é útil relatar os acontecimentos passados. Sobre a virtude de tal arte, não preciso deter-me, pois muitos já se referiram a isso e, também, para que não pensem que eu queira, por vaidade, ressaltar por demais o meu próprio trabalho e dedicação. Ainda mais, creio que, por ter decidido afastar-me da vida pública, alguns darão a pecha de inércia ao trabalho tão importante e útil ao qual me dedico. Certamente, fá-lo-ão aqueles que consideram sua maior tarefa curvar-se diante da plebe e obter suas boas graças, por meio do patrocínio de banquetes. Se estes examinassem, com maior cuidado, a época em que obtive magistraturas e quais homens não puderam obtê-las e, depois, que espécie de gente chegou ao Senado, sem dúvida concluiriam que minhas opiniões mudaram mais por mérito que por falta de iniciativa e que há de vir mais benefício de meu ócio que das atividades dos outros para a República.

Muitas vezes, ouvi dizer que Quinto Máximo e Públio Cipião, além de outros homens ilustres de nossa pátria, costumavam afirmar que, ao contemplarem as imagens de cera de seus antepassados, sentiam um enorme estímulo em direção à virtude. É de se supor que nem a cera, nem os retratos, tivessem, em si mesmos, tanta força, mas que, ao contrário, o relato dos feitos passados fizesse crescer, no peito dos homens egrégios, esta chama que não se extinguiria senão ao igualarem sua virtude à fama e à glória daqueles. Por outro lado, com os costumes atuais, todos querem rivalizar com os antepassados, não em probidade e zelo, mas sim em riqueza e fausto. Também os homens novos, que outrora costumavam superar a nobreza pela virtude, esforçavam-se para obter comandos militares e honrarias, furtivamente e antes com violência que com honestidade, como se a pretura, o

consulado e as outras magistraturas fossem ilustres e tivessem valor em si mesmas e não que sua virtude adviesse daqueles que as ocupam (outra tradução, do professor Antônio da Silveira Mendonça, pode ser consultada em Sêneca 1990).

### Comentários

O pequeno trecho acima, sobre a importância do trabalho do historiador, exige uma atenção especial, pelas referências a conceitos e contextos históricos antigos específicos. Caio Salústio Crispo nasceu na Sabínia, em Amiterno, em 86 a.C. Em 52 a.C. foi tribuno na plebe e, como partidário de Júlio César, atuou no exército contra os pompeianos, tendo sido nomeado procônsul da província África Nova em 46 a.C. Após o assassinato de César, em 44 a.C., retirou-se da vida pública e escreveu monografias de História até sua morte em 35 a.C. A *Guerra de Jugurta*, sua maior obra, trata da guerra contra Jugurta, entre 111 e 106 a.C., na Numídia (Norte da África).

Salústio começa sua justificativa da monografia propondo que a *memoria rerum gestarum* ("a memória dos acontecimentos") constitui a mais útil atividade do engenho humano (*ingenium*). O relato do passado é, portanto, um trabalho intelectual derivado do desejo, da vontade de estudar (*studium*, derivado de *studere*, "ter vontade, gostar"). Salústio define a escrita da história em termos ativos, como *negotium* (negócio, não-ócio, atividade), oposto à inércia (*inertia*). Utilizando-se de uma aparente aporia, Salústio caracteriza o trabalho do historiador como atividade (*negotium*) e como ócio (*otium*): em realidade, é um trabalho intelectual, portanto, dependente da paz e da tranquilidade da inação mas, ao mesmo tempo, induz à ação e constitui-se como uma atividade (*negotium*). Na verdade, Salústio, em toda a sua obra, utiliza-se destas aparentes contradições (*inconcinnitates*) para descrever realidades ou conceitos, complexos e contraditórios.

No segundo parágrafo, Salústio demonstra como o relato histórico constitui uma força (*vis*) que impulsiona os homens em direção à fama e à glória. *Fama*, "aquilo que se fala, que se propaga pela tradição oral", assim como *glória* constituem a essência mesma da *memória*, do relato histórico. Essa lembrança impulsiona à ação. Salústio, no entanto, lembra que, em sua época, a busca da fama não se dava mais em termos de correção moral e trabalho duro (*probitate, industria*), mas no que se refere à riqueza e à prodigalidade. As boas maneiras foram substituídas pelo roubo e pelo latrocínio (*furtim et per latrocinia*), mesmo nos homens novos, aqueles que não pertenciam à nobreza e que, anteriormente, usavam-se da virtude para igualar-se à nobreza de sangue (*nobilitas*).

Na interpretação da História do seu período, Salústio parte do pressuposto de que a virtude individual, outrora tão importante, degrada-se e transforma-se em ambição, processo que ocorre com os diversos personagens históricos da sua narrativa (Jugurta, Escauro, Mário, *inter alios*). Relaciona esse processo a um momento determinado da história romana: a consolidação da supremacia romana no Medi-

terrâneo, após a destruição de Cartago em 146 a.C. (Funari 1992). Seu relato, além disso, utiliza-se de diversos recursos estilísticos a fim de torná-lo mais original e instigante para o leitor. Além da junção de termos contraditórios, como ao definir a História, sucessivamente, como negócio e ócio, procura chocar o leitor com o uso de expressões incomuns. Assim, em vez de usar dois advérbios, prefere a estranheza do uso de um advérbio seguido de uma preposição e substantivo, na frase “furtivamente, e com violência” (*furtim et per latrocinia*). Autores clássicos, como Cícero, a quem Salústio se opunha, utilizariam dois advérbios, “furtiva e violentamente”.

Salústio, neste trecho, permite observar o caráter retórico, exortativo e literário do relato do historiador. Sua interpretação do passado, além disso, é explícita. Não pretende descrever a verdade, ou os fatos tal como ocorreram, mas contar uma história, a partir de um ponto de vista explícito, visando induzir seus leitores a um posicionamento político claro (Earl 1961). O engajamento do autor não se encontra oculto, nem os recursos semânticos de persuasão obscurecidos e a linguagem poética aflora a cada momento.

### **Decreto da Segunda Liga Marítima Ateniense (378-7 a.C.), *Sylloge Inscriptionum Graecarum* 147a, “Aliança política”**

Nausínico sendo arconte, Calíbio, filho de Cefisofonte, de Paênia, estabeleceu os termos deste documento. Sob a sétima pritania, da tribo Hipotôntida. Resolução do Conselho e do Povo. Carino de Atmônia era epistato. Aristóteles propôs: pela boa sorte dos atenienses e dos seus aliados, para que os lacedemônios deixem os gregos, livres e senhores das suas leis, manter, com plena segurança e garantia, seus territórios... foi decretado pelo Povo: se alguém, grego ou bárbaro, habitando no continente ou nas ilhas autônomas, deseja aliar-se aos atenienses e seus confederados, que seja autorizado, mantendo-se livre e senhor das suas leis, organizando-se no contexto político que queira, sem receber guarnição militar, sem ter de aceitar magistrado <estrangeiro>, sem ter de pagar tributo, nas mesmas condições dos cidadãos de Quíros e de Tebas e outros aliados.

Para aqueles que se aliarem aos Atenienses e confederados, o Povo <de Atenas> cede todas as propriedades, mesmo se forem numerosas, privadas ou estatais, que se encontrem no território dos novos aliados. O Povo compromete sua boa fé nesta determinação. Se, por acaso, nas cidades que se aliarem aos atenienses, forem mantidos limites de propriedade contrários aos direitos de atenienses, o Conselho em exercício poderá aboli-los. A partir do arcontado de Nausico, não será permitido a nenhum cidadão ateniense, ou ao Estado, adquirir propriedades nas cidades aliadas, sejam casas ou terras, mesmo que tenha sido por compra, hipoteca ou qualquer outro meio. Se alguém compra, adquire ou toma uma hipoteca, por qualquer meio, os aliados podem denunciá-lo ao Conselho dos Aliados. Este Conselho designará a metade das somas exigidas <como multa> ao denunciador, a outra metade será partilhada pelos aliados.

Se alguém entrar em luta contra uma cidade aliada, em terra ou no mar, os Atenienses e confederados socorrerão a cidade ameaçada, em terra ou no mar, com toda sua força e na medida do possível. Se alguém, magistrado ou privado, propuser algo contrário a este decreto, visando anular alguma das suas disposições, será punido com a atimia, seus bens serão entregues ao Estado, um décimo cabendo à Deusa Atena. Além disso, será julgado pelos Atenienses e confederados por atentado à aliança. Será condenado à morte ou ao exílio, em toda área sob jurisdição de Atenienses e aliados. Se for condenado à morte, não será sepultado na Ática nem nos territórios confederados. O secretário do Conselho inscreverá este decreto em uma estela de pedra, que será colocada junto a Zeus Eleutério e o dinheiro necessário para executar a epígrafe — ou seja, sessenta dracmas retirado de dez talentos — será fornecido pelos tesoureiros da Deusa Atena. Na estela estará inscrito o nome das cidades aliadas e das que se aliarem. A inscrição concluída, o povo designará, imediatamente, três enviados a Tebas.

### Plutarco, *Moralia*, 11, 857,12-13, “Sobre a malícia de Heródoto”

12. Heródoto é, também, tão filobárbaro que isenta Busíris da responsabilidade pelo sacrifício humano e pelo assassinato de estrangeiros. Testemunha a piedade e justiça absolutas de todos os egípcios e acusa, destes crimes, justamente os helenos. Seu relato, no segundo livro, diz que Menelau, tendo resgatado Helena de Proteu e recebendo ricos dons, comportou-se como o mais terrível criminoso. Impedido de zarpar por causa das intempéries, “planejou um ato sacrílego, tomando dois rapazes nativos, oferecendo-os como vítimas de sacrifício. Para escapar do ódio levantado contra si, fugiu de seus atacantes viajando para a Líbia”. Não sei que Egípcio possa ter-lhe contado tal estória, mas, na verdade, está em contradição com as grandes honras prestadas, ainda hoje, no Egito, tanto a Helena quanto a Menelau.

13. Continua nessa linha, afirmando que os persas aprenderam a pederastia dos gregos. Mas, como é possível que os persas tenham aprendido esta prática sexual dos gregos quando todos admitem que castravam meninos muito antes de chegar ao Mar Helênico? Afirma que os gregos aprenderam a realizar procissões e cerimônias religiosas com os egípcios, bem como a adoração dos Doze Deuses. O próprio nome *Dionisos*, diz, foi aprendido dos egípcios por Melampo, tendo este ensinado aos outros helenos. Também os mistérios e rituais secretos ligados a Deméter foram trazidos do Egito pelas filhas de Danaus. Diz que os egípcios batem nos peitos e lamentam, mas não diz o nome do Deus que invocam pois “não quebrará o silêncio nas coisas sagradas”. Contudo, quando trata de Héracles e Dioniso não tem nenhuma restrição desse tipo. Apresenta Héracles e Dioniso, adorados pelos egípcios, como deuses antigos enquanto seus homólogos helenos seriam apenas homens que envelheceram como humanos. Diz, entretanto, que o Héracles egípcio fazia parte do

segundo grupo de deuses e Dioniso do terceiro, de forma que tinham um início de sua existência e não teriam existido desde sempre. Mesmo nessas circunstâncias, considera-os deuses, enquanto aos outros considera mais apropriado “fazer oferendas”, como se faz com mortais tornados heróis, do que “sacrificar” como se faz com os deuses. Disse o mesmo sobre Pan, usando relatos egípcios sem nexo para pôr abaixo as verdades mais solenes e sagradas da religião grega.

### Varrão, *Sobre a língua latina*, 5,80-2, “Sobre os nomes dos magistrados”

80... Começarei com os cargos públicos. O cônsul foi assim chamado, pois é quem consulta (*consulere*) o povo e o senado; a não ser que a seja como diz Acio no seu *Brutus*: “Aquele que sabe as medidas corretas (*recte consulat*), seja este o cônsul.” O pretor (*praetor*) é aquele que vai à frente (*praeire*) da justiça e do exército; daí a frase de Lucílio: “Os pretores vão à frente e no comando (*ante et praeire*).”

81. O censor é aquele que decide (*censio*), ou seja, arbitra o que o povo apresenta no censo (*censeretur*). Edil (*aedilis*) é aquele que controla os edifícios (*aedes*) sacros e privados. Os questores (*quaestores*), nome derivado de *quaerere* (buscar), são aqueles que buscam os recursos públicos (*conquirerent*) e que buscam descobrir as fraudes, agora função dos *triumviri capitales* (três encarregados de questões criminais). Em seguida, os magistrados encarregados de processos judiciais (*quaestionum iudicia*) foram chamados *quaesitores* (juizes). Os tribunos militares (*tribuni militum*) têm esse nome porque, antigamente, eram três enviados militares, um (*terni*) para cada uma das três (*tres*) tribos (*tribus*), Ramnes, Luceres e Tities. Os tribunos da plebe (*tribuni plebei*) têm esse nome porque os primeiros tribunos da plebe, encarregados da defesa da plebe (*plebs*), foram escolhidos entre os tribunos militares, quando da secessão ao Crustumério.

82. O ditador (*dictator*) é assim chamado porque o cônsul dizia (*dicere*) que todos deviam obedecer às suas ordens (*dicta*). O chefe da cavalaria (*magister equitum*) deriva seu nome do poder absoluto sobre os cavaleiros (*equites*) e tropas auxiliares, tal como o ditador tem poder absoluto sobre o povo, pelo que é chamado, também, *magister populi* ou “mestre do povo”. Como todos estão sob a autoridade dos mestres (*magistri*), são chamados “magistrados” (*magistratus*)...

### Inscrição comemorativa de Lúcio Fábio Cilo, *Corpus Inscriptionum Latinarum* VI, 1408 (*Inscriptiones Latinae Selectae* 1141), “Uma carreira militar”

Para Lúcio Fábio, filho de Marco, da tribo Galéria, Cilo Septímio Catínio Aciliano Lépidio Fulcianiano, cônsul, colega do imperador Lúcio Septímio Severo Piedoso

Pertinax Augusto, Arabe, Adiabênico, pai da pátria; membro da confraria em honra de Adriano, decurião menor; legado de Augusto, propretor para as províncias da Panônia e da Mésia superiores, Bitínia e Ponto; comandante das legiões do imperador Severo Piedoso Pertinax e de Marco Aurélio Antonino Augusto, atuando na Itália; comandante dos destacamentos em ação na região de Perinto; legado propretor de Augusto para a província da Galácia, prefeito do tesouro militar, procônsul da província Narbonesa; legado de Augusto da décima sexta legião Flávia Firma; pretor urbano, legado propretor da Província Narbonesa; tribuno da plebe, questor da província de Creta e Cirenaica; tribuno militar da décima primeira legião Cláudia, membro da comissão de dez magistrados encarregados de julgar litígios; curador das repúblicas da Nicomédia, de Interama e de Gravisca. Tibérjo Ambreliano, centurião da quinta legião macedônica, por seus méritos.

### Atividades encaminhadas

1. Caracterize a importância do documento epigráfico referente à Segunda Liga Marítima Ateniense (378-7 a.C.).

Esse documento epigráfico, formalmente, é um decreto da assembléia popular ateniense por proposição de Aristóteles. Conservou-se em mármore pentélico e é um dos mais importantes da história grega do século IV a.C. (Bengtson 1972:200-3). Aos gregos e bárbaros dispostos a entrar na aliança garantiam-se liberdade e autonomia e assegurava-se assistência militar. Atacam-se os espartanos, logo no início, pedindo respeito à *koiné eirene* (paz geral). Apesar da hegemonia ateniense, criou-se um conselho (*synedrion*), órgão federal dos aliados. As decisões deviam ser aprovadas pelo conselho e pelo *demos* de Atenas, garantindo um direito de veto aos atenienses. Traçou-se de um tipo único de organização federal relativamente equânime (sobre o imperialismo ateniense no século V a.C., veja-se Guarínello 1987).

2. Reflita sobre a caracterização, por parte de Plutarco, de Heródoto como um autor filobárbaro.

Heródoto, considerado na Antiguidade como o primeiro historiador, tornou-se, em nossa época, "o fundador do estudo dos sistemas culturais" (Auzias 1978:13). Pode ser considerado o primeiro antropólogo justamente por seu interesse pelos costumes dos diferentes povos e por não olhar as outras culturas sob o prisma de uma suposta superioridade helênica. Ao contrário, Heródoto, dando continuidade às mais antigas tradições gregas, vinculava a religião e os costumes helênicos às civilizações orientais (para uma análise detalhada do tema, veja-se Bernal 1987). Plutarco, por outro lado, como um platônico preocupado com os ensinamentos morais da História, busca, no passado, não tanto a verdade quanto a beleza ética. Esta consubstancia-se na descrição

da superioridade moral grega e, particularmente, dos seus heróis. É interessante observar que a historiografia moderna, a partir do século XIX, acabou por adotar pontos de vista semelhantes àqueles propostos por Plutarco, em especial ao rechaçar as ligações entre a cultura grega e as culturas orientais e ao pressupor uma natural superioridade na cultura helênica.

3. Reflita sobre a importância da etimologia popular para a constituição de uma memória política, a partir do texto de Varrão.

A ciência filológica moderna, a partir do século XIX, buscou, com o estudo da etimologia nas línguas indo-européias, a origem das palavras e, portanto, das instituições sociais. No entanto, na própria Antiguidade Clássica, a etimologia popular costumava fundar as concepções correntes sobre o funcionamento das suas sociedades. Varrão, ao escrever seu livro sobre a língua latina, procurou sistematizar uma série de idéias correntes. Utilizou-se, em profusão, da tradição oral, com destaque para as frases feitas e provérbios. Neste trecho, cita dois casos: *qui recte consulat, consul fiat* ("quem decide corretamente, seja feito o que decide") e *ergo praetorum est ante e praeire* ("caracteriza o que vai na frente ir adiante e comandar"). Como se observa pelas traduções, não é possível preservar, no vernáculo, os trocadilhos originais. No entanto, Umberto Eco (1978:18) tem razão ao afirmar que as etimologias baseadas no jogo de palavras, "não científica", filosófica e popular, possuem grande importância justamente devido à sua fácil aceitação. Nesse sentido, a obra de Varrão constitui um fértil manancial de expressões correntes.

4. Reflita sobre a carreira de Lúcio Fábio Cilo, tal como apresentada na inscrição de um centurião.

Um centurião legionário, pertencente à quinta legião macedônica, criada na Macedônia durante as Guerras Civis por Brutus, encontrava-se, no final do século segundo d.C., na Mésia. Essa legião pertencia aos contingentes danubianos do exército romano que levaram Septímio Severo ao poder. A inscrição relata o início da carreira de Cilo, dividida em quatro tipos de atividades: 1. consulado, títulos honoríficos e sacerdócios; 2. cargos e postos militares à época de Septímio Severo; 3. carreira anterior a Septímio Severo; 4. cargos municipais. Sabe-se, pela *História Augusta* (Vida de Cômodo, 20), que Cilo foi cônsul em 192-3 d.C. Antes disso, jovem membro da ordem senatorial, Cilo começou sua carreira, exerceu magistraturas menores, serviu como tribuno na quinta legião Cláudia, na Mésia. Cilo deve ter nascido antes de 160 d.C., seu vigintivirato em 178 d.C. A carreira desse personagem demonstra as múltiplas atividades civis, religiosas, militares e locais da aristocracia imperial romana.

## Atividades propostas

1. Identifique, no decreto da Segunda Liga Marítima Ateniense, os termos técnicos empregados e procure, em dicionários e enciclopédias, seu sentido (e.g. *arconte*, *prítania*, *epístato*).
2. Com auxílio de obras sobre a história da Grécia, procure mostrar como se diferenciavam a Primeira e a Segunda Liga Marítima Ateniense.
3. Procure, em obras sobre as mitologias antigas, as características dos personagens citados por Plutarco, em seu texto: Busíris, Menelau, Helena, Proteu, Dioniso, Héracles, Pan.
4. Com o auxílio de bibliografia suplementar, reflita sobre a diferença, na religião grega, entre heróis e deuses.
5. Consulte outras passagens da obra de Varrão sobre a língua latina e transcreva alguns dos ditados populares utilizados pelo autor.
6. Alguns dos termos utilizados por Varrão no trecho citado continuam em uso, como *cônsul*, *edil*, *plebe*, *magistrados*. Reflita sobre as transformações de sentido dessas palavras e quais suas implicações socioculturais.
7. Procure, em obras específicas, os sentidos dos cargos citados na inscrição de Cilo: *decurião*, legado de Augusto, *propretor*, prefeito do tesouro militar, *pretor urbano*.
8. Reflita sobre a relação estreita entre carreira civil e militar no Império Romano, a partir da inscrição de Cilo.





Moeda ateniense, datada de cerca 520 a.C. (Florenzano 1992: pr.16) (figura 2)

### Comentários

O estudo das moedas constitui uma especialidade, a numismática. A moeda, na Antiguidade Clássica, não se limitava a servir como medida de valor ou como instrumento de troca comercial, mas cumpria igualmente funções políticas (Florenzano 1992:1). O uso de metais em barra para efetuar transações comerciais era já conhecido dos povos médio-orientais, como os egípcios, babilônicos e fenícios. As primeiras moedas nada mais eram que pequenas quantidades de metal cujas vantagens sobre as barras eram múltiplas: facilidade de transporte; possibilidade de diferenciação entre diversos pesos e dimensões, e, portanto, de valores; finalmente, as moedas podiam ser *cunhadas* e, assim, receber marcas de controle oficial do seu valor por parte de autoridades municipais. O surgimento das moedas liga-se, desta forma, a três transformações culturais notáveis da Grécia nos idos do século VII a.C. Em primeiro lugar, é o desenvolvimento da pólis (cidade autônoma) e da vida política que permitirá, a médio prazo, a organização de cunhagens oficiais de moedas (Will 1975:233). Em segundo lugar, a complexificação crescente das trocas comerciais exigia a introdução de meios práticos e confiáveis de troca. Esse fator foi ressaltado pelos próprios autores antigos, como Aristóteles (Pol.1257 a-b), e estava na base da sofisticação métrica que as moedas logo sofreram. Em terceiro lugar, um fator crucial na popularização do uso da moeda foi a alfabetização (Havelock 1982:185 *et passim*).

Os metais mais usados para as moedas eram o ouro, a prata, o cobre, o bronze e o eletro (liga de ouro e prata). A mineração teve, como resultado, seu desenvolvimento acelerado (White 1984:113-126) e as moedas, para serem cunhadas, deviam ser aquecidas para que o cunho pudesse imprimir a inscrição e os desenhos (Fowler & Wheeler 1909:355). As moedas deviam seguir padrões monetários específicos, com pesos standardizados e de domínio público. Os sistemas de divisão monetária eram variados. Em Atenas, por exemplo, a unidade de valor era o dracma, dividido em seis óbulos. As cunhagens seguiam estas divisões, com moedas de 10,4,2 e uma dracma, e outras de 5,4,3,2,1 e meio, 1,  $3/4$ ,  $1/2$ ,  $3/8$ ,  $1/4$  óbulos. Normalmente não se adicionavam numerais que explicitassem o número de dracmas ou óbulos. Era comum, ao contrário, a referência à cidade emissora da moeda, na forma do nome do povo no genitivo. Esse é o caso da moeda ateniense aqui apresentada: as letras gregas *athe* estão a indicar o genitivo *athenaíon*, "dos atenienses".

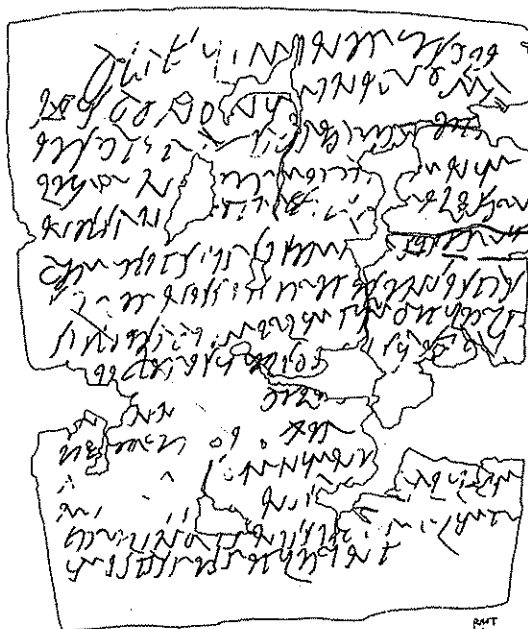
A iconografia monetária variava, também, de acordo com a cidade e a época. Essa moeda ateniense apresenta os dois símbolos comuns nas emissões atenienses: no anverso, a Deusa Atena e, no reverso, seu atributo principal, a coruja. Isso ressalta os aspectos não estritamente econômicos da moeda grega, em particular em Atenas. A cidade, durante o regime democrático (séculos V e IV a.C.), incentivava a circulação de dinheiro entre os grupos sociais superiores e inferiores por meio de diversos mecanismos. O pagamento para o exercício de funções públicas (*misthoi*), os soldos militares, os salários públicos e as *liturgias* (financiamento privado a atividades como coros, equipes atléticas etc.) eram formas de redistribuição política de renda facilitadas pelo uso da moeda. O caráter social e político dos empréstimos hipotecários também deve ser ressaltado: financiavam-se dotes de meninas, funerais e outras atividades não diretamente econômicas.

O desenvolvimento artístico das moedas gregas pode ser dividido em, ao menos, sete períodos: 1. Período arcaico, das origens ao recuo dos persas em 479 a.C.; 2. Período transitório, coincidindo com a Guerra do Peloponeso (479-404 a.C.); 3. Período de apogeu das cidades independentes, até a morte de Felipe da Macedônia (404-336 a.C.); 4. Período helenístico inicial (336-280 a.C.); 5. Período helenístico tardio, até a destruição de Corinto (280-146 a.C.); 6. Período romano inicial (146-27 a.C.); 6. Período romano imperial, até Galieno (27 a.C.-268 d.C.), quando terminam as cunhagens das cidades gregas. A partir do período helenístico, as moedas passam a ser utilizadas pelos monarcas como instrumento de propaganda, prática que será adotada e expandida pelos romanos durante o Principado.

O estudo das moedas envolve uma série de temas, desde as técnicas de fabricação (Hackens 1975), passando pela metrologia (Naster 1975), pelas ligas metálicas (Condamin 1975), tipos e legendas monetárias (Lacroix 1975; Gauthier 1975), ateliês produtores e circulação. Sua importância para o conhecimento da vida econômica, social, cultural e política antiga não pode ser subestimada. Como outros objetos arqueológicos, contudo, sua análise envolve não tanto o exemplar individual, uma moeda específica, mas um conjunto numeroso de documentos. As *séries monetárias*, na verdade, constituem o objeto de estudo do numismata, pois apenas um

grande número de moedas permite estudar a metrologia e as diferentes cunhagens.

**Três documentos epigráficos provenientes de *Aquae Súlís*, Bath, Inglaterra (Tomlin 1988: 150-1; 198-9; 226-7)**

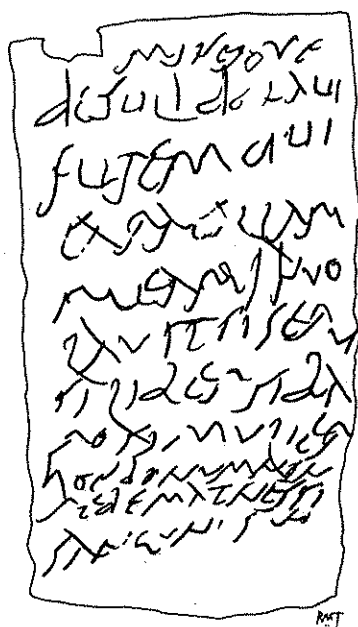


1. Carta referente a roubo de roupas (figura3)

Transcrição: *deaesuliminiruesoli/ nusdononuminituoma/ iestatipaxsabaearemet/ leumn<>ermitta<>mnum/ necsan..tem,eiquimihifru/ dem.ecitsiursifemi<.>. siseruus/ s<.>l.ernissi..eretegensistas/ s.eciesad..mplumtuumdetulerit/ ..beriesuiue lson sua.equi/ deg/ eiquoque xe/ mnumne/ m n.. alul.um/ etrelinqu<.>.snissiad. <.>mplumtu/ umistasresretulerint.*

Tradução: "De Solino para a deusa Súlís Minerva. Dou para tua divindade e majestade minha túnica de banho e meu casaco. Não deixa dormir, ou ter saúde, aquele que me fez mal, seja homem ou mulher, escravo ou livre, a menos que se apresente e traga estas coisas para o teu templo... seus filhos ou seus... e.. aquele... para ele também... sono ou <saúde>... casaco e o restante, a menos que tragam estas coisas para teu templo."

Placa de liga metálica, de 78 por 91 mm, originalmente dobrada em quatro; número de inventário 616; provavelmente, datada do século III d.C. (antes de 275 d.C.).

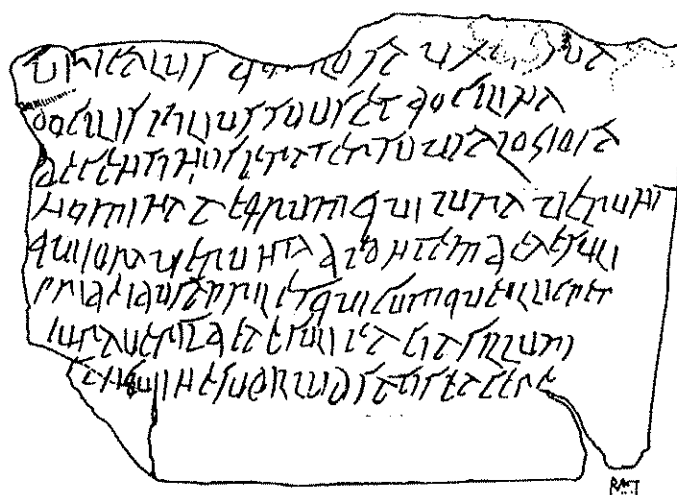


2. Roubo de um manto (figura 4)

Transcrição: *minerue/ desulidonai/ furemqui/ caracallam/ meaminuo/ lauitsiserus/ siliberiba/ rosimulier/ hocdonumnon/ redematnessi/ sangun.suo.*

Tradução: "Para Minerva, a deusa Sûlis, dou o ladrão que roubou meu casaco, seja escravo ou livre, homem ou mulher. Não reaverá esta doação a não ser com seu próprio sangue."

Placa de liga metálica, de 50 por 88 mm; número de inventário 671; ca. 250-300 d.C.



3. Punição ao perjúrio ou falso testemunho (figura 5)

Transcrição: *uricalusdo.ilosaux..sua/docilisfiliussuusetdocilina/  
decentinusfratersuusalogiosa/nominaaeorumquiiurauerunt/  
quiiuraueruntadfontemdeaesuli/prideidusaprilesquicumqueillicper/  
iurauerritdaesulifaciaillum/ sanguinesuoilludsatisfacere.*

Tradução: "Uricalo, Docilosa sua mulher, Dócilis seu filho e Docilina, Decêntino seu irmão, Alogiosa: os nomes destes que juraram <que juraram>, na fonte da deusa Súlís, no dia 12 de abril. Aquele que cometer um perjúrio, faça com que pague com o próprio sangue à deusa Súlís."

Placa de liga metálica, de 75 por 55 mm; número de inventário 618; final do século III ou século IV d.C.

### Comentários

No sudoeste da Inglaterra, uma fonte natural de água morna (46,5 graus centígrados) deu origem a um assentamento romano, a partir de meados do primeiro século d.C. (Johnston 1983:17). No local, um templo foi dedicado a Súlís Minerva, divindade sincrética: Minerva, deusa romana da sabedoria e protetora do povo romano, foi associada à deusa nativa Súlís. Uma série de placas votivas foram encontradas, recentemente, depositadas e endereçadas à deusa (Cunliffe 1988). Conhecidas pelo termo latino *defixiones*, consistem em *maldições* de pessoas que cometeram ofensas, cuja reparação é pedida a um deus. Frequentemente, os bens roubados e reivindicados ou os próprios ladrões são ofertados à divindade, justificando o uso do termo *donatio* ("doação") usado para referir-se às placas.

Os textos aqui apresentados utilizam-se de dois tipos de letras cursivas diversas: a primeira placa utiliza-se da chamada *escrita romana cursiva antiga*, usada até cerca de 275 d.C.; a terceira está escrita em *cursiva romana nova*, introduzida no último quartel do terceiro século d.C., enquanto a segunda mescla os dois tipos de letras. A datação apresentada acima deriva, na ausência de datação mais precisa, da utilização das cursivas antigas ou novas. As placas não eram feitas em série, mas individualmente, e entre as 130 placas provenientes de Bath não há, até o momento, casos de dois ou mais textos escritos por uma mesma pessoa, podendo-se inferir que não são o resultado do trabalho de escribas profissionais e que, portanto, um considerável número de pessoas sabia ler e escrever no santuário (Tomlin 1988:99). O uso de um latim repleto de vulgarismos, bem como a referência ao roubo de objetos baratos, indica que as placas refletem os ambientes mais populares da sociedade provincial romano-britânica.

O texto de Solino permite observar o caráter legal, fortemente jurídico, do linguajar utilizado nestas maldições: *si uir, si femina, si seruus, si liber*, "seja homem ou mulher, escravo ou livre". Esse tipo de formulação procura evitar a burla por parte de quem quer que seja e calca-se na linguagem legal. O uso de palavras já

em desuso, como *uir*, equivalente ao vulgar *baro* ou *mascel*, ou *femina*, substituindo o comuníssimo *mulier* (cf. “mulher”, em português) só pode derivar do apego a fórmulas jurídicas arcaizantes. Isso torna-se mais claro quando confrontamos esses termos eruditos com os múltiplos vulgarismos do texto: por exemplo, *minerue* por *mineruae* ou *panxa* por *pexam tunicam* (“túnica pregueada”). Na verdade, o próprio estabelecimento do texto apresenta uma série de problemas. Algumas linhas estão com lacunas e sua interpretação não é inequívoca: *li>beri sui uel son sua* pode ser lido *liberi sui uel sponsa sua* (“seu filho ou sua esposa”) ou *liberi sui vel sponte sua* (“seu filho ou por sua própria vontade”). Sentidos muito diferentes mas de difícil escolha a partir dos vestígios disponíveis.

O segundo texto, mais recente, apresenta as mesmas características jurídicas e vulgares. O roubo de uma *caracalla*, um tipo de túnica gaulesa, demonstra, também nesse caso, a simplicidade do autor do texto, enquanto o uso da palavra *baro* para referir-se a “homem” — substituindo o clássico *uir*) — parece indicar forte influência provincial, sendo essa palavra, provavelmente, de origem celta. A terceira placa constitui exemplo único, até o momento, de um texto contra o falso testemunho. Acreditava-se que fontes d’água podiam punir o perjúrio e, aqui, membros de uma família provincial celto-romana associam-se na dedicação da placa. Alguns nomes próprios são celtas, como Uricalus, outros latinos, como Decentinus, Docilis, Doc ilosa e Docilina, enquanto Alogius parece ser de origem grega. A mescla étnica, atestada por esses nomes, reflete uma cultura popular provincial romanizada. A tradição de associar águas termais à punição do perjúrio remonta a antiqüíssimas concepções indo-européias. O Pseudo-Aristóteles (*Mirabilia* 57) afirmava, assim, que o juramento devia ser escrito em uma placa e jogado à água: se flutuasse era verdadeiro.

### Apologia de Sólon pelo próprio, citado por Aristóteles, *Constituição de Atenas*, 12,4

Dentre os objetivos que me levaram a reunir o povo, há algum que não tenha concluído antes de me retirar? Quem poderia servir de testemunha, melhor do que ninguém, perante o tribunal do tempo, senão a grande Mãe dos Olímpicos, a Terra negra, da qual tirei, um dia, as cercas, em milhares de lugares, essa Terra, outrora escrava e, agora livre. Repatriei a Atenas, sua pátria fundada pelos deuses, muitos homens que haviam sido vendidos, ilegalmente ou não, outros, ainda, que foram levados ao exílio e que nem mais falavam a língua ática, como acontece quando vagamos por meio mundo. Outros, enfim, que aqui mesmo, viviam na escravidão infame, sofrendo os caprichos dos seus senhores, alforriei. Isso tudo o fiz pela força da lei, unindo a força bruta à justiça. Fui até o fim, como havia prometido. Além disso, proclamei leis, tanto para os maus como para os bons, aplicando para cada qual a reta justiça. Se alguém estivesse no meu lugar, alguém malvado e arrogante, não teria mantido o apoio popular. Se quisesse fazer o que

agradava aos seus inimigos, ou, ao contrário, o que os adversários do povo tramavam contra aqueles, a cidade estaria, logo, viúva de um grande número dos seus. Por isso, juntando todas as minhas forças, combati como um lobo diante de uma matilha de cães.

**Plutarco, *Diálogo sobre os oráculos da Pítia*, 24,  
“Como a prosa substituiu, aos poucos, a poesia, em particular  
nos oráculos”**

O uso da língua assemelha-se à circulação monetária: é o uso costumeiro e familiar que a consagra e seu valor difere em diversas épocas. Houve tempo em que tinha circulação, em termos de moedas de linguagem, o verso, os ritmos e os cantos. A História e a Filosofia, integralmente, na verdade toda expressão de sentimentos e ações que exigiam um estilo mais solene, expressavam-se na poesia e na música. Hoje, poucos são os que conhecem e praticam a versificação. Outrora, contudo, todos, “pastores, camponeses e passarinhos”, como diz Píndaro, escutavam os versos com encanto. Graças a essa capacidade poética, usavam-se a lira e o canto para admoestar, expressar opiniões, exortações, apólogos, máximas. Hinos, preces, orações em honra dos deuses eram compostos em versos e em música, graças a um talento natural ou ao hábito adquirido.

Apolo não recusou à adivinhação esses ornamentos e graças e, longe de descartar daqui e do seu tripé uma Musa honrada, foi-lhe favorável instigando e fazendo aflorar as predisposições naturais à poesia. Ele fornecia material para a imaginação e encorajava, ao mesmo tempo, o estilo eloquente e sublime, considerado apropriado e digno de admiração. Mas os acontecimentos e o temperamento humano modificaram, completamente, o modo de vida. Começou-se a afastar o supérfluo, suprimindo os penteados com adornos de ouro e as roupas longas e vistosas. Foi ele também, sem dúvida, que pôs limites às cabeleiras demasiadamente ousadas, assim como às barbas. Adquiriu-se o sábio costume, quanto à elegância, de não rivalizar com o luxo senão pela simplicidade e de considerar a ausência de rebuscamento e de afetação, como um ornamento superior ao fasto e ao refinamento. A linguagem sofreu uma semelhante transformação e o mesmo despojamento: a História desceu da poesia como se baixasse de um carro e, graças à prosa, andando a pé, pôde separar a verdade da lenda. A Filosofia, hoje, prefere esclarecer e instruir mais do que obscurecer, investigando o mundo em prosa. Então, o deus Apolo preferiu que a Pítia deixasse de chamar seus concidadãos “queima fogo”, os esparciatas “comedores de serpentes”, os homens “moradores das alturas” e os rios “bebedores das montanhas”.

**Arriano (século II d.C.), *Manual (Encheiridion)*,  
32, coleção de aforismos de Epiteto (século I d.C.)**

Todas as vezes que recorra à adivinhação, lembre-se de que ignora o acontecimento que ocorrerá e que está ali para sabê-lo pelo adivinho. Qual é sua natureza, saberá ao chegar, se for um filósofo. Se for algo que não depende de nós, não será nem boa nem má. Não se aproxime do adivinho, conseqüentemente, nem com expectativa nem com aflição, e o faça sem tremer, com a convicção de que o que quer que ocorra é indiferente e não lhe afeta. Lembre-se de que, em todo caso, poderá fazer um bom uso, ninguém pode impedi-lo. Assim, vá confiando nos deuses, como se fossem conselheiros...

Não consulte o oráculo, como queria Sócrates, a não ser no caso em que sua questão se refira exclusivamente ao resultado final e que nem o raciocínio, nem arte alguma possam lhe fornecer os dados necessários para resolver seu problema. Conseqüentemente, quando se tratar de compartilhar os perigos de um amigo ou da pátria, não pergunte ao adivinho se deve fazê-lo. Isso porque, se o adivinho concluir que as vítimas dão presságios negativos, anunciando que você morrerá, será exilado ou ferido, deve seguir a razão e, mesmo com esses agouros, ajudar seu amigo e compartilhar o perigo da pátria. Creia, portanto, no maior dos adivinhos, Apolo Pítico, que expulsou de seu templo o infeliz que não socorreu um amigo que foi assassinado.

**Lei de Gortina (ca. 480-460 a.C.), Creta,  
“Estruturas sociais e familiares”**

IV,1.23 Que o pai tenha poder sobre seus filhos e sobre os bens para dividi-los entre eles. Enquanto estiverem vivos, não serão obrigados a dividir os bens. Se um dos filhos for condenado <a uma multa>, que se lhe dê sua parte ao filho condenado, como está escrito. Se um homem morre, que sua casa, na cidade, e tudo que se encontra nas suas casas, com exceção dos lugares onde reside um escravo que, normalmente, vive no campo, e, ainda, o pequeno e grande gado que não seja de um escravo, será dos filhos. Todos os outros bens devem ser divididos corretamente, e os filhos, quantos quer que sejam, tenham duas partes. As filhas, quantas forem, terão uma parte. Quanto aos bens maternos, após o falecimento da mãe, serão divididos da mesma maneira. Se não há outros bens, além da casa, as filhas receberão sua parte como foi descrito. Se o pai deseja dar, ainda vivo, um dote para o casamento de sua filha, deve fazê-lo até o limite acima prescrito, não mais. A filha que já tiver recebido do pai o dote, mantê-lo-á, sem nada acrescentar, quando da partilha da herança.



**Isaias, *A sucessão de Pirro* (ca. 360-350 a.C.),  
"Estruturas familiares áticas"**

64. Vê-se o caso de filhas que, casadas por seu pai e vivendo já com seu marido — e quem, melhor que o pai, poderia decidir sua situação? — e que, entretanto, casadas, nessas condições, se seu pai morre sem deixar irmãos legítimos, segundo os termos da lei, são atribuídas ao parente mais próximo. Muitos maridos, vivendo com suas esposas, foram, desta forma, separados. 65. Assim, as filhas casadas pelo pai são, pelas nuances da lei, necessariamente submetidas à reivindicação.

68. A lei declara, explicitamente, que se pode dispor, com liberdade, de seus bens, na ausência de filhos legítimos do sexo masculino. Se há filhas, deve dispor-se delas ao mesmo tempo. Para decidir-se sobre o destino das filhas, pode doar-se e legar-se seus bens. Não se pode, contudo, sem dispor as filhas legítimas, adotar e legar nenhuma parte de seus bens.

**Plínio, o velho, *História natural*, 38, 20-22, "Remédios da mulher"**

20. Alguns produtos dos corpos femininos devem ser acrescentados a este tipo de maravilhas, para não falarmos do desmembramento criminoso de crianças abortadas, a prevenção de encantamentos pelo fluido menstrual e outros relatos não tanto de parteiras como de meretrizes. Por exemplo, a crença que o odor do cabelo feminino queimado afasta as serpentes; ou que esta fumaça possa restabelecer os sentidos para mulheres em transe; essa mesma cinza, na verdade, de cabelo queimado em um pote ou com espuma de prata, cura coceira nos olhos, assim como verrugas e feridas infantis; com mel, cura, ainda, feridas na cabeça e úlceras variadas, com mel e incenso, feridas superficiais e artrite; com toucinho, cura erisipela e evita hemorragia, combatendo, também, formigações no corpo.

21. No que se refere ao leite feminino, acredita-se que seja o doce mais delicado de todos, muito útil para febres persistentes e doenças estomacais, especialmente o leite de uma mulher que já tiver desmamado o pequeno. Para enjôos estomacais e dores de estômago, é considerado o remédio mais eficaz, também com incenso. É muito bom para um olho ferido por uma pancada, dolorido ou lacrimejante, se recebe leite diretamente ou, ainda melhor, caso se adicione mel e suco de narciso, ou incenso em pó. Para qualquer fim, o leite feminino é muito mais eficaz se tiver dado à luz a um menino, ainda melhor se forem dois meninos gêmeos e se ela não bebe vinho e comidas ácidas. Misturado com claras de ovos e aplicados à frente em uma lâ embebida na mistura, evita o lacrimejar. Se uma rã tiver salivado no olho, será um ótimo remédio. Se tiver sido mordido por uma rã, deve beber o leite e pingá-lo no

local. Diz-se que se alguém esfregar uma mistura de leite de uma mãe e de sua filha, não terá com que se preocupar, quanto aos seus olhos, pelo resto da vida. Dores de ouvido são, também, bem tratadas com uma mistura de leite e azeite ou, se é uma dor resultante de uma batida, deve acrescentar leite à gordura quente de ganso. Se há um odor fétido no ouvido, como acontece com doenças duradouras, deve pôr-se lã, embebida em leite e mel. Quando a icterícia deixar marcas nos olhos, leite com elatério deve ser mesclado e pingado. Um trago de leite feminino é particularmente eficaz contra o veneno do leão-marinho...

22. A saliva de uma mulher em jejum é considerada um remédio poderoso para feridas nos olhos, para lágrimas copiosas, se as córneas inflamadas são molhadas com a sua saliva. Se não tiver comido e bebido vinho, no dia anterior, o efeito será pontencializado. Percebo que o uso de sutiãs amarrados na cabeça alivia as nevralgias.

### **Catão, *Sobre as coisas do campo*, 5, "Os deveres do capataz"**

Estes são os deveres do capataz. Deverá ter disciplina; observará os dias festivos, respeitará a propriedade alheia e cuidará da sua. Mediará nas disputas entre seus subordinados. Se alguém cometer delito, a punição será na justa medida. Cuidará para que sejam bem tratados, não tenham fome ou sede e que não prejudicarão nem roubarão ninguém. Qualquer infração cometida será responsabilidade do capataz, que será punido, nesse caso, pelo senhor. Deverá reconhecer os benefícios que recebe, para que estimule os outros a fazer o mesmo. O capataz não deverá perambular; ficará sempre sóbrio, não participará de banquetes. Terá a escravaria sob controle, devendo cumprir suas ordens. Não queira saber mais do que o seu senhor. Tratará os amigos do senhor como seus amigos. Dê atenção a quem for ordenado. Suas práticas religiosas devem limitar-se aos cruzamentos e à sua própria casa. Sem ordem do senhor, não empreste a ninguém. O que o senhor tiver emprestado, exija de volta. Não dê, a ninguém, sementes, alimentos, grãos, vinho ou azeite. Terá relações apenas com duas ou três fazendas, para que possa dar e receber o devido; com mais ninguém tratará. Prestará contas ao senhor com frequência. Não reterá, contra o estipulado, os trabalhadores, diaristas e vinhateiros. Não comprará ou recolherá nada sem a autorização do senhor. Não admitirá parasitas. Não consultará arúspice, augúrio, adivinho ou astrólogo. Não reterá sementes, pois isso é uma má economia. Cuide de todos os trabalhos, para que saiba como executá-los e, sem descanso, pague pessoalmente. Assim, saberá da dedicação de cada um, tornando-os mais interessados. Se assim fizer, perambulará menos mas terá melhor saúde e sono. Será o primeiro a sair e o último a voltar para a cama: antes disso, certificar-se-á de que as portas estão fechadas, cada qual dormindo no seu devido lugar, e os animais deverão estar no estábulo. Cuidará, especialmente, dos boiadeiros, para que mantenham bem o gado.

## Atividades encaminhadas

1. Procure explicar a preocupação de Plutarco com passagem dos versos para a prosa.

Plutarco, sempre com preocupações de caráter moral, procura responder às críticas e objeções ao fato de, em sua época, os oráculos não serem mais versificados, mas em prosa. Apolo, deus da poesia, segundo estes críticos, teria, portanto, deixado de inspirar a profetisa. No entanto, Plutarco argumenta que o oráculo adaptou-se, simplesmente, à evolução geral da literatura. A comparação entre a linguagem e as trocas monetárias revela que Plutarco explicava as expressões estéticas antes pelas circunstâncias históricas que por imanências. A crítica moderna viria a relacionar o domínio da poesia com o predomínio primitivo da oralidade enquanto, com a difusão do uso da escrita, a necessidade de memorização poética foi sendo, gradativamente, superada pela leitura da prosa. Plutarco não toca nessa questão mas refere-se à passagem do mito (*Mythos*) ou lenda para a investigação (*historia*) ou História. A poesia, associável à tradição oral mítica, opõe-se à investigação da verdade (*aletheia*), expressa, com precisão documental, em prosa. A linguagem religiosa, portanto, deveria adaptar-se aos novos tempos e abandonar a linguagem poética. Entrevêm-se, no argumento de Plutarco, ao mesmo tempo uma justificativa da prática corrente, em sua época, e uma tentativa de coadunar religião (e tradição oral) e filosofia (e expressão escrita em prosa).

2. Reflita sobre a relação pensamento filosófico e prática religiosa a partir das considerações sobre a adivinhação de Epiteto.

A adivinhação consiste num dos fundamentos não apenas da religião como de toda a vida pública e privada de gregos e romanos. Dentre as correntes filosóficas, talvez a mais crítica, em relação à adivinhação, tenha sido a epicurista. Sócrates, como diz o trecho citado, consultava o oráculo de Apolo e aconselhava-o a seus amigos. Os estóicos concordavam com Sócrates, a quem consideravam o maior sábio, ao afirmarem que a adivinhação era inseparável da crença na Providência e o êxito das predições da divindade apenas provava sua existência. No entanto, consideravam que o lugar da adivinhação, na vida do estóico, devia levar em conta que a maioria dos acontecimentos não deve preocupar o sábio. Neste sentido, o texto mostra como, embora verdadeiros, os oráculos devem estar submetidos à racionalidade ética daquele que vai a seu encalço. O *logos*, orientado pela fidelidade à pátria e à amizade, deve, sempre, estar em primeiro lugar.

3. Segundo a lei de Gortina, caracterize as relações familiares na Grécia antiga.

O texto da lei de Gortina descreve uma sociedade patriarcal. As mulheres são apresentadas, invariavelmente, como disponíveis pelos homens da família. O próprio dote

das filhas estava limitado a representar, no máximo, uma terça parte dos bens a serem herdados pelos filhos.

4. Uma série de práticas curativas são associadas à mulher por Plínio. Disserse sobre suas principais características.

As práticas curativas descritas por Plínio associam a sexualidade e fertilidade femininas à cura de diversas doenças. Particular atenção é dada, justamente, ao leite materno cuja evidente ligação com a procriação não precisa ser ressaltada. Enigmática, mas diretamente ligada à sexualidade, é a afirmação de Plínio de que, *segundo ele*, sutiãs amarrados à cabeça aliviam nevralgias: *inuenio et fascia mulieris alligato capite dolores minui*. De qualquer forma, toda essa passagem, embora claramente escrita por um homem e refletindo sua admiração com o poder associado ao corpo da mulher, demonstra que os homens romanos admiravam-se com o poder sobrenatural advindo da feminilidade.

5. Caracterize as preocupações do senhor em relação ao seu capataz.

O capataz ou *uillicus*, escravo à frente da escravaria, representa um elemento-chave na sociedade escravista antiga. Possui os traços ambíguos da sua posição: escravo, deve obedecer e pertencer ao senhor, como todos os escravos. Enquanto capataz, contudo, deve administrar a fazenda e mandar nos escravos subalternos. Não à toa, Catão utiliza-se da expressão *disciplina bona utatur*, "terá boa disciplina". A disciplina encontra-se na base de sua administração econômica da empresa, no respeito ao patrão, na distância com relação às crenças populares. O capataz antigo, escravo e administrador a uma só vez, concentra as contradições típicas da sociedade escravista: governa para outrem, é obedecido e obedece.

### Atividades propostas

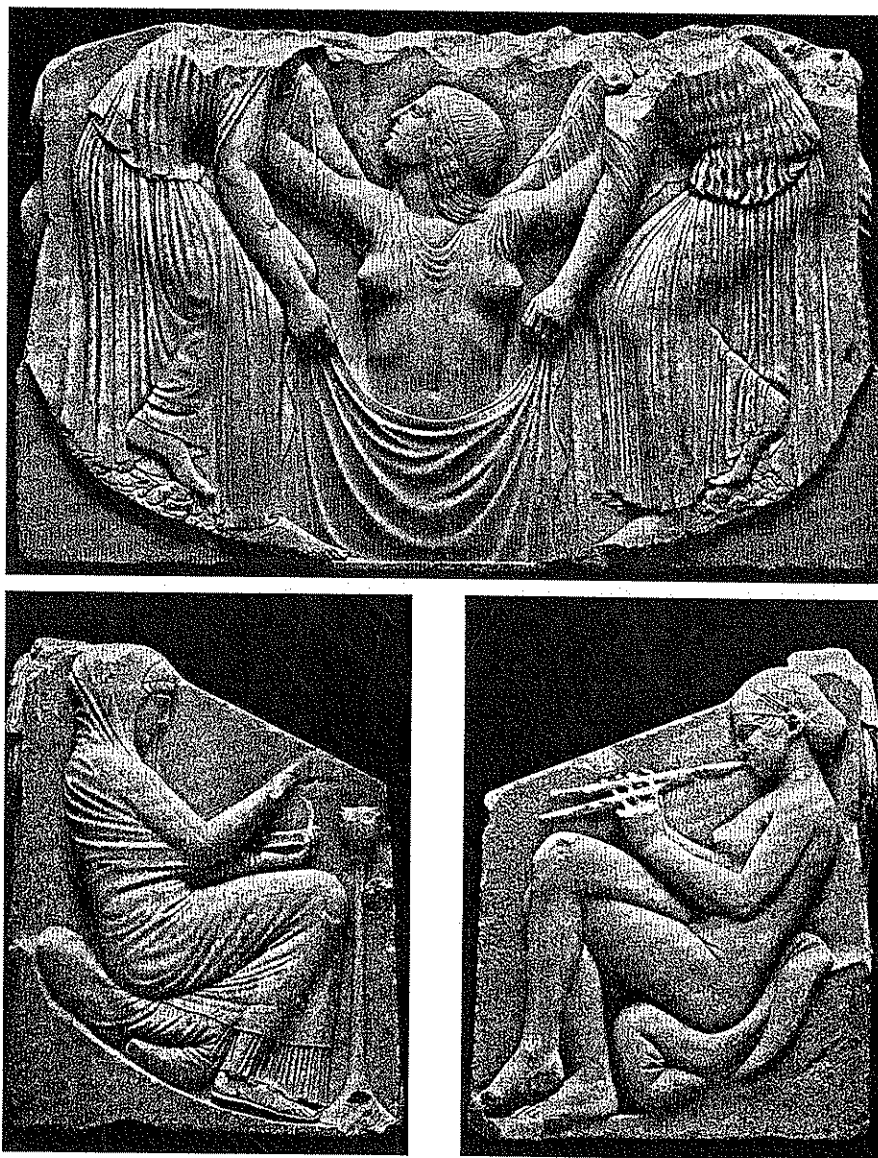
1. Procure, utilizando-se de obras sobre a religião grega, investigar o papel da adivinhação na cultura antiga.

2. Reflita sobre a relação entre tradição oral e poesia, por um lado, e discurso em prosa, por outro.

3. Reflita sobre a moderação dos sentimentos a que devia estar submetido o estóico e quais suas consequências práticas.

4. Considere as relações entre práticas religiosas e pensamento filosófico à luz do texto de Epiteto.

5. Reflita sobre a estrutura familiar tal como descrita na lei de Gortina.
6. A partir da lei de Gortina e do texto de Plínio reflita sobre as semelhanças e diferenças entre gregos e romanos no que se refere ao trato dos homens com as mulheres.
7. No texto de Catão, citam-se diversas práticas religiosas, em especial a consulta aos arúspices, augúrios, adivinhos e astrólogos. Utilizando-se de obras auxiliares, reflita sobre as características dessas práticas.
8. Catão adverte seu capataz que não deve querer saber mais que seu senhor. Reflita sobre as implicações culturais dessa afirmação.



Trono Ludovisi (figura 6)

Descrição: escultura em mármore, conservada no *Museo Nazionale Romano*, sob os números de inventário 8570 e 8670; dimensões: altura, 1,04m, largura, 1,44m, profundidade, 0,72m. Descoberto em 1887 e publicado, pela primeira vez, por C.L. Visconti no *Bulletino Comunale*, XV, 1887. Bibliografia sumária recolhida por Enrico Paribeni (1953:12-14). Peça datada, em geral, em torno dos anos 460-450 a.C.

## Comentários

O monumento foi encontrado, em Roma, na Villa Ludovisi, em 1887, entre as ruas Piemonte e Abruzzi. A incerteza quanto à função do artefato levou diferentes autores a usarem termos gerais, como *Marmorwerk* ou obra de mármore (W. Amelung), ou a proporem utilizações mais concretas, caracterizando-o como base de altar ou trono, nome que ganhou aceitação. A descrição dos relevos depende da interpretação dada às figuras. Na face exterior da parte de trás, representa-se uma jovem levantando-se da água, coberta com um véu muito fino e com apenas meio corpo exposto. Com um leve sorriso nos lábios, levanta os dois braços para as duas garotas que estão às margens do veio d'água, com os pés apoiados em cascalhos e areia. Ajudam-na a levantar-se com duas mãos, enquanto as outras duas seguram uma tela, pregueada, que encobre a parte inferior da deusa.

Do lado direito do trono, outra jovem, envolta em um manto que lhe cobre a cabeça, mas não impede a vista de seu delicado rosto, está sentada em uma almofada. Retira, com cuidado, de uma caixinha que segura com a mão esquerda alguns grãos de incenso e prepara-se para depositá-los em um braseiro à sua frente. No outro lado, outra jovem, inteiramente despida, é representada sentada em uma almofada, com as pernas graciosamente cruzadas, tocando uma flauta dupla.

A conservação do monumento deixa a desejar em pontos específicos: na figura principal, toda a parte superior está prejudicada, em especial o braço de uma das moças que ajudam a alçar a deusa; a flautista tem fraturas na perna, nas mãos e num dos pés; a ofertante teve sua mão direita totalmente obliterada e o pé do braseiro está danificado. Ao menos parte dessas mutilações deve-se à conservação moderna. Alguns autores propõem que esse trono, adornado com acessórios de metal, tenha servido de base para uma imagem de Afrodite de Erynx, trazida a Roma em 181 a.C.

A interpretação do monumento depende de uma análise exegética da imagística helênica. A deusa que aparece pela metade foi interpretada como Hera Teléia, Perséfone, Têtis, Réa e Afrodite. Esta última identificação tem sido, muitas vezes, aceita. As representações de Afrodite saindo das águas, na cerâmica ática recolhida por Beazley (1942:588;603), apresentam, contudo, um clima de alegria ausente no monumento de Villa Ludovisi. O relevo central desse trono, ao contrário, aparece como um mistério, uma representação de caráter sagrado e místico. Esse efeito é ressaltado pela atmosfera exclusivamente feminina, a estreiteza do registro, avolumando figuras e tecidos, e o paralelismo exato das duas ajudantes. Isso condiz com os *pinakes* de Locri, também marcados pela presença feminina, cerimônias de procissões com mantos estendidos, carregados de misticismo. O clima de mistério religioso e a linguagem ionizante parecem relacionar-se à Magna Grécia e à deusa Perséfone (Paribeni 1953:13).

Outras interpretações, contudo, tentam relacionar as três faces do monumento. Interpretando a deusa como Afrodite, ajudada no relevo central por duas ninfas,

ela seria reapresentada, nos dois painéis laterais, na forma de suas duas manifestações: esposa e *hetaira* (cortesã). Dessa forma, a deusa do Amor apareceria sob a forma da esposa modesta, cuja dedicação doméstica aos filhos e ao marido encontra-se representada, magistralmente, no recato e na contenção da figura ofertante. Por outro lado, o amor sensual da *hetaira*, a mulher cuja beleza e ousadia constituem objeto de desejo do homem, apresenta-se na volúpia das formas expostas pela nudez da flautista (Aurigemma 1968:82-3).

Qualquer das duas interpretações, de toda forma, abre espaço para discutir a relação entre as duas personagens laterais, cujo caráter complementar parece claro. São duas personificações do feminino: devoção subordinada e introspectiva, por um lado, sensualidade e autonomia, por outro. É possível supor que o público masculino identificasse as duas imagens como protótipos opostos e inconciliáveis da condição feminina: esposa e amante, dissociadas e inconfundíveis. No entanto, nada impede que fossem manifestações complementares da mulher, em particular do ponto de vista feminino (Skinner 1993), mas, talvez, para os próprios homens. Tina Passman (1993:181) ressalta que a definição dos atributos masculinos e femininos talvez possa ser mais bem compreendida por meio da *articulação* de características aparentemente contraditórias. Esposa e *hetaira* talvez não precisassem ser opostas, mas pudessem ser unificadas por uma divindade feminina.

Um outro aspecto a ser lembrado refere-se ao uso *romano* das obras de arte gregas. Apenas o domínio romano permitiu o saque e a aquisição de obras helênicas. Cícero (Verrinas, II,IV,6) descreve como "C. Cláudio, cuja atuação como edil <em 99 a.C.> foi tão generosa, usou o Cupido <de Praxiteles> quando decorou o Fórum em honra dos deuses imortais e do povo romano...". Sem negar que a arte grega tenha exercido uma influência dominante no gosto, em especial das elites urbanas latinas ou romanizadas, deve reconhecer-se que os usos dessas peças artísticas serviam propósitos diversos dos originais (cf. Ling 1991:11 *et passim*): serviam como lembrança do poder romano, verdadeiros *monumentos* ("memorial"). No caso específico desse trono, insere-se na tendência de transferir esculturas gregas, ligadas ao culto, para templos na cidade de Roma, sendo a estátua de Artemis de Timóteo (escultor grego do quarto século a.C.) a mais famosa, ao lado das imagens de Atena de Eufranor, do Apolo de Cálamis. As peças antigas não eram tratadas como relíquias a serem preservadas, à maneira da moderna Arqueologia. Inseriam-se no cotidiano de tal forma que alterações eram efetuadas sem qualquer inquietação. Tal despreocupação apresenta-se clara, por exemplo, em uma passagem de Plínio, o velho (NH 36,32): "Há uma Diana <Ártemis> de Timóteo em Roma, no Palatino, no santuário de Apolo, cuja estátua teve a cabeça reposta por Aviano Evandro." O uso e conotações específicas do trono Ludovisi, no entanto, não podem ser determinadas com exatidão.



## Plutarco, *Moralia*, 5, 680C, Questão 7, "Sobre aqueles que se diz jogarem o mau-olhado"

Conversam Méstrio Floro, Plutarco, Patrócleas, Soclaro e Gaio.

1. Em uma refeição surgiu a discussão sobre as pessoas que se diz lançarem maldições e mau-olhado. Todos consideraram o tema completamente absurdo e derrisório, com a exceção de Méstrio Floro, nosso anfitrião, ao dizer que os fatos dão um admirável apoio a essa crença generalizada. Contudo, tais fatos são frequentemente rejeitados porque se buscam as causas; isso não é correto, considerando os milhares de outros casos indiscutíveis cuja causa lógica se nos escapa.

"Em geral", continuou, "aquele que pergunta pela lógica de tudo destrói a maravilha das coisas. Sempre que a causa lógica se nos escapa, aí começa a aporia e, como consequência, a Filosofia. Assim, destrói-se a Filosofia ao abandonar-se a admiração. O correto", ele disse, "consiste em buscar a razão dos fatos, tomando-os segundo seu registro histórico. Na História há muitos casos. Sabemos, por exemplo, que pessoas feriram, gravemente, crianças pelo simples olhar, enfraquecendo-as por sua natureza frágil, embora fossem incapazes de afetar a saúde mais sólida de adultos...".

<Plutarco>: "Na verdade", respondi, "descobriste a causa, quanto chegaste aos eflúvios do corpo... Sendo a vista suave e dotada de um espírito que lhe dá brilho, possui um poder admirável. Desta maneira, os homens recebem e emitem muitas forças pelos olhos. É influenciado pela dor e pelo prazer conforme o que vê...".

"Disseste corretamente", disse Patrócleas, "no que se refere aos aspectos físicos. No que se refere ao psicológico, como pode o mau-olhado prejudicar pelo simples olhar?" Respondi: "Não sabes que o corpo é afetado, pela simpatia, quando a mente está influenciada? Pensamentos amorosos excitam os órgãos sexuais...".

### Comentários

Plutarco nasceu em Queronea, na Beócia, tendo vivido entre 46 e 120 d.C., aproximadamente. Escreveu as famosas "Vidas paralelas" de ilustres gregos e romanos e uma coleção de 83 tratados sobre questões de conduta, física, literatura, história, ética, entre outros temas, sob o título *Syngrammata ethika* ou *moralia*. Pouco se sabe sobre sua vida, mas parece ter lecionado filosofia, em Roma, sob Domiciano (81-96 d.C.), tendo exercido cargos públicos durante os principados de Trajano (98-117 d.C.) e Adriano (117-138 d.C.). Retornou à sua cidade natal, tendo atuado como magistrado e sacerdote.

Essa discussão sobre o mau-olhado apresenta-se na forma de uma conversa, à mesa, entre diversos convivas. Enfeitiçar (*baskaino*) era uma prática comum, popular, mas oposta, como no trecho inicial citado, por pensadores como algo oposto à lógica. Opõe-se a causa lógica (*ho tes aítias logos*) à falta de lógica ou aporia. A

causalidade, essência mesma da explicação, tanto metafísica quanto histórica, liga-se ao *logos*, à razão tal como apresentada por um relato ou discurso coerente. Méstrio Floro, não por acaso um romano, associa o mau-olhado à História. Empiricamente, afirma que é necessário aceitar os fatos “tal como aparecem no relato histórico” (*historia*). São os fatos que atestam o poder das maldições. O exemplo do olhar sobre a criança, eficaz no seu poder maléfico, mas incapaz de afetar o adulto, não se confina à lógica ou à hipótese, mas é apresentado como fato muitas vezes constatado. Já Plutarco atribui ao espírito, *pneuma*, presente no olho, sua força. Responde a Patrócleas que a importância da vista advém da relação de correspondência entre o corpo e a alma (*he psykhe to soma syndiatithesin*).

Plutarco atribui a Méstrio Floro, seu amigo romano, um pensamento bastante prático, histórico no sentido de que a realidade deve preceder de teoria. Floro retoma algumas considerações de Platão (*Theaetetus*, 155 D) e Aristóteles (*Metafísica* 982 b 12) sobre a importância da admiração ou assombro para a Filosofia. De fato, *thaumadzo*, “admirar-se, ficar espantado” podia ligar-se tanto ao sagrado como ao humano, mas sempre em oposição ao esperado, racionalmente previsível. Busca-se, portanto, uma conciliação entre a explicação da causalidade lógica e a imprevisibilidade dos acontecimentos objetivos. Esta última pode, desta forma, ser apresentada como prova do poder efetivo da maldição. Assim, ainda que, de início, a questão tenha sido considerada sem importância, o romano Floro, ao introduzir a História e o inexplicável, obrigou uma reflexão dos seus colegas. A resistência dos pensadores ao tema, contudo, contrasta com a aceitação popular da eficácia das maldições (cf. capítulo 4, maldições de Aquae Súlís).

### Píndaro, (Pyth.8,73; Olymp.12,6; Pyth.2,49;3,59;8,88), “Sobre a sabedoria”

1. Aquele que adquiriu bens sem grande esforço passa, para muita gente, por ser um sábio que, entre os insensatos, pratica uma vida prudente. Mas a felicidade não depende dos homens. A divindade não-la dá, elevando uns e rebaixando outros.

2. É Deus quem, segundo seus desígnios, leva tudo a cabo, Deus que alcança a águia, mesmo em vôo, ultrapassa o delfim no mar, curva a testa do mortal soberbo e, para outros, dá-lhes a glória eterna.

3. A nenhum terrestre os deuses permitiram descobrir o indício dos acontecimentos futuros e nossos pensamentos sobre o amanhã são cegos. Muitas vezes, os homens vêem suas previsões desfeitas pelos acontecimentos, sua alegria destruída. Ou, então, ao contrário, as desgraças são transformadas em grandes alegrias.

4. Devemos perguntar aos deuses o que convém aos nossos corações mortais e, mirando nossos próprios pés, reconheceremos nossa condição. Não almeje, alma minha, uma vida imortal, mas esgote todas as suas potencialidades.

5. Aquele a quem o destino acaba de conceder grande êxito, muita felicidade, voa, cheio de esperança, com as asas do seu valor e pensa naquilo que transcede a riqueza. Em pouco tempo, a felicidade dos mortais aumenta, para em seguida acabar-se, sob os golpes de uma vontade inflexível. Seres de um único dia, o que somos? O que não somos? O sonho de uma sombra, este é o homem. Mas quando Deus lhe envia um raio de luz, um brilho fulgurante se lhe apossa e sua vida adoça-se como o mel.

### **Decreto dos sacerdotes egípcios homenageando Ptolomeu III Evergeta e sua família, Decreto de Canope, (239-8 a.C.), OGIS, 56, "O poder helenístico e a religiosidade"**

Sob o reino de Ptolomeu, filho de Ptolomeu e Arsinoe, deuses Adelfos, no ano nono <de Ptolomeu III Evergeta>, Apolônida, filho de Mósquio, sacerdote de Alexandre e dos deuses Adelfos e dos deuses Evergetas, Menecrateia, filha de Filamon, canéfora de Arsinoe Filadelfa, dia sete do mês Apêlaio e dia dezessete do mês egípcio Tíbi.

Decreto: Os grandes sacerdotes e os profetas, e aqueles que penetram no santuário para vestir os deuses e os pteroforos, hierogrâmatas, e os outros sacerdotes que, vindos dos templos de todo o país, reuniram-se, no quinto dia de Díos, dia natalício do rei e vigésimo quinto dia do mesmo mês, dia que recebeu a dignidade real do seu pai, deliberaram em comum, nesse dia, no templo dos deuses Evergetas e disseram:

Vendo que o rei Ptolomeu, filho de Ptolomeu e Arsinoe, deuses Adelfos, e a rainha Berenice, sua irmã e esposa, deuses Evergetas, favorecem, constantemente, com benfeitorias, muitos templos importantes, aumentando, cada vez mais, as honrarias aos deuses, cuidando, sempre, de Ápis, Mnévis e outros animais sagrados, com grandes gastos. O rei, após uma expedição, trouxe de volta e restituiu aos templos estátuas sagradas retiradas do Egito pelos persas. Manteve o país na paz, combatendo contra povos e governantes estrangeiros. Os soberanos têm administrado a justiça a todos os habitantes do país e todos aqueles sob sua responsabilidade. Tendo o Nilo, em certa ocasião, tido uma cheia pouco abundante, lembrando-se da catástrofe ocorrida em reinados anteriores — quando se sofreu com a seca — demonstraram grande atenção para com os agregados aos templos e à população em geral, tomando providências, doando parte de suas rendas, para salvar muita gente, fazendo vir trigo da Síria, Fenícia, Chipre e de outros lugares, salvando os habitantes do Egito e deixando um testemunho imortal de sua bela

conduta e a memória de sua virtude, aos contemporâneos e à posteridade. Como recompensa, os deuses deram-lhes segurança no governo, assim como tudo o mais.

A Boa Fortuna!: pareceu justo aos sacerdotes do país que as honrarias prestadas, anteriormente, nos templos, ao rei Ptolomeu e à rainha Berenice, deuses Evergetas, e a seu país, deuses Adelfos, e aos seus ancestrais, deuses Salvadores, sejam aumentadas. Os sacerdotes, em cada templo do país, serão chamados, igualmente, sacerdotes dos deuses Evergetas, e serão inscritos nos atos como deuses, assim como nos anéis dos sacerdotes. Além das quatro tribos existentes, atualmente, nos conselhos de sacerdotes, em cada templo, será instituída uma quinta tribo, dos deuses Evergetas...

### **Apuleio, *O asno de ouro*, 2, 16-17, "Romance com uma escrava"**

16. Deitara-me, e eis que a minha Fôtis, tendo sua patroa ido ao leito, aproximou-se de mim risonha, portando uma guirlanda de rosas, bem como rosas soltas, junto de si. Beija-me carinhosamente, coroa-me e espalha flores sobre mim. Pega uma taça de vinho e, vertendo água morna, me dá de beber. Antes que pudesse tomar tudo, retira-a, suavemente, e sorve, olhando-me, gota a gota. Seguem-se copos sucessivos. Sob o efeito do vinho, inquieto não apenas no espírito, mas no próprio corpo, não pude mais me conter: levantei minha veste e mostrei a Fôtis o ardor do meu desejo e lhe disse:

— Tenha dó e venha rápido! Como vê, espero impaciente para travar esta batalha que você iniciou sem a ajuda do fecial. Tão logo a flecha do cruel Cupido atingiu o fundo do meu coração, estendi meu arco, com força, e agora temo que o nervo, de tão teso, se rompa. Mas se quiser satisfazer-me ainda mais, deixe os cabelos livres e soltos e me abrace.

17. Sem demora, retira todos aqueles pratos de iguarias, tira toda a roupa, solta os cabelos com fina sensualidade, como Vênus quando surge das vagas marinhas e, como ela, protegeia, com sua mãozinha rósea, sua suave púbis, antes com malícia que com recato:

— Combata, disse, e combata com força, não cederei nem darei as costas; se for macho, ataque, lute e mate quem há de morrer. Na luta de hoje não há escapatória.

Assim tendo falado, subiu na cama, cavalgou-me, mexendo as costas com movimentos rápidos, em movimentos sensuais, deu-me, como num balanço, os gozos de Vênus, até que, esgotados, os membros exauridos, ficamos, ambos, abraçados a nos acariciar. Ficamos nestas batalhas, até quase o amanhecer, reanimados, diversas vezes, pelo vinho, estimulante de nossos desejos e renovador dos nossos prazeres. A esta noite acrescentaram-se inumeráveis outras do mesmo tipo.

**Sêneca, *Cartas a Lucílio*, 1,7, 3-4,  
"Sensações de um espetáculo"**

Encontrei-me, por acaso, em um espetáculo de meio-dia; esperavam jogos e divertimentos, um espetáculo agradável aos olhos, cansados de ver o sangue humano, mas foi o contrário. Os combates antigos eram misericordiosos mas, agora, deixam-se esses detalhes, e ocorrem verdadeiros assassinatos. Nada têm para usar como defesa. Seus corpos expostos aos golpes, não há combate sem morte. A massa prefere isso aos pares normais ou aos pares de favoritos. Por que não prefeririam? Não há escudo, nem capacete para conter os golpes. Servem apenas para retardar a morte. Pela manhã, homens são opostos aos leões e aos ursos, ao meio-dia, aos seus espectadores. Ordenam que os que acabaram de matar sejam expostos aos seus matadores, preservando o vencedor para novo massacre. O único fim do combate é a morte. Trata-se a ferro e fogo. Essa é a atmosfera quando a arena é livre para fazer o que quiser.

**Sêneca, *Sobre a brevidade da vida*, 16,1-5,  
"Sobre a vida" (tradução de William Li)**

É extremamente breve e agitada a vida dos que esquecem o passado, negligenciam o presente e receiam o futuro; quando chegam ao termo de suas existências, os pobres coitados compreendem, tardiamente, que estiveram, por longo tempo, ocupados em nada fazer. E, pelo fato de fazerem freqüentes apelos à morte, não há por que pensar que fica provado que eles tenham usufruído duma longa existência. Sua cegueira os atormenta com emoções incertas e que os faz incidir nas próprias coisas que temem: desejam, então, muitas vezes a morte, porque os aterroriza. Não há, ainda, razão para se pensar que isso também seja uma prova de uma vida longa: — o fato de, muitas vezes, os dias lhes parecerem longos, ou porque se queixam de as horas custarem a passar até que chegue o momento de jantar; pois, se porventura as ocupações os abandonam, sentem-se desertados e inquietam-se mesmo no lazer, nem sabem como dispor dele ou matá-lo. Portanto, anseiam por uma ocupação qualquer, e todo intervalo de tempo entre duas ocupações lhes é um fardo. E — por Hércules — tal é o que acontece quando se fixa a data dos combates de gladiadores, ou quando se aguarda o dia de um outro gênero qualquer de espetáculo ou divertimento: desejam saltar os dias intermediários! A espera de qualquer coisa por que anseiam lhes é penosa, mas aquele instante que lhes é grato corre breve e rápido e torna-se muito mais breve por sua própria culpa, pois passam de um prazer a outro e não podem permanecer fixos num só desejo. Seus dias não são longos, mas detestáveis, e, por outro lado, quão curtas não lhes parecem as noites que passam nos braços de prostitutas ou entregues ao vinho!

## Atividades encaminhadas

### 1. Reflita sobre as considerações de Píndaro sobre a sabedoria.

O poeta lírico Píndaro apresenta uma sabedoria de inspiração nitidamente religiosa. O homem quase nada pode fazer para sua própria felicidade, pois está nas mãos dos deuses (1), mais rápidos que a águia no ar ou o delfim na água (2). O homem ignora o futuro, a partir da sua própria capacidade de raciocínio, embora possa adivinhá-lo por inspiração divina (3). Deve lembrar-se, sempre, de que é mortal e que seus projetos são como o sonho de uma sombra (4-5). Píndaro retoma motivos e idéias tradicionais na Grécia: o “conhece-te a ti mesmo” délfico, o reconhecer as limitações dos mortais, está na base desta poesia. A expressão *skias onar*, “sonho de uma sombra” resume bem a pequenez atribuída ao homem.

### 2. A relação entre as monarquias helenísticas e os sacerdotes tradicionais encontra-se, no decreto homenageando Ptolomeu III, bem explicitada. Disserte sobre suas ambigüidades.

Os governantes helenísticos aliaram-se a elites dirigentes tradicionais e, particularmente no Oriente, aos templos locais. Esse decreto dos sacerdotes egípcios presta apoio, na forma de culto real, aos dirigentes que, por seu lado, são elogiados justamente por suas “benfeitorias” aos templos. A monarquia helenística, de direito divino, aliava-se não apenas às elites como à massa, por meio da sua inclusão no panteão local.

### 3. O trecho de Apuleio apresenta uma escrava como parceira amorosa de um homem livre. Reflita sobre as implicações da descrição da sua relação.

A escrava é apresentada, nessa passagem, como personagem que domina o homem, que se descontrola diante do prazer. A iniciativa cabe, sempre, à serva, que se dirige à cama, se despe. Oferece-lhe o vinho, deita-se, cavalga-o, desafia-o, em termos vulgares, comparando sua relação a uma luta na arena. Os termos empregados pela escrava saem dos mais baixos meios: *si uir es... occide moriturus, hodierna pugna non habet missionem*, “se for macho... mate o que há de morrer, a luta hoje não terá quem seja poupado”. Expressões dos miseráveis espectadores do anfiteatro, “macho”, “o que há de morrer” (note-se, no masculino, embora, nesse caso, se refira à escrava), “não será poupado”. Há, em todo o trecho, uma forte sanção moral ao domínio exercido por uma mulher, ainda mais escrava, sobre o homem. Até mesmo a movimentação sexual era comandada pela mulher! (“mexendo as costas com movimentos rápidos... deu-me... os gozos de Vênus...”). Embora Apuleio, ao descrever essa cena, esteja, claramente, condenando moralmente essa “submissão” masculina, não deixa de ser significativo que se pudesse propor que o homem ficasse à merce das “ordens” e desejos femininos.

4. Sêneca descreve os espetáculos gladiatórios de maneira bastante negativa. Reflita sobre seus argumentos e qual seu significado.

Sêneca apresenta, neste trecho, alguns dos argumentos mais utilizados pela elite romana para deplorar os jogos nos anfiteatros. A massa apenas quer o sangue. O combate de um gladiador armado contra outro desarmado serve de pretexto para Sêneca deplorar a efusão de sangue. Na verdade, contudo, não há sequer menção ao que faria a massa querer tanto sangue. O filósofo romano apresenta essa crueldade como algo imanente ao povinho, "à arena livre". Seria o caso, no entanto, de ressaltar que era a própria escravidão que permitia o sacrifício de vidas humanas na arena. A morte em praça pública tinha, ainda, conotações claramente religiosas, na medida em que, além dos deuses a quem se dedicava a luta, havia a condenação dos ímpios, cuja morte ritual visava restabelecer a *pax deorum*, a tranquilidade e a calma dos deuses. As lutas de gladiadores e as caçadas (*venationes*) apenas viriam a declinar em popularidade com o fim da Antiguidade, quando o cristianismo iria combater essas atividades no anfiteatro. Além disso, o sacrifício de Jesus, na forma da hóstia, representando o corpo e o sangue da vítima, viria a substituir o sacrifício dos homens na arena. Como em tantos outros casos, o cristianismo não acabava, mas dava uma aparência cristã a práticas e sentimentos de origem antiqüíssima.

5. Sêneca deplora as lamentações dos insensatos. Reflita sobre o público a que se destina seu discurso.

Sêneca dirige-se à classe dirigente que, segundo sua crítica, se perde ao não saber moderar-se no uso do ócio. Em contradição com sua carta a Lucílio, os jogos gladiatórios aparecem como atraentes também para a elite, ainda que criticada pelo autor.

### Atividades propostas

1. Píndaro refere-se a Deus e deuses, no seu poema. Com o auxílio de bibliografia suplementar, reflita sobre a maneira de encarar as divindades na religião grega.

2. Reflita sobre os sentimentos humanos em relação aos deuses, segundo Píndaro.

3. O decreto em homenagem a Ptolomeu III apresenta uma série de termos técnicos, como *evergeta*, *canéfora*, *pteroforos*, *hierogrâmatas*. Com a ajuda de bibliografia auxiliar, procure estabelecer o sentido desses termos.

4. Reflita sobre as virtudes reais explicitadas no decreto em homenagem a Ptolomeu III e sua significação.

5. A partir da citação de Apuleio, reflita sobre a relação entre livres e escravos.

6. Apuleio descreve, com sutileza, os desejos dos personagens, no trecho reportado. Reflita sobre a descrição e sua significação no discurso literário amoroso.

7. A partir do texto de Sêneca, utilize bibliografia auxiliar para descrever os diferentes sentimentos gerados pelas lutas de gladiadores.

8. Procure, com a ajuda de outros textos, descrever os diferentes tipos de lutas nos anfiteatros romanos.

9. Reflita sobre o conceito de ócio e uso do tempo para Sêneca.



Aristóteles, *Retórica*, I, 1354a

A Retórica é o outro lado da Dialética. Ambas tratam das coisas que estão ao alcance de todos e não pertencem a uma ciência definida. Assim, todos usam-nas, mais ou menos, já que, até certo nível, todos tentam discutir os enunciados, sustentá-los, defendendo-se e atacando os outros. As pessoas comuns fazem-no ao acaso, ou pela prática e pelo costume. Sendo as duas maneiras possíveis, pode-se estudar esse assunto sistematicamente, pois é possível investigar por que alguns oradores têm êxito, graças à prática e outros espontaneamente. Todos concordam, também, que tal estudo é justamente o trabalho da técnica. Agora, os tratados a respeito não constituem senão uma pequena parte dessa técnica. Os modos de persuasão são os únicos elementos verdadeiramente constituintes da técnica, todo o resto é secundário. Os autores nada dizem sobre a *enthymema* ("arte dos argumentos") que está na raiz da persuasão retórica, tratando de questões acessórias. O preconceito, a pena, a raiva e emoções semelhantes nada têm a ver com os fatos essenciais, sendo apenas apelos aos sentimentos dos que julgam um caso. Conseqüentemente, se as regras dos julgamentos que vigoram em certas cidades — principalmente nos Estados bem governados — fossem aplicadas em outros lugares, nada teriam a dizer. Todos, é verdade, pensam que as leis deveriam invalidar tais regras, mas alguns, como no Areópago, tornam efetivas essas idéias e proíbem que se fale sobre coisas inessenciais. Essa é uma lei e um costume louvável. Não é correto induzir o juiz à raiva, à inveja ou à piedade: seria como empenar a régua de um carpinteiro antes do seu uso. Assim, a parte interessada nada deve fazer que não seja mostrar que o fato em questão ocorreu, ou não. No que se refere à importância e justiça do caso, o juiz deve, seguramente, recusar-se a seguir as partes interessadas: deve decidir por si mesmo aquilo que a legislação não definiu *a priori*...

1355a A Retórica, *stricto sensu*, trata dos modos de persuasão. Essa é um tipo de demonstração, já que estamos quase totalmente persuadidos quando algo foi demonstrado. A demonstração do orador é uma *enthymeme*, e este é, em geral, o mais efetivo meio de persuasão. A *enthymeme* é um tipo de silogismo, os silogismos de toda espécie, sem exceção, são tratados pela Dialética, seja no todo seja por um de seus ramos...

1355b É absurdo dizer que alguém deveria envergonhar-se de não ser capaz de defender-se com seus membros, mas que não deveria sê-lo por não saber defender-se pelo domínio da fala e da razão, já que o uso do discurso lógico é mais típico do ser humano do que o uso dos membros.

## Comentários

Aristóteles, nascido em Stagira em 384 a.C., mudou-se para Atenas em 367 a.C., tornando-se membro da Academia e seguidor de Platão. Após a sua morte, Aristóteles mudou-se, em 347 a.C., para Assos, retornando em 336 a.C., em seguida à ascensão de Alexandre o Grande, e fundando o Liceu, escola que seria conhecida pelo nome de Peripatética. De 342 a 336 serviu como preceptor de Alexandre na Corte Macedônica. Produziu estudos sobre os mais variados temas: metafísica, psicologia, biologia, lógica, ética, política, literatura. Suas obras, caracterizadas pela observação lógica e racional do mundo físico e espiritual, serviram de fundamento para pensadores posteriores, na própria Antiguidade, na Idade Média (S. Tomás de Aquino), e no mundo moderno. A argúcia de suas reflexões induziu Marx a afirmar que Aristóteles quase chegara à definição de valor da economia moderna, Darwin a entrever a evolução em suas obras e até mesmo Freud a considerar seu tratado sobre os sonhos “o primeiro trabalho de psicologia” a esse respeito (Freud 1900: 2).

Sua obra sobre a Retórica reveste-se de particular significação, no final do século XX, devido à importância crescente dos paradigmas científicos derivados da lingüística. Todas as ciências, assim como todos os meios de expressão, da imprensa ao cinema, da informática à arquitetura, passaram a ser consideradas enquanto discursos, enunciados persuasivos preñhes de sentido. A Arte da Retórica de Aristóteles pode, portanto, ser considerada como precursora da moderna semiótica. Os trechos selecionados acima empregam uma série de conceitos de difícilíssima tradução, a começar pelo título do livro: *tekhne rhetorike*, a técnica do discurso oral. A palavra *tekhne* significa, a um só tempo, arte, técnica, tratado. Pelo seu caráter instrumental, optou-se, na tradução apresentada, pelo uso do termo “técnica”, conjunto articulado de métodos, menos ambíguo que “arte”, noção demasiadamente abstrata e subjetiva no vernáculo.

Retórica e Dialética seriam traduzidas, em termos científicos modernos, por “expressão oral” “discussão lógica”. Relacionam-se intimamente e Aristóteles define a Retórica como “*antístrophos* para a Dialética”, em uma analogia com a movimentação dos coros nas apresentações de odes corais em direções opostas: *strophé* é o movimento em uma direção, *antistrophé* o contramovimento. Cícero, referindo-se à frase inicial de Aristóteles, definiu a Retórica como “correspondente à outra parte da Dialética” (Cícero Orat. 27,114). São, portanto, dois opostos coordenados ou interdependentes. Dependem da confiabilidade (*pistis*), pelo que não são uma ciência exata (*episteme*). Podem ser estudadas de maneira sistemática ou, literalmente, “pelo caminho correto”, com método. O uso da expressão *hodoi poien*, segundo alguns manuscritos, ou *hodopoien*, segundo outros, significa “abrir caminho”, “fazer uma estrada”, e assemelha-se muito ao mais usual *methodos* (método).

A Retórica compõe-se, basicamente, da persuasão, no sentido, oposto à demonstração, de modos de crença (*pistis*) subjetiva derivada da convicção. Em

seguida, Aristóteles define *enthymema*, palavra derivada de *thymós*, “espírito, alma”, que designa o argumento e o pensamento subjetivos. No terceiro trecho reportado, o ser humano é caracterizado como dotado da capacidade de raciocinar e falar. *Logos* significa tanto “razão” (*ratio*) como “oração” (*oratio*), seu sentido original de “junção” implicando a coordenação de palavras (*logoí*) na elaboração de frases com sentido. Dessa maneira, a Arte da Persuasão apresenta uma lógica formal, em nível expressivo (nas palavras escolhidas, na sua ordenação) e em nível argumentativo (na lógica dos argumentos utilizados).

### Aulo Gélío, *Noites áticas*, 10, 23 (século II d.C.)

Aqueles que escreveram sobre a vida e as maneiras do povo romano dizem que as mulheres de Roma e do Lácio “levavam uma vida abstinência”, ou seja, evitavam, sempre, o vinho, que na linguagem antiga era chamado *temetum*, “bebida tóxica”. Deviam beijar seus parentes para que, caso houvessem bebido algo, fossem detectadas. Dizem, contudo, que elas costumavam beber vinho de segunda prensa, vinho de uvas passas, vinho com mirro e outros tipos de bebidas doces. Essas coisas estão expostas nos livros já mencionados, mas Marco Catão reporta que as mulheres não eram somente punidas por um juiz, se houvessem bebido vinho, como o eram tão severamente como se houvessem cometido adultério.

Copiei as palavras de Marco Catão, em seus discursos “Sobre o dote”, no qual está escrito que os maridos podem matar suas esposas surpreendidas em adultério: “Quando um marido se divorcia”, diz ele, “julga sua mulher como um censor o faria, e tem supremo poder se tiver cometido ato perverso e vergonhoso. Será punida severamente, se tiver bebido vinho. Se tiver feito algo errado com outro homem, será condenada à morte.” Sobre o direito de matá-la, está escrito: “Se surpreendesses tua esposa em adultério, poderás matá-la, sem julgamento, impunemente; ela, por outro lado, se cometeres adultério ou outra indecência, não poderá ela colocar um dedo em ti, nem seria legal fazê-lo.”

### Comentários

Aulo Gélío viveu entre cerca de 123 e 165 d.C., tendo nascido em Roma e vivido, por algum tempo, em Atenas. Ali estudou Filosofia e escreveu sua obra *Noites áticas*, em dez livros, nove dos quais chegaram até nós. Compôs esse trabalho como uma coleção de pequenos estudos motivados pela leitura de obras latinas e gregas e por palestras e conversas. Trata dos mais variados temas, com especial atenção para a linguagem e suas expressões, a gramática, a crítica textual, o conhecimento dos costumes antigos e a filosofia. Muitas passagens de autores antigos, cujas obras se perderam, encontram-se preservadas pelas citações de Aulo Gélío.

O texto de Aulo Gélíio apresenta alguns problemas para sua tradução, pois o autor estava sempre muito atento à etimologia das palavras e aos decorrentes trocadilhos. Logo no início da passagem acima, relacionam-se as palavras *abstemias* e *temetum*, explicando a expressão tradicional *aetatem abstemias egisse*, “as mulheres levavam a vida abstêmias”, como “levavam a vida abstendo-se da bebida” (*temetum*). Em seguida, retoma a explicação tradicional do costume de serem as mulheres beijadas pelos parentes masculinos: o odor do álcool seria sentido. O controle das mulheres, no seio da família, era exercido pelos diversos parentes homens. Contudo, Aulo Gélíio não se preocupa com a contradição aparente na sua frase seguinte, quando reconhece que as mulheres podiam tomar certos vinhos, mais fracos. Na verdade, como lembra Maurizio Bettini (1990:45), “que o *osculum* ou beijo entre parentes tivesse um sentido específico de ‘castidade’ é demonstrado pelo fato que tal beijo era negado às mulheres que tinham má reputação. Como explica Cícero, *si qua erat famosa, ei cognati osculum non ferebant*, ‘se era de má reputação, seus parentes não a beijavam’” (De Rep.4,6,6, in Nonnio 306, 3M=476,12).

Também os vinhos “femininos” citados envolvem termos técnicos, *lorea*, *passus*, *murrina*, caracterizados como “doces”. A mulher era associada à docura e à delicadeza por oposição à dureza e à amargura masculinas. O nome do marido, tal como aparece no texto, *uir*, derivado de *uis*, “força”, implica a noção de severidade, tão claramente expressa na ação do marido como censor, no texto. A diferença de tratamento da esposa e do esposo adúlteros deriva, precisamente, do poder discricionário à disposição do *pater familias*. Catão chega a utilizar, para referir-se a esse poder a palavra *imperium*, cujo sentido militar era muito claro: poder de vida e morte, poder físico e baseado no uso da força bruta. Juridicamente, o termo utilizado para designar o poder do chefe da família era muito mais brando, *potestas* (cf. capítulo 8, Institutas). As observações de Catão sobre a punição do adultério feminino, no entanto, dão-se todas na esfera do direito doméstico, por oposição ao direito público. O marido será como um juiz e um censor; punirá a esposa *sine iudicio*, “sem julgamento”, *inpune*, “impunemente”. Poderá exercer seu poder sem que haja recurso à lei por parte da esposa.

Isso remete ao contexto maior da chamada “criação masculina do conceito de esposa” (Shelton 1992:182). Embora irrealista, a passividade atribuída à mulher e o poder absoluto atribuído ao marido constituíam idealizações comuns nas classes altas romanas. Na origem, a preservação do patrimônio e da autoridade paterna, nas famílias aristocráticas e ricas, favorecia o desenvolvimento desse tipo de discurso. Na prática, houve uma crescente emancipação feminina, em Roma, a tal ponto que, à época que escreve Aulo Gélíio, havia mulheres empresárias e proprietárias rurais, totalmente autônomas, portanto. Diversas donas de empresas de transporte marítimo são conhecidas, como Antônia Ágatho (CIL XV, 3729, 149 d.C.), Cornélia Plácida (CIL XV, 3845-47, 191 d.C.), Licínia Optata (Rodríguez-Almeida 1979:890), Maria Postúmia (CIL XV, 3960-61, 149 d.C.), entre outras. É, portanto, sintomático que Aulo Gélíio tenha recorrido a Catão (232-147 a.C.), antigo republicano conhecido por sua severidade, para justificar a legalidade do assassinato da adúltera, costume seguramente não respaldado em sua própria época.

Jo-Ann Shelton (1992:182) ressalta, também, que as esposas pobres participavam muito mais ativamente da vida econômica familiar e que devia haver maior igualdade nas relações entre marido e mulher. De qualquer forma, contudo, o discurso patriarcal reproduzido por Aulo Gélíio devia servir como um *topos*, um conceito expandido de grande influência mesmo se não hegemônico.

### **Platão, *Timeo*, 47 a-e, “A função da visão e da audição”**

A vista é-nos muito útil. Nada do que sabemos sobre o Universo seria possível saber sem ter visto os astros, o sol e o céu. A visão do dia, da noite, dos meses, do curso regular dos anos, dos equinócios, dos solstícios gerou a ciência dos números, deu-nos a noção do tempo e da possibilidade de especular sobre a natureza do todo. Pudemos efetuar especulações cujo valor ultrapassa a importância de todos os bens enviados, ou a enviar, pelos deuses aos homens. Esta a maior utilidade dos olhos, suas outras, menores qualidades, para que comentar? O homem que não é um filósofo pode, privado da vista, reclamar e lamentar-se, em vão. Quanto a nós, diremos que a causa e a finalidade da vista são as seguintes: Deus inventou-a e nos presenteou com ela para que, vendo os movimentos regulares da inteligência, no céu, pudéssemos aproveitá-los para desenvolver nosso pensamento. São do mesmo tipo, mas nebulosos, enquanto os movimentos do céu são límpidos. Tendo estudado esses movimentos profundamente, com o rigor dos cálculos que se observa na natureza, imitando os movimentos de Deus, que não têm erro, poderemos corrigir os nossos.

Para a voz e a audição, podemos dizer o mesmo, pois os deuses nos deram esses sentidos com a mesma intenção e pelos mesmos motivos. A linguagem foi criada com os mesmos objetivos e contribui, em grande proporção, para isso. O mesmo acontece com a música, no que se refere à harmonia. A Harmonia, de fato, apresenta movimentos cuja natureza é a mesma da nossa alma. Quem tem uma comunicação inteligente com as Musas não pensa, como se faz hoje, que sua utilidade seja nos dar um prazer irracional, mas a harmonia foi-nos dada pelas Musas como um apoio para que os movimentos periódicos da alma, em nós dissonantes, possam fazer a alma acordar-se consigo mesma. Quanto ao ritmo, foi por causa da tendência que temos de faltar com moderação e a graça, que as Musas, com os mesmos objetivos, nos ajudaram.

### **Isócrates, *Sobre a troca (Peri antidóseos)*, 266-271, “Uma definição da Filosofia” (354 a.C.)**

A Filosofia, para mim, não merece este nome já que não ajuda, diretamente, a falar ou a agir: este estudo deve ser chamado de ginástica da alma e preparação à verdadeira vida filosófica. Embora seja mais útil aos homens que a educa-

ção das crianças, é, na verdade, muito semelhante. Assim, as crianças que aprendem a escrever, a música e as outras matérias da Educação não fizeram, ainda, grande avanço no que se refere à capacidade de bem falar e de julgar, corretamente, na vida prática, mas estão habilitadas, graças a isso, a receber conhecimentos mais elevados e sérios. Aconselharia, pois, os jovens a dedicar algum tempo a esses estudos sem, no entanto, deixarem seus espíritos fenecer, e sem se afundar nas teorias dos antigos sofistas.

Dentre estes, um queria fazer crer que o número de elementos é infinito, Empédocles admitia apenas quatro combatentes entre si, Íon apenas três, Alcmeon dois, Parmênides e Mêlissos tão-somente um. Górgias não admitia nenhum! Tais elucubrações parecem, creio, estes malabarismos fúteis que apenas servem para juntar, em torno de si, alguns ignorantes. Pelo momento, contento-me com estas palavras e conselhos, mas convém definir e explicitar, a vocês, a sabedoria e a filosofia que poderiam ser, lidimamente, reconhecidas como tais. Minha opinião sobre elas é muitíssimo simples: já que não é da natureza dos homens adquirir uma ciência que nos daria, se nós a possuíssemos, o conhecimento daquilo que se deve dizer ou fazer; sendo isso impossível, considero como sábios aqueles cujas opiniões são capazes de encontrar, com maior freqüência, o melhor, e como filósofos todos aqueles que se entregam aos estudos que lhes darão, o mais rapidamente possível, um tal juízo.

### **Cícero, *Sobre a natureza dos deuses*, 1,1, "Reflexões sobre os deuses"**

1. Há muitas coisas a serem explicadas pela Filosofia, sabe-o bem Bruto, melhor do que ninguém, mas a investigação da natureza dos deuses permanece particularmente difícil e obscura. Na verdade, nada parece ser mais necessário estudar, tanto para satisfazer a curiosidade da alma como para estabelecer as regras do culto. A variedade contraditória de opiniões a este respeito, por parte dos mais doutos, indica, com grande força, que a origem última da Filosofia é a incerteza. Os acadêmicos agiram prudentemente ao evitar juízos sobre as coisas incertas. O que seria mais temerário que uma afirmação impensada? E que mais impensado, mais indigno para um sábio que a pertinácia, ao adotar uma idéia falsa, ou um tema mal estudado, pouco conhecido, e defendê-la sem nenhuma dúvida? Assim, nessa questão, a maioria dos pensadores confirma a existência dos deuses, idéia verossímil e à qual nos inclina a natureza, embora Protágoras a considere duvidosa, enquanto Diágoras de Melos e Teodoro de Cirene a negam. Entre os que se dizem a favor da sua existência há tantas divergências que seria difícil enumerar suas idéias. Diz-se muito sobre a aparência exterior dos deuses, sobre seus lugares sagrados e sobre seus feitos. Sobre tudo isso os pensadores discutem e não se entendem. A grande questão, contudo, refere-se a saber se os deuses são completamente inativos, não se imiscuindo em nada, não se preocupando com este

mundo e, portanto, não o governando ou se, ao contrário, tudo dirigem e controlam. Nada é mais controvertido mas, se não se chegar a alguma conclusão a este respeito, os homens estarão no maior erro e na ignorância das maiores verdades.

### **Vitrúvio, *Sobre a Arquitetura*, 2,1, "A origem da construção"**

Os homens, segundo o costume antigo, nasciam como animais, em selvas, cavernas e bosques, e levavam a vida alimentando-se da comida do campo. Enquanto isso, em certa ocasião, em um lugar determinado, árvores, em uma mata densa, agitadas pelo vento e com seus galhos se tocando, iniciaram um incêndio. Aterrorizados pelas chamas, quem estava próximo deste lugar pôs-se a fugir. Quando veio a calmaria, aproximaram-se e perceberam que era muito bom, para seus corpos, o calor do fogo. Puseram mais toras e alimentaram a fogueira, indicando a outros suas utilidades. Nesse agrupamento humano primitivo, quando as palavras eram emitidas pelo sopro, o uso quotidiano fixou os vocábulos. Daí, nomeando as coisas com frequência e com o hábito, os acontecimentos foram descritos, gerando a conversação. Portanto, por causa da descoberta do fogo, houve a primeira reunião em comum. Muitos juntaram-se em um único local, tendo como prêmio da natureza o fato de poderem andar, não curvados, mas de pé, podendo olhar para o mundo e para as estrelas. Graças às mãos e aos dedos, podiam manipular tudo. A partir daí, juntando-se, começaram alguns, a fazer abrigos de folhas, outros cavaram abrigos em montes, alguns usaram a lama e construíram em pau-a-pique, imitando os ninhos de andorinhas e seus métodos de construção. Depois, observando as casas dos outros e acrescentando suas próprias idéias, a cada dia, produziram cada vez melhores casebres. Como os homens são, por natureza, imitadores e aprendizes, gabavam-se, diariamente, de suas construções e, graças à emulação dos engenhos, melhoravam a cada dia. Assim, as primeiras paredes eram feitas de estacas entrelaçadas, como um tecido. Outros construíam paredes com terra molhada e com madeira, cobertas por juncos e folhagem, para protegerem-se da garoa e do calor. Depois, quando, no inverno, os tetos não puderam agüentar as chuvas, fizeram sulcos com argila e construíram telhados inclinados para drenar a água.

Que essas eram as primitivas habitações podemos observar pelos exemplos contemporâneos das construções estrangeiras, com esses materiais, como na Gália, Espanha, Lusitânia, Aquitânia, com carvalho e folhagens.

### **Atividades encaminhadas**

1. Disserte sobre a função da visão e da audição, segundo Platão.

A passagem citada do *Timeo* consiste na característica “transposição” platônica: a visão e audição, apesar das idéias derivadas do senso comum, não são úteis senão na exata medida em que são os pontos de partida indispensáveis da especulação filosófica. O estilo técnico, abstrato, repete, diversas vezes, palavras e expressões, para torná-las mais claras. Segundo Platão, os primeiros estudiosos da aritmética e da astronomia foram os astrônomos e a filosofia platônica pressupunha o conhecimento dos números e das figuras geométricas, daí a importância inicial da visão. No entanto, Platão ressalta que apenas as realidades invisíveis existem realmente. O mesmo ocorre, *mutatis mutandis*, com a audição.

2. Como se pode caracterizar as idéias filosóficas de Isócrates, a partir do trecho citado?

Isócrates percebeu, durante um processo sobre uma troca (*antidosis*), que muitos tinham uma falsa idéia sobre seu pensamento. Simula, então, um processo fictício para defender-se diante do público. Esse discurso apodítico não foi apresentado publicamente, tendo sido publicado em 354 a.C., quando o autor já estava octogenário. Contrapunha-se, diretamente, a Platão, setuagenário. Utiliza-se dos termos *pratto* (prática) e *ophelo* (eficácia), por oposição a Platão, que encarava isso como uma traição à busca da verdade absoluta, cedendo-se, assim, à mera “opinião verossímil” (*alethes doxa*). Isócrates filiava-se à Retórica, antes que à Filosofia. A preocupação educativa de Isócrates é eminentemente prática, daí o uso de expressões como “ginástica do espírito” e a ênfase no “discernimento” (*phronesis*).

3. Quais os principais pontos ressaltados por Cícero, no trecho citado, na discussão sobre os deuses?

Cícero compôs seu diálogo sobre a natureza dos deuses durante a ditadura de César, quando se dedicava à Filosofia. O trecho inicial do seu tratado apresenta a variedade de argumentos sobre a existência e ação dos deuses no mundo dos homens. Considera a questão difícilíssima (*perobscura quaestio*), embora muito importante. O que chama a atenção é sua ênfase na multiplicidade de idéias, *tam uariae... tamque discrepantes sententiae*, “tão variadas... e tão discordantes as opiniões”. Reconhece que há quem negue a existência dos deuses, e quem tenha dúvidas a respeito, embora parta do pressuposto de que eles existam. Menciona, *en passant*, que há muitas representações, diferentes, dos deuses, nas estátuas (*de figuris ...multa dicuntur*). A característica dominante do trecho, portanto, consiste na ênfase, na incerteza e nas discussões entre diferentes pontos de vista.

4. Vitruvius, no trecho citado, trata da origem da construção. Quais ilações podem ser retiradas do seu raciocínio?

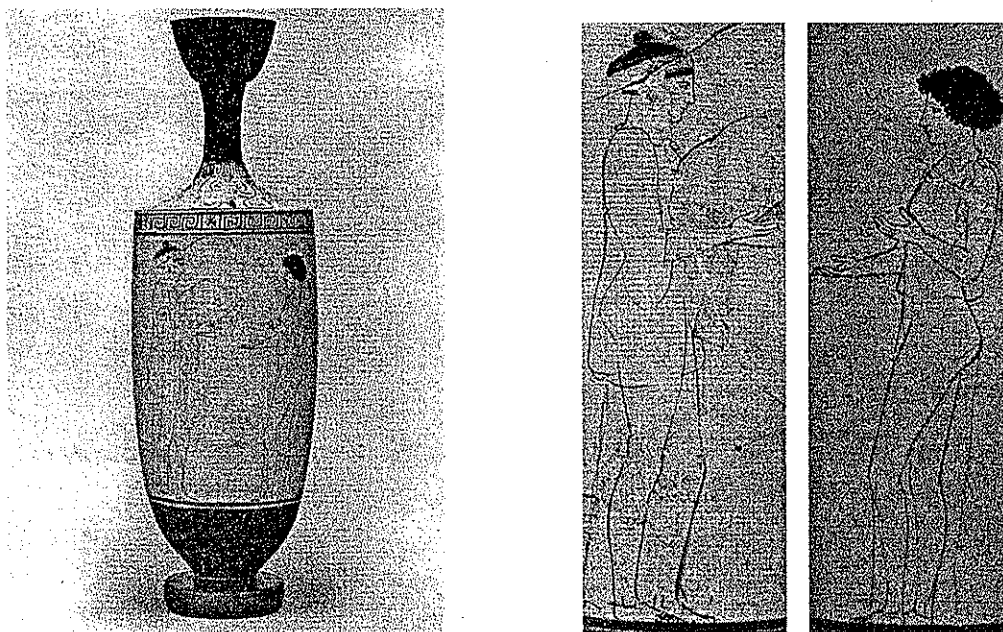


Vitrúvio, na passagem reportada, parte de uma continuidade entre o homem e os animais e, ainda mais, enfatiza a *adaptação e transformação* do homem em relação ao meio ambiente. Segundo Vitrúvio, o homem primeiro foi coletor *in silvis et speluncis et nemoribus*, “nas selvas, cavernas e bosques”. Depois descobriu o fogo. Ressalta que o homem, à diferença de outros animais, podia andar ereto (*erecti ambularent*) e usar as mãos. Apenas muitos séculos depois, pensadores modernos viriam a ressaltar essas mesmas características dos hominídeos. Note-se, neste texto, o uso da expressão *casa* ou “casebre” para referir-se às habitações primitivas, por oposição a *domus*, “casa”. Esta última palavra, indo-européia, designava a casa enquanto o termo, provavelmente não indo-europeu, *casa*, um casebre. Daí seu uso, em italiano, português e espanhol, de *casa*, com o sentido de “casa de campo”, posteriormente, qualquer casa. Na origem, contudo, *casa* era simples, primitiva, não indo-européia, como na passagem de Vitrúvio.

### Atividades propostas

1. Pesquise, em outras passagens de Platão e com bibliografia auxiliar, o papel das idéias e do invisível na filosofia platônica.
2. Analisando as obras de Platão, procure caracterizar a função dos deuses no seu pensamento.
3. O texto de Isócrates menciona diversos pensadores, como Empédocles e Górgias. Pesquise, com bibliografia auxiliar, as idéias dos autores citados.
4. Utilizando bibliografia suplementar, estude a oposição entre o pensamento retórico de Isócrates e o pensamento filosófico de Platão.
5. Cícero menciona Protágoras, Diágoras de Melos e Teodoro de Cirene. Pesquise, usando bibliografia suplementar, a respeito desses autores e suas idéias.
6. Reflita sobre a postura de Cícero, diante da religião, a partir das idéias citadas no texto.
7. Vitrúvio caracteriza os homens como *imitabili docilique natura*, “por natureza capazes de imitar e aprender”. Quais as implicações dessas características para a visão de mundo dos romanos?
8. Vitrúvio, escrevendo no primeiro século a.C., refere-se a casas primitivas na Gália, Espanha, Lusitânia e Aquitânia. Procure, com o auxílio de bibliografia e fontes auxiliares (e.g. Estrabão), determinar a situação sociocultural das regiões citadas.

## EXPRESSÕES



Lécito de fundo branco, atribuído ao Pintor de Aquiles, datado de 440 a.C. (Bothmer 1987:60-61) (figura 7)

### Comentários

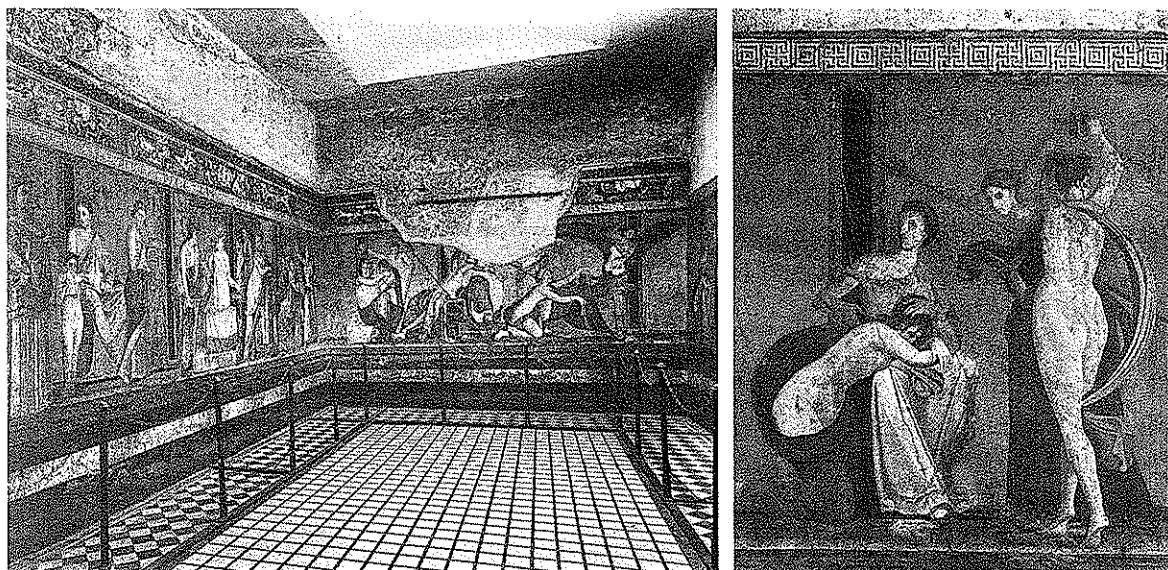
Este lécito de fundo branco demonstra, com muita clareza, as principais características do grafismo grego. Em primeiro lugar, cabe lembrar que o uso do termo moderno “pintor”, para designar aquele que traçou o desenho no vaso, sugere uma falsa analogia com a pintura. De fato, os próprios helenos utilizavam-se do verbo *graphein* (“grafar”) para referir-se à sua elaboração da decoração do vaso de cerâmica, por oposição a *poien* (“fazer”), reservado ao oleiro que *modela* a argila. *Graphein* tem o sentido de “sulcar”, “fazer uma incisão” e não engloba, originalmente, o espalhar de pigmentos coloridos em uma superfície, ação correspondente à *pintura* propriamente dita. “A atividade especificamente gráfica consiste em gravar, ou seja, retirar de uma superfície a matéria de um traço e não adicionar a esta base algo capaz de cobri-la, mesmo que ligeiramente” (Holtzmann 1993:3). Embora a tradição arqueológica tenha consagrado o uso dos termos *pintor* e *pintura* para referir-se ao grafismo grego, a mais fiel versão seria *desenhista* e *desenho*.

Pouquíssimos são os vestígios de desenhos gregos em outros objetos que não sejam vasos de cerâmica anteriores ao final do século IV a.C. e, mesmo de-

pois disso, são muito raras as pinturas parietais. A cerâmica ática utilizou-se, primeiramente, dos vasos em figuras negras e, em seguida, dos vasos em figuras vermelhas (desde 530 a.C.); a cerâmica de fundo branco foi comum em alguns tipos de vasos durante o século V a.C., em particular nas formas de alabastro, cílio, píxis e lécito. Os léцитos constituem um grupo à parte: de caráter funerário, sua principal função era conservar perfumes em honra dos mortos (Metzger 1973:94). Os temas dos quadros, nesses léцитos, são, às vezes, mitológicos, mais freqüentemente ligam-se à morte. Mesmo a vida quotidiana, representada em bom número de vasos, pode ser entendida como a vida pregressa do defunto (Fowler & Wheeler 1909:511).

Em geral, a decoração em branco leitoso, mais ou menos porosa e frágil, é reservada à pança do vaso, sendo o colo, a alça e a base em verniz negro. Inicialmente, apenas os traços definem o desenho mas, a partir da segunda metade do século V a.C., a policromia tende a aumentar, incluindo-se as cores azul, vermelha, rosa e preta. A produção dos léцитos com fundo branco, raramente exportada na medida em que tinha caráter funerário e familiar, atingiu seu ápice no final do século V a.C., tendo caído em desuso relativamente rápido. O vaso aqui apresentado é atribuído ao mesmo pintor de um vaso em figuras vermelhas, conservado no Museu do Vaticano, com a figura de Aquiles, cuja produção representa a tendência gráfica e escultórica no desenho em vasos gregos.

Finas camadas cromáticas originalmente coloriam as figuras. Os contornos das linhas anatômicas permitem observar a beleza e a pureza das formas, a harmonia dos corpos, na sua serena expressão. Uma senhora entrega uma trouxa de roupas para uma serva. A simplicidade da cena não obscurece a sua significação em termos estéticos. O uso dos traços para definir a expressão dos volumes e das formas constitui uma característica essencial da arte grega e mesmo a pintura parietal que acabará, em período romano, por admitir a predominância das cores, continuará a ser influenciada pelo desenho. Pode supor-se que os sulcos desses vasos representem uma das expressões estéticas predominantes no mundo antigo, cujas manifestações mais populares encontram-se nos desenhos parietais (Funari 1993; neste livro, capítulo 10). Em sentido oposto, os afrescos romanos, como aquele da Vila dos Mistérios (neste livro, capítulo 7 a seguir), constituem o resultado do domínio crescente, por parte da tradição erudita, do uso das cores e dos volumes, por oposição aos traços e sulcos. Esses desenvolvimentos paralelos não devem obscurecer as interligações entre o grafismo popular e a pintura erudita, sendo esses vasos, em fundo branco, excelentes exemplos do diálogo entre as duas tendências. Ao serem utilizados na sepultura, constituíam, a um só tempo, modelo e resultado dos gostos populares e eruditos.



Friso dos Mistérios, Vila dos Mistérios, Oecus 5, ca. 60-50 a.C., Pompéia  
(De Vos 1982:245-250; Ling 1991:101-104) (figura 8)

### Comentários

Em Pompéia, cidade italiana de antiga fundação, romanizada mais intensamente a partir de inícios do primeiro século a.C., muitas casas conservam decorações parietais elaboradas. As *uillae*, ou casas de campo, localizavam-se *extra muros*, como no caso desta exuberante mansão suburbana surgida na primeira metade do século II a.C. A casa, denominada por Matteo Della Corte *Villa Iuliana*, passou a ser conhecida pelo nome, em italiano, *Villa dei Misteri*, ou Mansão dos Mistérios, devido ao friso da sala principal (sala 5, triclinio), interpretado como cena de Mistério, um tipo secreto de manifestação religiosa. Tanto Matteo Della Corte como Amadeo Maiuri (1931) publicaram obras sobre a *Villa dei Misteri*, sendo que o primeiro publicou os muitos grafites encontrados no edifício no *Corpus Inscriptionum Latinarum* IV, 9176 a 9246.

O friso do oecus, a sudoeste, constitui uma das mais importantes pinturas que o mundo antigo nos legou (Richardson 1988:171-176). O friso tem sido datado, tradicionalmente, dos anos 60-50 a.C., graças ao seu estilo. Pode ser inserido na primeira fase do chamado Segundo Estilo Pompeiano. A característica essencial do Segundo Estilo consiste na imitação das formas arquitetônicas por meios puramente pictóricos. De início (fase IA) os efeitos são relativamente simples. A seguir (fase IB), o princípio centralizador torna-se mais explícito. O melhor exemplo disso consiste, exatamente, na *Villa dei Misteri*, na qual doze aposentos, incluindo o átrio e o peristilo, foram decorados simultaneamente (ca.60-50 a.C.). O friso Dionisiaco do amplo oecus constitui o mais antigo exemplo de figuração humana na pintura parietal romana.

O tema do friso tem sido considerado, por quase todos os autores, como relacionado ao culto a Dioniso (cf. Sauron 1984, com extensa bibliografia anterior). Pode ler-se o afresco a partir de Dioniso, em posição central, no meio da parede leste, ao lado oposto à entrada do aposento, ébrio (Ling 1991:101). Nesta interpretação, à esquerda e à direita deste grupo central, estão dois conjuntos de figuras representativos das cerimônias e milagres relativos ao poder do deus. À esquerda, os atores são míticos, os espíritos florestais do séquito de Dioniso. Um velho Sileno, sentado, segura uma taça de prata, para a qual olha um jovem sátiro desde o seu ombro esquerdo. Atrás está, de pé, outro jovem sátiro. À direita deste grupo dionisíaco, uma moça inclinada, com um coque notável, prepara-se para desvelar um objeto oculto, apenas implícito: o falo (ou pênis ereto), símbolo regenerador da fertilidade, cuja revelação constituía momento decisivo nos antigos ritos de iniciação das religiões de mistério.

As figuras das extremidades do painel central estendem gestos em direção às duas outras paredes, interligando os três muros. No muro sudeste, uma figura enigmática, alada, vestida apenas com uma reduzida saia e botas, distancia-se da imagem do falo e prepara-se para desferir um golpe, com um bastão, em uma jovem, ajoelhada e debruçada nas pernas de outra mulher. Enquanto a mulher sentada mantém o cabelo preso em um coque, a moça ajoelhada apresenta os cabelos revoltos, os olhos fechados, à espera dos golpes. Seguem-se uma mênade a dançar, com um par de címbalos nas mãos, e outra moça segurando um tirso.

No lado oposto, uma moça é seguida por dois jovens sátiros sentados, um homem a tocar uma flauta (*syrinx*) e uma mulher a desvelar seu seio. Na frente, um velho Sileno apóia-se numa coluna para tocar a lira. À sua esquerda, um grupo de três figuras femininas faz um ritual, em uma mesa, enquanto uma quarta aproxima-se trazendo uma bandeja com pães ou bolos. Adiante dela, uma criança nua lê um manuscrito, enquanto uma senhora sentada descansa seu braço no seu ombro. Na extremidade, uma senhora, com vestes e véu volumosos, assiste a todo o ritual, de pé. No lado oposto, ao lado da porta e da janela, há duas cenas: ao sul, uma senhora está sentada, tendo seu cabelo penteado por uma serva; à esquerda, um Cupido segura um espelho, à direita, outro Cupido segura com o braço direito seu próprio queixo e olha sensualmente a mulher. A segunda figura é uma representação majestosa de uma senhora, sentada em uma poltrona, vestida e velada. É difícil avaliar o quanto esses afrescos expressavam um sentimento religioso ou uma manifestação *laica, estética*, das figuras mitológicas (cf. Turcan 1991:8 *et passim*). Provavelmente, representam uma mescla desses dois aspectos.

Várias interpretações foram propostas para a composição. Segundo alguns, quadros originais gregos teriam sido misturados parataticamente, formando um aglomerado caótico e incoerente. Essa hipótese subestima a autonomia artística romana e parte, na verdade, da preconceituosa noção de que os romanos apenas imitavam os helenos (cf. Gazda 1991:2-15, com extensa discussão sobre a originalidade romana). Além disso, essa interpretação não parece se sustentar pela própria adequação dos temas às paredes (cf. Allison 1992:235 *et passim*). Mesclando prota-

gonistas humanos, míticos e alegóricos, bem ao gosto romano, a maioria dos estudiosos considera tratar-se de uma representação de ritos iniciáticos (mistérios). Todos os atores humanos, com a possível exceção da criança com o manuscrito, são femininos e os ritos podem referir-se ao culto tal como praticado no Templo de Ceres e Líber, em Roma (Dioniso e Ariadne). Nesse caso, a iniciação tomaria a forma de um casamento simbólico com o deus, representado com sua parceira Ariadne, no grupo central; este “matrimônio sagrado” estaria relacionado com um casamento real. A figura com o cabelo sendo penteado seria a noiva, assim como a senhora sentada na poltrona, com uma aliança e a cabeça coberta pelo véu. O sentido de leitura das imagens poderia ser no sentido horário, a partir da esquerda (face norte); outros propõem uma leitura centrada no par divino, tal como apresentada no começo deste comentário, espalhando-se para a esquerda e para a direita.

Bastet (1974) considera que esta interpretação, tradicionalmente aceita, é insustentável, na medida em que os ritos dos mistérios, quando são representados, nunca são tão completos e sempre aparecem em ambientes sagrados. Nesse caso, sua inserção em um aposento doméstico excluiria, completamente, esta possibilidade e a cena seria uma representação mímica ou satírica. Mesmo se aceitarmos, contudo, a referência dionisiaca e a revelação fálica, o significado da cena continua problemático: o aposento serviria como *memorial* de um casamento real? Quais as conotações fálicas das imagens? Pode ressaltar-se a fertilidade associada ao falo (cf. Johns 1982:37-59), mas poder-se-ia, igualmente, considerar a submissão feminina ao falo como central ao tema do afresco. A moça a ser açoitada seria subjugada ou libertada pela revelação do falo escondido? Alguns diriam que a interpretação tradicional derivaria de um *falocentrismo* velado e não explícito (cf. Gold 1993). Um grafite encontrado no edifício poderia ser interpretado como exemplo desse poder fálico discricionário:

CIL IV 9246: *hic ego cum domina resoluta clune <p>er<e>gi <noctem, se>d uersu<s> scribere <turp>e fuit.*

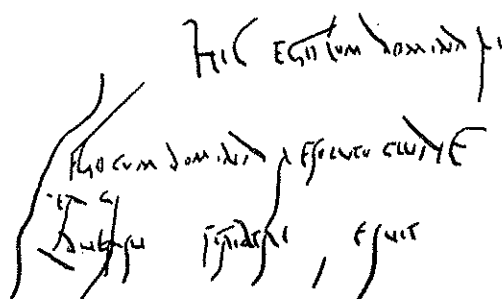


Figura 9

“Aqui, eu passei a noite com uma senhora de ânus apertado, mas escrever versos foi ruim.”

Note-se que o grafite, escrito muito provavelmente por um subalterno, refere-se à mulher com o termo *domina*, usado para referir-se à patroa, matrona, dona de escravos. Graças ao falo, a senhora passa à submissão da penetração anal.

De qualquer forma, as múltiplas significações do afresco "dos mistérios" continuam a colocar questões complexas e a exigir constantes reflexões sobre sua composição.

**Lei Ateniense contra a Tirania, 337-6 a.C. Estela de mármore, com um relevo representando a Democracia ao coroar o Povo de Atenas (in Harding 1985:127)**

No arcontado de Frínicos, quando Leôntis exercia a nona pritania, no qual Querêstratos, filho de Ameinias, de Acarnai, era secretário. Dentre os presidentes (*proedroi*) aquele que propôs a moção para votação foi Menêstratos de Aixone. Eucrates, filho de Aristôtimos, do Pireu, fez a moção: Com a boa sorte do Povo de Atenas. Que os legisladores resolvam: se alguém se rebelar contra o Povo visando implantar a Tirania, ou junta-se a conspiradores, ou se alguém atenta contra o Povo de Atenas ou contra a Democracia, em Atenas, se alguém cometeu algum destes crimes, quem o matar estará livre de processo. Não será permitido que nenhum conselheiro do Conselho do Areópago, se o Povo ou a Democracia tiver sido deposta, em Atenas, encaminhe-se ao Areópago, ou reúna-se no Conselho para deliberar, sobre nenhum assunto. Se alguém, quando o Povo ou a Democracia, em Atenas, tiver sido deposto, dirigir-se-á ao Areópago, reunindo-se em Conselho, deliberando sobre qualquer assunto, perderá sua cidadania, pessoalmente e seus descendentes, seus bens confiscados, cabendo à Deusa o dízimo. Uma inscrição desta lei será executada em estelas de mármore pelo secretário da Bulé, colocada uma na entrada do Areópago que leva à câmara do conselho, para quem entra, e a outra na Assembléia. Para a inscrição das estelas o tesoureiro do Povo destinará vinte dracmas do dinheiro que, por decreto, for gasto pelo Povo.

***Inscriptiones Graecae*, II, 1100, "Lei de Adriano sobre o azeite ático"**

Os oleicultores entregarão um terço, ou um oitavo, se são donos dos domínios de Hiparco vendidos ao fisco, pois só estes têm esse regime. Irão entregando por partes, desde o momento que comecem a colher e na proporção do colhido, dando-se o devido aos coletores de azeite, que são os que atendem às necessidades públicas. Declarar-se-á o montante do colhido aos coletores a ao arauto, entregando duas cópias e recebendo uma delas. A declaração será feita sob juramento e deverá incluir a quantidade total do recolhido, especificando, ainda, a



quantidade obtida pelo trabalho de cada um dos escravos e libertos, com menção expressa dos seus nomes e, se vende o fruto obtido o dono da fazenda, ou o agricultor ou o recoletor. O exportador declarará, também, a esses mesmos funcionários, o quanto exporta, a quem e onde está ancorada a embarcação. Quem exportar sem ter declarado terá sua mercadoria confiscada, ainda que tenha entregado o devido à cidade.

Aquele que declarar falsamente, no que se refere à colheita ou em relação ao que quer exportar ou sobre a condição do seu domínio — se alguém comprou ao fisco algo que não havia sido de Hiparco e entrega apenas a oitava parte — sofrerá confiscação... Também o que transporta por mar declarará quanto leva de azeite e de quem obteve cada partida. Se for surpreendido lançando-se ao mar sem declaração, sofrerá confiscação. Se vai zarpar e for denunciado, o povo abrirá um processo contra ele, na sua cidade de origem e diante de mim. As contendas desse tipo, cujo reclamado não ultrapasse cinco ânforas, serão julgadas pelo Conselho por si só, os outros casos, o Conselho e o Povo, conjuntamente. Se o que acusa pertence à tripulação do navio, o estratega reunirá, obrigatoriamente, o Conselho no dia seguinte e, se o denunciado ultrapassar cinquenta ânforas, o Povo será reunido. O acusador receberá metade do que for confiscado. Se alguém apela a mim ou ao procônsul, o povo elegerá síndicos por votação. Para que os castigos contra os infratores sejam aplicados inexoravelmente, o azeite será entregue ao Erário ao preço de mercado do local. Se, como resultado de uma eventual abundância de azeite, as quantidades de um terço e um oitavo entregues cheguem a ultrapassar as necessidades públicas de todo o ano, os que não tiverem entregado a totalidade ou uma parte poderão realizar uma segunda declaração, indicando o que devem, neste momento, ao Erário, ou seja, a quantidade que os coletores ou os tesoureiros não querem coletar...

### **Carta de Plínio, o moço, ao imperador Trajano, de 112 d.C. (Cartas 10,96), "Processo contra cristãos"**

Senhor, sempre lhe submeto às questões que tenho dúvidas. Quem melhor poderia orientar-me na hesitação ou instruir-me na ignorância? Até o momento, não atuei contra os cristãos e não sei, assim, quais fatos e em que medida devem ser punidos ou processados. Pergunto-me, um tanto hesitante, se há diferenças de pena segundo a idade ou se a infância e a maturidade estão num mesmo pé, se deve perdoar-se o arrependido ou se o verdadeiro cristão em nada muda ao desdizer-se, se deve punir-se o cristão enquanto tal, mesmo sem delito, ou se apenas segundo os delitos dessa denominação. Nesse ínterim, segui os seguintes procedimentos com relação aos que se me apresentaram como cristãos. Perguntei-lhes, pessoalmente, se eram cristãos. Aos que confessavam, perguntei-lhes duas, três vezes. Os que não voltaram atrás foram executados. Qualquer que fosse o sentido da sua fé, sabia que sua pertinácia e obstinação tinham de ser punidas.



Outros, possuidores da cidadania romana, mantiveram-se na loucura e foram enviados para julgamento em Roma. Logo, como acontece nesses casos, a acusação ampliou-se com a extensão da investigação e muitos outros apareceram.

Afixou-se, então, um cartaz, sem assinatura, com um grande número de nomes. Os que negavam serem, ou terem sido, cristãos, se evocassem os deuses, segundo a fórmula que lhes ditava, e se sacrificassem, com incenso e vinho, diante da sua imagem, que trazia comigo para tanto, juntamente com estátuas de outras divindades, se, além disso, blasfemassem Cristo — atitudes que, diz-se, não são possíveis de obter de verdadeiros cristãos — considere apropriado liberar...

A questão pareceu-me digna da sua atenção, em particular devido ao número de envolvidos. Há muita gente, de toda idade, condição social, de ambos os sexos, que estão ou estarão em perigo. Não apenas nas cidades, como nos vilarejos e no campo, expande-se o contágio dessa superstição. Parece-me, entretanto, que se possa delimitá-la e corrigi-la.

### **Resposta do imperador Trajano a Plínio (Cartas 10,97)**

Meu caro Plínio, você agiu como devia tê-lo feito, examinando as causas daqueles que lhe foram delatados como cristãos. Não se pode ter uma regra geral e fixa a este respeito. Não devem ser perseguidos, mas se forem denunciados e perseverarem, devem ser punidos. Contudo, se alguém negar ser cristão e se o provar com atos, ou seja, sacrificando aos nossos deuses, mesmo que seja suspeito quanto ao seu passado, terá o perdão pelo arrependimento. As denúncias anônimas não podem ter qualquer valor, em nenhum caso, pois esse péssimo tipo de comportamento não é mais de nosso tempo.

### **Texto atribuído a Plutarco, *Sobre a monarquia, democracia e oligarquia*, 2-4, "Sobre o governo"**

2. A palavra *politeia* (cidadania) é definida como "compartilhando dos direitos em uma pólis". Este é o sentido, por exemplo, no caso dos Megários que concederam a *politeia* ou cidadania para Alexandre; quando achou graça dessa atitude, disseram-lhe que, até então, tinham concedido a cidadania a Héracles e, agora, a ele. Alexandre espantou-se e aceitou, finalmente, a distinção conferida, ao considerar que a raridade da concessão a valorizava. Mas também a vida pública é chamada *politeia* ou "ação pública do estadista", como, por exemplo, quando elogiamos a *politeia* de Péricles e de Bías, condenando Hipérbolo e Clêon. Alguns chegam a chamar um único ato de estadista uma *politeia*, por exemplo, a doação de uma soma de dinheiro, a conclusão de uma guerra, a proposição de uma lei. Dizemos, hoje em dia, que alguém exerceu uma *politeia* quando satisfaz alguma necessidade pública.

3. Além desses sentidos todos, *politeia* pode ser definida como a ordem e a constituição do Estado, as regras de ação; nesse caso, diz-se que há três formas de governo (*politeiai*), monarquia, oligarquia e democracia. Heródoto compara-as no seu terceiro livro. Parecem ser as formas mais comuns de governo, pois as outras, como ocorre com escalas musicais ao serem puxadas ou soltas, são erros ou corrupções por falta ou excesso. Dessas formas de governo, chegaram a extremos em casos específicos, como entre os persas a realeza absoluta e irrestrita, entre os espartanos a oligarquia aristocrática e descontrolada, entre os atenienses a democracia autônoma e direta. Quando essas formas não são bem combinadas, suas perversões e exageros chamam-se tirania, *dynasteia* <“poder irrestrito das famílias tradicionais”> e governo da massa. Ou seja, a primeira consiste numa realeza violenta e irresponsável; a segunda, uma oligarquia com arrogância e soberba; a terceira, uma democracia que gera anarquia, igualdade e radicalismo irracionais.

### Atividades encaminhadas

1. A Lei Ateniense contra a Tirania de 337-6 a.C. insere-se na passagem da cidade independente para o estado imperial helenístico. Disserte sobre os principais anseios presentes no documento.

*As poleis gregas encontraram-se, no decorrer do século quatro a.C., crescentemente marcadas pelas disputas internas e externas. As confederações foram vencidas, ao final desse processo, pelos exércitos macedônicos, que restabelecem a paz, mas que mantêm, em certo sentido, a autonomia de cada cidade. Esse documento retrata esse momento ambíguo, pois sua leitura induz à sensação de que a democracia estava preservada e, até mesmo, defendida. As instituições tradicionais estão todas citadas (demos, boulé, nomothetai, inter alia) e o perigo, no documento, apresenta-se sob forma da tirania. Em um momento em que as cidades gregas perdiam sua autonomia, procurava preservar-se as relações de poder no interior da polis. De qualquer forma, a persistência dos anseios democráticos merece especial destaque.*

2. A lei de Adriano sobre o azeite ático menciona as duas instâncias tradicionais atenienses, *boulé* e *demos*. Quais as implicações desse fato para a compreensão do funcionamento da cidade sob o domínio imperial romano?

*Com Adriano, Atenas continuava a ter o status jurídico de ciuitas libera et foederata, tendo possibilidade de reger-se por suas próprias leis. Não as podia modificar sem notificar as autoridades romanas. A manutenção da autonomia ateniense não impediu que Adriano interviesse, com este rescriptum, já que tratava de uma questão relativa a cidadãos romanos e a estrangeiros (i.e., não cidadãos atenienses), tradicionalmente sob jurisdição imperial. Embora Adriano estabeleça as regras do comércio de*

azeite como legislador ateniense, submete à *ekklesia* e à *boulé* as providências diretas de cumprimento da lei. Pode afirmar-se, portanto, que o documento representa, a um só tempo, a longa tradição autonômica das *poleis*, primeiro sob domínio helenístico e, depois, romano e, por outro lado, conforma-se à ideologia imperial romana. Esta buscava, em geral, preservar as tradições locais e, particularmente no caso de Atenas, Adriano notabilizou-se como seu admirador (Sayas 1984). Adriano procurava destacar os aspectos da *demokratia* que podia ter duas faces: a Atenas tradicional e a atual autoridade imperial, tal como representada pela ideologia da elite. Élio Aristides, por exemplo, ressaltava que a autêntica herança da democracia antiga era representada pelos imperadores (Plácido 1992:173 *et passim*).

3. A carta de Plínio, o moço, sobre os cristãos apresenta alguns dos argumentos usados na sua perseguição. Quais suas implicações?

Os cristãos são descritos como dominados pela loucura (*amentia*), ímpios, desdenhosos dos deuses e autoridades. O contágio dessa superstição atingia, segundo Plínio, cidades e vilarejos (*uici*): sua própria definição como *superstitio* é significativa, pois indica um temor que os cristãos pudessem perturbar a tranqüilidade social e religiosa. A resposta de Adriano corrobora essa impressão, pois sua preocupação é com o culto aos deuses, *supplicando dis nostris*. Condena, igualmente, as denúncias anônimas, cuja menção por Plínio confirma o medo que os cristãos, associados aos bruxos, inspiravam na população.

4. O texto atribuído a Plutarco apresenta algumas considerações sobre o regime político. Como interpretá-lo no contexto do Império Romano?

Os argumentos do autor, retomando temas da *República* de Platão, centram-se nos três tipos de regime político e seus exageros. Condena a tirania, ou governo do déspota; a *dynasteia* ou poder ilimitado de um pequeno número; e o governo da massa, *okhlokratia*. A ênfase inicial dada ao conceito de *politeia*, com seus múltiplos significados, demonstra a persistência da *polis* como forma de organização, mesmo no império, mas sua transformação em cidade com leis próprias em um contexto imperial mais amplo.

## Atividades propostas

1. A Lei Ateniense contra a Tirania apresenta uma série de termos técnicos, como *nomothetai*, *demos*, *proedoi*, tirania, Areópago. Utilizando-se de bibliografia auxiliar, trate das características e transformações dessas instituições em Atenas.

2. Reflita sobre a importância da difusão da Lei contra a Tirania em uma estela de mármore, em especial no que se refere à alfabetização em Atenas.

3. Quais as implicações econômicas da lei de Adriano sobre o azeite ático?
4. Como mudaram as funções da *boulé* e da *ekklesia*, durante o domínio romano em Atenas?
5. Reflita sobre as diferenças na severidade de Plínio e Trajano. Qual sua significação?
6. Qual o papel do imperador romano na administração, a partir da correspondência entre Trajano e Plínio?
7. Analise as idéias do texto atribuído a Plutarco sobre os regimes políticos, relacionando-as às concepções clássicas (Platão, Aristóteles, *inter alios*).
8. Qual a relação entre a autonomia municipal e o estado imperial, a partir do texto atribuído a Plutarco?

**Fragmentos poéticos de Safo (5 versões poéticas de Joaquim Brasil Fontes 1992: 91;113;149)**

1. Antigamente, era assim que dançavam  
a essa hora, as mulheres de Creta;  
ao som da música, ao redor do altar sagrado  
dançavam, calçando sob os pés delicados  
as flores tenras da relva.
2. A Lua já se pôs,  
e as Plêiades; é meia-  
noite; a hora passa e eu  
deitada estou sozinha
3. Vieste, e fizeste bem. Eu esperava,  
queimando de amor; tu me trazes a paz.
4. Queimo em desejo e anseio por...
5. Mãe querida, não posso mais te tecer a trama  
— queimo de amor por um lindo rapaz:  
a culpa é de Afrodite, a delicada —
6. <Noiva>: Virgindade, virgindade, onde estás, após abandonar-me, ten-  
do ido embora?  
<Virgindade>: Nunca mais voltarei para ti, nunca mais!  
(Cf. Freire, 1961:217).

**Comentários**

Safo, poetisa lírica da escola de Lesbos, nasceu provavelmente por volta de 612 a.C. em Mitilene ou Éreso, tendo se tornado líder de uma sociedade literária feminina, chamada de “casa das musas” (*moisopólos oikía*). Na ilha de Lesbos, juntou, ao seu redor, um grupo de mulheres que se devotavam à música, à poesia

e ao culto de Afrodite. Parece ter sido casada e ter tido uma filha, Cleis. Escreveu no dialeto eólico muitos poemas, poucos dos quais chegaram até o presente. Durante a própria Antiguidade, foi muito apreciada por autores como Platão ou Catulo e suas paixões homoeróticas amplamente reconhecidas.

Os poemas aqui recolhidos, ainda que fragmentários, permitem observar a presença de uma construção discursiva autônoma, feminina. Skinner (1993:130-138) ressaltou o caráter aberto, fluido, polissêmico e não-fálico de expressão do desejo sexual feminino. Um grupo separado de garotas e mulheres, em Lesbos, inventou seu próprio sistema simbólico e um conjunto de convenções discursivas, adaptadas para a expressão do desejo homoerótico feminino, tanto na composição como na forma de expressão oral da poesia. Safo, a autora, pode ser encarada como o produto de muitas gerações de criação artística feminina.

A anomalia da existência de poetisas, em uma sociedade patriarcal hierarquizada, pode ser explicada pela sua função de poetisas educadoras de grupos de jovens debutantes (Dowden 1989:103). Safo atuava como uma educadora, compondo cânticos pertencentes em um *thiasos* (confraria). Essa educação feminina estava a cargo, em geral, de homens, que compunham versos para as virgens, *partheneia*, como Alceu ou Píndaro. Safo, contudo, foge desse padrão, pois seus versos não são preparatórios para o casamento, mas homoeróticos, bilaterais e igualitários. Nesse sentido, sua popularidade com as mulheres, mesmo aquelas que se tornavam esposas, talvez possa ser explicada pela segregação feminina pré e pós-nupcial. A transmissão desses poemas homoeróticos, oralmente, de mãe para filha pode ser creditada, justamente, à separação radical dos mundos e concepções masculinos e femininos, na Grécia. A referência à mãe, no quarto poema, pode ser considerada como exemplo dessa continuidade de geração a geração. A aceitação dos poemas de Safo, entre o público masculino, por sua parte, poderia ser interpretada como uma fuga da onipresente necessidade de agir competitivamente e de exercer o controle dos outros (escravos, jovens, mulheres) e de si mesmo (autocontrole dos desejos).

Bella Zweig (1993:148) lembra que Safo tem sido vítima de “uma deliberada falsificação do material antigo, por exemplo, mudando os finais indicativos de gênero, na sua poesia, para fazê-la parecer amar homens”. Nesse sentido, o quinto poema, aqui apresentado na tradução poética de Fontes (1992:149), pode induzir ao erro. O “rapaz” da versão portuguesa não traduz a ambigüidade de *pais*, criança, jovem de ambos os sexos. O próprio contexto feminino, presente na referência à mãe e a Afrodite, induz a pensar que não se trata de um garoto. Ainda mais improvável parece a interpretação original se considerarmos que as jovens, se tivessem por objeto de desejo um homem, não iriam se referir ao varão com um termo usado, explicitamente, para o homem *antes da maturidade sexual*.

O uso, nos poemas citados, do verbo *potheo*, “desejar”, indica este sentimento, físico e espiritual a um só tempo, cuja tradução incluiria os conceitos de “sentir falta, saudade”, “amar”, “sentir”. A presença de Afrodite, deusa da fertilidade, de origem oriental (Ishtar), também pode ser creditada a este contexto feminino. Na medida

em que as evidências diretas do comportamento e das reflexões das mulheres são muito raras, a interpretação dos poemas sáficos está aberta a um grau de especulação mais ou menos amplo. Contudo, interpretá-los como parte de uma tradição multissecular de autonomia estética, transmitida de mãe para filha, parece mais fértil do que enquadrá-los, como já se fez, no campo dos poemas “preparatórios para o matrimônio virginal”. O último poema, nesse sentido, ao tratar da virgindade de forma jocosa, pode ser interpretado como uma ironia, bem humorada, à irreversibilidade do casamento. De fato, *parthenía* significava não a virgindade física, mas o encontrar-se solteiro. Assim, mulheres solteiras não-írgens, e até com filhos, bem como mesmo homens solteiros eram chamados *parthenoi*. Portanto, a independência feminina da garota — outro sentido da palavra *parthenos* — nunca será recobrada após o casamento. Esses versos, ainda que obscuros e fragmentários, permitem repensar toda uma série de conceitos sobre a sociedade grega.

### Institutas, 1, Trechos sobre o pátrio poder (cerca de 161 d.C.; cf. Gordon & Robinson 1988)

48. Segundo o direito pessoal, há outra classificação. Algumas pessoas são independentes, outras estão submetidas a outros. Destas pessoas dependentes, algumas estão sob o poder, outras sob o poder do marido e outras escravizadas. Vejamos, agora, aqueles que estão sujeitos ao poder de outras pessoas, pois se descobrirmos quais são as pessoas dependentes saberemos, ao mesmo tempo, aquelas que são independentes. Primeiramente, observaremos aqueles que estão sob o poder de outrem.

52. Os escravos estão sob o poder dos seus donos. Esse poder funda-se no direito das nações, como observamos em toda parte; os donos têm poder de vida e morte sobre seus escravos e os proprietários possuem aquilo que é adquirido pelos escravos. Contudo, hoje em dia <sc. século II d.C.>, os cidadãos romanos ou outros homens sob o poder do povo romano não podem infligir castigos por demais severos ou seviciá-los. Uma decisão do imperador Antonino Pio <138-161 d.C.> iguala o assassinato, sem justificativa, do próprio escravo ao assassinato de um escravo alheio. Também a dureza excessiva dos proprietários foi condenada pelo mesmo imperador...

55. Também temos sob nosso poder os filhos nascidos de casamento legítimo. Esse direito é único dos cidadãos romanos, pois não há outros povos que tenham poder sobre seus filhos como nós...

108. Agora vejamos as pessoas que estão sob nosso poder por casamento. Esse é um direito, também, privativo dos cidadãos romanos. Embora homens e

mulheres possam estar sob o poder de outrem, apenas as mulheres podem estar sob a autoridade no casamento. Antigamente, havia três métodos de estar sob a autoridade do marido: por uso, pela farinha e por compra.

### Comentários

Gaio foi um jurista romano atuante durante os principados de Antonino Pio e Marco Aurélio, tendo vivido entre 110 e 180 d.C., aproximadamente. Em sua própria época foi pouco conhecido e pouco se sabe sobre sua vida. Tornou-se difundido graças às extensas citações de suas obras nas compilações jurídicas de Justiniano. Apenas em 1816 o classicista alemão Niebuhr descobriu, em Verona, um palimpsesto com sua principal obra, intitulada *Gai institutionum commentarii quattuor*, "Quatro livros das Institutas de Gaio". A veracidade desse manuscrito seria confirmada com o achado de fragmentos da obra em papiros egípcios em 1933. Este trabalho parece ter sido, originalmente, a coletânea de palestras, ou notas para conferências, algo sugerido pelo estilo coloquial empregado no texto. No trecho acima, diversas passagens denotam o uso de frases curtas e o emprego da familiar primeira pessoa do plural:

55. *Item in potestate nostra sunt liberi nostri, quos iustis nuptiis procreauimus.* Literalmente: "Também, em nosso poder estão nossos filhos, os quais tivermos procriado por núpcias justas."

O restabelecimento do texto apresenta inúmeras dificuldades pois, sendo um palimpsesto do século V d.C., sua superfície foi raspada diversas vezes para abrigar escritos posteriores. Sendo um texto técnico de direito, diversas expressões exigem explicações. Assim, "poder" refere-se aos direitos do pai de família (*pater familias*), biológico ou por adoção, sobre pessoas e propriedades dos dependentes da família e sobre os escravos. Dependentes são os filhos, a esposa e os escravos, sob sua *potestas* ou poder. As pessoas independentes ou emancipadas eram denominadas *sui iuris*, com personalidade jurídica própria.

Esse texto reflete uma sociedade patriarcal, centrada, juridicamente, ao menos, na figura do *pater familias*. A própria expressão era arcaica, o que está claro pelo uso do genitivo *familias* em vez de *familiae*. A *familia* compreendia tudo que estava sob a autoridade ou propriedade do pai, os filhos, a esposa, os escravos, os animais. A origem da palavra *familia*, *famel*, "escravo doméstico", demonstra que esse conjunto de pessoas dependia do *pater*, não necessariamente o pai físico ou genitor (*genitor*, *parens*) mas o senhor ou dono da casa (=dominus). No trecho inicial citado, Gaio usa sem distinção os termos *pater* e *dominus*.

O texto deixa entrever que o discurso patriarcal tinha de conviver com suas aporias e limitações. Os escravos podiam ser mortos pelos donos apenas, teorica-



mente e a crueldade estava, também, limitada por lei. As mulheres podiam ser *sui iuris*, emancipadas, ainda que originalmente devessem sempre estar sob o poder de um senhor, marido, pai ou filho. No entanto, é interessante notar como Gaio procura enfatizar que o grau de poder discricionário do pai sobre seus subordinados é mais intenso do que entre outros povos: *ferè enim nulli alii sunt homines, qui talem in filios suos habent potestatem, qualem nos habemus*, "praticamente outros *homens* não têm tanto poder sobre seus filhos como nós temos". Aqui, o discurso de Gaio deixa explícito seu ponto de vista masculino e, sem muita preocupação com veracidade, conclui que o poder do pai romano era mais extenso e profundo do que em outras partes.

Em que medida as prescrições jurídicas masculinas eram aceitas pelos subordinados é difícil avaliar, embora o próprio texto deixe entrever a importância dos compromissos que a ideologia patriarcal era obrigada a aceitar. É interessante que esses compromissos são justamente atribuídos, em uma passagem citada acima, ao imperador Antonino Pio. Considerado, tradicionalmente, um Príncipe tolerante e modesto, "um bom burguês", nas palavras de Mikhail Rostovtzeff, Antonino representa bem, neste trecho, a concessão da autoridade em benefício do subalterno, a proteção do estado em relação ao proprietário privado. No entanto, essa benemerência aparente obscurece dois fatos. Em primeiro lugar, a complacência e a moderação visavam evitar a revolta e o senso de injustiça. Em segundo lugar, era o próprio governante que substituíria, com seu poder de legislar, o proprietário privado, assumindo a função superior de *pater patriae*, *patronus*, um pai para a sociedade como um todo.

### Lísias, *Discursos*, 2, 17-19, oração fúnebre (ca. 390 a.C.), "Sobre a lei"

Por muitas razões, nossos ancestrais decidiram tornar-se, unanimemente, os defensores do direito. Sua própria origem funda-se no direito. A maioria das nações, junção de povos diversos, ocupam um solo estrangeiro, do qual expulsaram os nativos. Os atenienses, ao contrário, são autóctones e a própria terra é, a um só tempo, sua mãe e sua pátria. Foram, também, os primeiros, e os únicos, àquela época, a abolir a realeza e a estabelecer a democracia, convencidos de que a liberdade de todos seria o melhor caminho para a concórdia. Unidos pela comunhão de interesses diante do perigo, em sua vida pública eram livres e recorriam à lei para agraciar os bons e punir os maus. Apenas os animais, pensavam, podem mandar pela força bruta. Aos homens cabe estabelecer o direito por meio da lei, fazê-lo aceitar pela razão e obedecer a esses dois poderes, a lei sendo sua rainha e a razão, seu guia.

### **Xenofonte, *A constituição Lacedemônica*, 6-7**

Algumas medidas de Licurgo diferiram daquelas da maior parte dos povos. Em outras cidades, cada qual governa seus filhos, domésticos e bens. Licurgo, desejoso que os cidadãos pudessem ajudar uns aos outros, permitiu que cada um pudesse mandar, igualmente, em seus e em filhos de outros. Ao perceber que assim se comportam os pais, sente-se obrigado, cada qual, a mandar nas crianças, quando surge a oportunidade, como se desejaria que seus filhos fossem comandados. Quando uma criança reprimida por um outro pai queixa-se ao seu próprio pai, seria vergonhoso para este, caso não castigasse seu próprio filho com novas punições. Tão grande é a confiança mútua dos esparciatas que não se saberia dar ordens deslocadas a seus jovens.

Licurgo permitiu, também, utilizar, em caso de necessidade, os criados de outrem. Os cães de caça tornaram-se de uso comum e os que necessitam, aceitam cães alheios e os que têm cães disponíveis oferecem-nos de bom grado. Os cavalos são usados de maneira similar. Se alguém adoece, precisa de transporte, ou precisa chegar rápido a um lugar, avista um cavalo, utiliza-o e, ao final, recoloca-o no local. Licurgo adotou uma prática incomum em outros lugares. No caso de caçadores que acabam ficando sem víveres, foi previsto que aqueles que tenham mantimentos de sobra devem deixá-los em recipientes selados. Os que necessitarem, podem utilizar-se dos mantimentos, deixando o que sobrar e selando, novamente, os recipientes. Graças a essa partilha mútua, os que têm poucos recursos podem compartilhar, quando necessitam, da riqueza comum.

Há, ainda, outros costumes contrários ao da maioria dos gregos, estabelecidos, em Esparta, por Licurgo. Em outras cidades, sabe-se, todos tentam ganhar o máximo de dinheiro possível. Uns são agricultores, outros armadores, comerciantes ou artesãos. Em Esparta, contudo, Licurgo proibiu que os homens livres exerçam qualquer atividade lucrativa e estabeleceu que as únicas atividades aceitáveis fossem aquelas que se ligam à liberdade da cidade. Ademais, como buscar a riqueza neste país que, graças a Licurgo ter estabelecido para todos a mesma contribuição alimentar e o mesmo tipo de vida, impediu-se que se ambicione a fortuna, devido aos prazeres que ela propicia?

### **Quintiliano, *Sobre a instituição oratória*, 5,4;7, "Alguns modos de testemunhar"**

4. O mesmo ocorre com a tortura, um tema muito tratado. Alguns dizem que é um meio infalível para chegar à verdade; outros dizem o contrário, já que alguns preferem mentir a serem torturados, enquanto outros fazem-no por fraqueza. Não cabe alongar-se sobre esse tipo de provas, pois há muitos casos antigos e modernos a esse respeito. Há, em cada processo, circunstâncias específicas que devem levar-

se em conta. Tratando-se de uma investigação judicial, por exemplo, será o caso de examinar quem a pede ou se apresenta, a quem pede ou apresenta, contra quem e por que motivo. Se a investigação já foi levada a cabo, deve examinar-se que juiz a presidiu, quem foi torturado, e como o foi; se o que afirmou é inverossímil ou racional; se permaneceu firme no primeiro testemunho, ou se o mudou sob tortura; se o fez no início da investigação ou apenas quando a tortura tornara-se mais violenta. Essas circunstâncias variam, de um lado e de outro, tanto como as próprias causas.

7. Nada é mais trabalhoso para o advogado que os depoimentos de testemunhas. São feitos por escrito ou de viva voz. Os depoimentos escritos suscitam menos debates. Parece que uma testemunha costuma mentir menos na presença de um restrito número de testemunhas e sua ausência levanta a suspeita sobre sua segurança...

Quando as testemunhas estão presentes, a disputa é mais árdua, dupla, pois são atacadas e defendidas, tanto nas investigações como nos interrogatórios. No julgamento, começa-se, em geral, a favor ou contra as testemunhas. Uma das partes tenta mostrar que não há prova mais sólida do que o conhecimento derivado do testemunho; a outra parte tenta desacreditar esse tipo de conhecimento, elencando tudo que pode comprometê-lo...

### Filo, *Sobre a criação*, 26, 7-8, "A criação"

Diz <Moisés> que "no início, criou Deus o céu e a terra", considerando o "início" não, como acho, em um sentido cronológico, já que o tempo não existia antes de existir o cosmo. O tempo começou simultaneamente ou depois do próprio mundo. Na medida em que o tempo é um espaço medido, determinado pelo movimento do universo, e como o movimento não poderia ser anterior ao objeto que se move, mas deve, necessariamente, surgir depois ou simultaneamente com ele, conclui-se que, de maneira necessária, o tempo deve ser contemporâneo ou posterior ao surgimento do mundo. Afirmar que é mais antigo contraria toda a lógica da Filosofia. Se a palavra "início" não tem, nesse contexto, o sentido cronológico, parece provável que se trate de ordem numérica, de maneira que "no início criou" é o mesmo que "fez o céu *em primeiro lugar*". É lógico que fosse criado antes o céu, sendo o melhor das coisas criadas e feito das coisas mais puras, destinado a ser o local mais sagrado de moradia dos deuses visíveis e manifestos. Mesmo se o Criador criou tudo ao mesmo tempo, a ordem esteve na base da criação do belo, já que a beleza não existe na desordem. A ordem consiste na colocação das coisas antes e depois, numa seqüência que, ainda que imperceptível no produto acabado, está presente nos planos do criador. Apenas dessa forma estas coisas poderiam ser feitas com perfeição, sem desvios e sem contradições.

Em primeiro lugar, portanto, o Criador criou um céu imaterial e uma terra invisível, bem como a forma essencial do ar e do vácuo. Aquele foi chamado de “escuridão”, pois o ar em si é escuro. O outro foi chamado de “abismo”, pois o vácuo é uma região de profundezas imensas e enormes. Em seguida, fez a essência imaterial da água e do sopro e, para coroar tudo, a luz. Esta, também, a sétima, era imaterial, perceptível apenas para a mente, por intermédio do sol e astros que foram criados com o céu.

8. Moisés dedicou especial atenção ao sopro e à luz. Chama de “sopro” de Deus o primeiro porque o sopro é aquilo que é mais favorável à vida, e a vida é de autoria de Deus. Quanto à luz, diz que é a coisa mais bonita, pois a inteligência sobrepuja o visível no brilho, tal como a luz do sol, certamente, sobrepuja a escuridão e o dia a noite e a mente, que governa toda a alma, sobrepuja os olhos.

### Atividades encaminhadas

1. Reflita sobre a importância do conceito de “lei”, a partir do texto de Lísias.

Lísias, um dos dez oradores áticos, apresenta, nesse discurso, o argumento democrático ateniense a respeito do *nomos* (“lei”). A lei opunha-se, por um lado, à *themis*, lei tradicional e de caráter divino e, por outro lado, ao poder discricionário, seja do tirano seja dos aristocratas. Outros conceitos relacionados, como “liberdade” e “democracia”, dependem da existência e respeito às leis emanadas do povo (*demos*). Para que as leis fossem formuladas e aprovadas, fazia-se necessário o *logos*, citado ao final do trecho. A lógica, a argumentação persuasiva por meio de um discurso (*logos*) estava na base do regime do império da lei, igual para todos.

2. Xenofonte, no trecho citado, opõe os esparciatas aos outros gregos. Como se pode caracterizar suas informações?

Xenofonte, com sua *Constituição dos lacedemônios*, constitui uma das principais fontes sobre Esparta, em especial por suas descrições de hábitos privados e da disciplina militar. Sua descrição “etnográfica” dos costumes ressalta as diferenças dos lacedemônios. Assim, neste trecho, particular atenção é dada à busca do lucro, algo comum em outros lugares, mas secundário em Esparta. Essa observação pode ser contraposta a correntes interpretativas modernas que enfatizam, para a Antiguidade como um todo, a despreocupação dos antigos para com a remuneração e o lucro (*kerdos*).

3. Quais as principais implicações do uso da tortura, segundo Quintiliano?

Quintiliano começa sua argumentação enfatizando que há opiniões contraditórias sobre o uso da tortura, para efeitos judiciais. No entanto, aceita esse procedimento

como usual e corriqueiro, chamando atenção, apenas, para a necessidade de se examinarem as condições em que o torturado faz suas declarações. O uso generalizado da tortura, no âmbito judicial, remete a uma sociedade escravista que determina comportamento diferenciado, ao extremo, para escravos, livres e cidadãos, cada grupo com suas prerrogativas. Os depoimentos, por escrito e orais, por sua parte, demonstram a importância do procedimento jurídico, em geral, na sociedade romana.

4. Como o pensamento de Filo de Alexandria reflete a helenização da tradição judaica e qual sua significação?

Filo (*Philo Judaeus*, Filo, o Judeu), nascido em Alexandria em cerca de 15 a.C., tentou harmonizar suas leituras de Platão, dos estóicos e da Bíblia hebraica. Procurou enfatizar a distinção entre o *logos* e o mundo e influenciou o pensamento cristão primitivo. Nesse trecho, reinterpreta o início do Gênesis, não a partir do original em hebraico, mas da sua versão em grego. Sua interpretação de *arkhé* como “em primeiro lugar” desvia-se, como não poderia deixar de ser, do original *rishit*. Em seguida, Filo menciona, explicitamente, os “deuses visíveis e manifestos” (*theon emphanon te kai aistheton*), habitantes do céu. É notável sua leitura filosófica da tradição hebraica e pode afirmar-se que todo o pensamento racionalista cristão viria a desenvolver-se a partir de princípios conciliatórios semelhantes àqueles desenvolvidos, aqui, por Filo (cf. Tomás de Aquino).

### Atividades propostas

1. Utilizando-se de bibliografia auxiliar, busque identificar como o domínio do *nomos*, em Atenas, tem sido interpretado pelos estudiosos modernos (e.g. Finley e Vernant).

2. Qual o sentido da democracia para os atenienses, a partir do texto de Lísias?

3. Consulte a bibliografia moderna sobre Esparta e reflita sobre como sua estrutura social foi interpretada, por diferentes autores, como “socialista”, “opressora”, “militar”, entre outras.

4. Quais as principais diferenças sociais entre Atenas e Esparta?

5. A partir do texto de Quintiliano, reflita sobre o papel do Direito no mundo romano.

6. Disserte sobre a importância da formalidade jurídica, tal como apresentada por Quintiliano.

7. Reflita sobre o papel da *ordem* (*taxis*) e do *belo* (*kalos*) no pensamento de Filo.

8. Disserte sobre o papel do “sopro” (*pneuma*) na filosofia grega e na tradição judaica, estabelecendo suas especificidades.

**Contrato de matrimônio, Papiro egípcio de 311 a.C.  
(Hunt & Edgar 1970:2-5)**

No sétimo ano do reinado de Alexandre, filho de Alexandre, o décimo quarto ano da satrapia de Ptolomeu, no mês de Dío. Contrato de casamento de Heráclides e Demétria. Heráclides toma como sua legítima esposa Demétria, de Cos, ambos livres, do seu pai Leptines, de Cos, e de sua mãe Filótis, trazendo um enxoval de panos e ornamentos, no valor de mil dracmas, e Heráclides deverá fornecer à Demétria tudo que é devido a uma esposa nascida livre. Vivemos juntos onde, de comum acordo, parecer melhor a Leptines e Heráclides. Se Demétria for descoberta atentando à honra de seu marido Heráclides, será privada de tudo que trouxe consigo, mas Heráclides deverá provar sua acusação a Demétria, diante de três homens que ambos aceitem. Não será legítimo que Heráclides traga outra esposa, em desrespeito à Demétria, à sua casa, nem terá filhos com outra mulher, nem fará nada de negativo a Demétria, sob qualquer pretexto. Se Heráclides for descoberto cometendo alguns desses delitos, e Demétria prová-lo diante de três homens escolhidos de comum acordo por ambos, Heráclides deverá devolver a Demétria o dote de mil dracmas, que ela trouxera e, além disso, deverá dar-lhe mil dracmas, em moedas de prata de Alexandre. Demétria e os que a ajudarem a receber o pagamento devido terão o direito de execução, como se fosse o resultado de uma ação em juízo, tanto no que se refere a Heráclides quanto à sua propriedade, em terra e água. Esse contrato será válido para todos os efeitos, sempre que Heráclides utilizá-lo contra Demétria, ou se Demétria e os que a ajudam para exigir reparação o solicitarem, e terá força de lei como se fosse apresentado neste fórum. Heráclides e Demétria terão o direito de manter as cópias do contrato nupcial em sua guarda e poderão utilizá-lo contra o outro cônjuge. Testemunhas: Clêon, Gelan, Antícrates, Têmnian, Aristômaco, Cirenaio, Aristódico, Coano.

***Comentários***

Esse contrato de casamento, proveniente da Ilha de Elephantina no sul do Egito, apresenta a datação típica das monarquias helenísticas, a partir dos soberanos reinantes. Nesse caso, trata-se de um documento bastante precoce do Egito Lágida ou Ptolomaico. Com a morte de Alexandre em 323 a.C., o Egito passou ao controle do filho do general Lago, comandante das tropas alexandrinas na área,

Ptolomeu. Esse soberano virá a ser conhecido como Ptolomeu I, Soter ou “o salvador”, nome que adquiriu apenas em 304 a.C. Ptolomeu apenas passou a denominar-se “rei” (*basileus*) em 305 a.C. pois antes disso reteve apenas o título de Sátrapa (323-305 a.C.). As Satrapias eram unidades administrativas persas que, em um primeiro momento, foram mantidas pelo novo império alexandrino.

O contrato de casamento era, literalmente, “um escrito conjunto da união de casas” (*syngraphe synoikisias*). O uso da escrita para o registro e o conseqüente caráter legal do documento chamam, de imediato, atenção, pois indica um uso público expandido das letras. Os cônjuges, de fato, conservariam, segundo o documento, cópias a serem utilizadas quando necessário. “Estes papiros egípcios indicam uma densidade da alfabetização, nas aldeias, e um armazenamento de conhecimento registrado, que era notável e sem precedentes na História humana” (Hopkins 1991:140). A expansão do uso da escrita atingia não apenas a elite mas abrangia, como demonstra esse contrato, gregos comuns vivendo em regiões afastadas das bordas do Mediterrâneo cerca de oitocentos quilômetros! (cf. Bowman 1986; 1991).

Os cônjuges são denominados “de nascimento livre” (*eleutheroi*) e o contrato possui efeitos legais plenos. O pai da noiva e o noivo decidem sobre o local de moradia. No restante do texto, contudo, esposa e marido têm direito de pleitear o cumprimento integral do texto. Ao marido fica vedado o adultério que produza filhos e os maltratos à esposa, enquanto à mulher veda-se qualquer ato infamante à honra do esposo. O descumprimento significa a restituição dos bens e a mulher e seus ajudantes, que se supõe deveriam incluir parentes masculinos próximos como o pai ou irmãos, teriam poder de execução da restituição. Os bens terrestres e náuticos do marido, aludidos no documento incluem propriedades fixas e móveis (terras, casas e barcos, por exemplo). A referência aos bens náuticos explica-se pela importância do Nilo e as atividades a ele ligadas.

A existência de um contrato público, escrito, de caráter legal, garantindo direitos a ambos os cônjuges constitui, em si, notável exemplo da crescente publicação da esfera privada. O espaço doméstico adquire parâmetros externos de controle e de exposição. A *synoikisia* passava a consistir numa união (*syn*) de casas, famílias ou propriedades (*oikiaî*), termo que, embora referente ao casamento, podia englobar toda união relativamente eqüânime e o matrimônio adquire, portanto, uma conceituação pública de grande significação.

## Dois grafites pompeianos

1234 – PVPA. QVI BIILAISTIBI  
MIIMISITQVITVVSIIISVAL



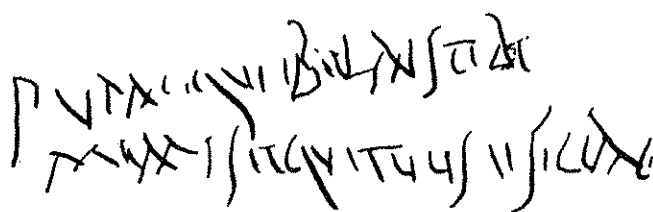


Figura 10

Interpretação original: pupa, qui <an que> bel(l)a es, tibi me misit qui tuus es(t?) val(e)?

Tradução: Menina, que és bela, enviou-me para ti quem é teu. Saudações.

1391 – VIINIIRIA  
 MAXIMO  
 MIINTVLA  
 IIXMVCCA VT  
 PIIRVINDIIMIAA  
 TOTA  
 IIRTRIILINQVI  
 PVTR.VIINTRII  
 MVCIII  
 COPSPLIINV  
 CS

Tradução: Venéria ordenhou a vara de Máximo, por toda a vindima. E deixou seu ventre sujo, cheio de muco.

### Comentários

A cidade de Pompéia, tendo sido atingida pela erupção do Vulcão Vesúvio em 24 de agosto de 79 d.C., preservou, em suas paredes, milhares de inscrições feitas com estilete (grafites) ou com pincel (Funari 1991). Esta cidade da Campânia, na Itália central, foi fundada pelos oscos, talvez já no século VIII a.C. Sofreu influências etruscas, gregas e samnitas antes da sua incorporação formal ao domínio romano no primeiro século a.C. (Etienne 1970:100-102 *et passim*), convertendo-se em um centro de veraneio para os aristocratas romanos (Bracco 1982). Desde o século passado, tem-se publicado as inscrições parietais no *Corpus Inscriptionum Latinarum* vol. IV, um tipo de documentação única para os mais variados aspectos do cotidiano.

A primeira inscrição aqui reportada apresenta dificuldades de leitura e de interpretação. O editor original Zangemeister propôs dois finais diversos: *tibi me misit qui tuus es(t?) ual(e)?* (enviou-me para ti que teu é, salve) e *tibi me misit qui tuus es(t?)*. Vale? Embora não altere a reconstrução proposta por Zangemeister, percebe-se que a leitura não é clara (*lectu difficilis est*, nas palavras do editor). O apógrafo permite observar que o escritor usou um traço para compor duas letras (BELAIS por BELA ES) e, ao que parece, fez o mesmo com *tuus est*, juntando s e t em uma só letra. Ao final, observa-se o primeiro traço do e de *uale*. Assim, a reconstrução proposta, aqui, é a seguinte:

PVPA. QVI BELA IS TIBI  
MII MISIT QVI TVVS IIST. VALI

A ser interpretado como *Pupa, quae bella es, tibi me misit qui tuus est. Vale*. Paleograficamente, essa epígrafe mostra diversas características interessantes:

1. Inconstância no emprego de formas, alternando o uso de dois tipos de B;
2. Economia de traços, usando um só traço para duas letras (AIS por AIIS e ST escrito com um único traço), ou um único traço podendo estar por dois, como no E final escrito com um único traço. Talvez seja esse o caso de *quae*, grafado *qui* (seria QVII = QVE = *quae*, a qual, como em CIL IV, 1234,2013,4006).

O caráter vulgar da inscrição aparece, claramente, seja na grafia, seja na sintaxe e no vocabulário:

1. Na grafia, usa-se *qui* ou *que* por *quae*, *bela* por *bella*;
2. No vocabulário, *pupa* é um termo de uso quotidiano, afetivo, originário da linguagem infantil (ligado, originalmente, a *puer*, rapaz). Sua derivação nas línguas neolatinas indica a permanência do sentido juvenil (*poupée*, em francês, significando boneca);
3. O uso de *qui* por *quis* ou por *quem* é, também, de origem vulgar. O sentido de *qui* nessa frase é chave para a compreensão deste tetrâmetro. Duas interpretações são possíveis:

Pupa, quae bella es, tibi me misit qui tuus est. Vale.

Bela garota, quem é teu me enviou para ti. Saudações.

Nesse caso, o contexto, que desconhecemos, explicaria *quem* é citado, aquele que é da garota e que o enviou. A frase, no entanto, poderia ser lida ainda como:

Pupa, quae bella es, tibi me misit quem tuus est. Vale.

Bela garota, <alguém> enviou-me para ti, quem é teu. Saudações.

Essa última interpretação implicaria uma alternância do uso dos pronomes da primeira e da terceira pessoas para se referir ao autor da frase: alguém enviou-me a ti, eu que sou teu (*tibi <aliquis> me misit, quem tuus sum*). A construção parece, nesse caso, pouco lógica, embora deva-se notar que era comum o uso da terceira pessoa para referir-se ao autor da inscrição (cf. CIL IV, 1595: *serpentis lusus*

*si qui sibi forte notauit, Sepumius iuuenis quos facit ingenio...* Os jogos da serpente, se alguém por acaso perceber, os quais o jovem Sepúmio faz com engenho...). Nessa hipótese, a introdução do pronome da primeira pessoa *me* seria o resultado da inclusão do autor da incisão na frase de maneira anônima, evitando a explicitação do seu nome. Em vez de dizer *tibi* (e.g.) *Venustum misit quem tuus est* (enviou a ti Venusto, que é teu), o autor pode esconder-se no pronome *me*.

A segunda inscrição apresenta uma série de características vulgares, a começar pela ausência do -m do acusativo (*mentla* por *mentulam*; *uindemia tota* por *uindemiam totam*; *putr uentre* por *putrem uentrem*; *plenu* por *plenum*), queda da desinência verbal oclusiva dental final (*relinque* por *relinquit*), síncope da vogal pós-tônica (*mentla* por *mentula*). Note-se que o uso do adjetivo *puter* (lit. "fétido") tem duplo sentido, "sujo" e "voluptuoso", "sensual" (cf. Hor.Od.1,36,17; *ille in Venerem est putris*, Pers.5,58). *Exmuccare*, hapax pompeiano, deve ser entendido, pelo contexto da frase, como sinônimo de *masturbare* (não havendo, portanto, razão para a dúvida expressa por Adams 1982:209, *It is not specified by what means Veneria achieved her result*). Também a expressão "por toda a vindêmia" pode ser entendida no sentido figurado, "por todo o tempo da colheita do muco", já que, por extensão de sentido, usava-se *uindemia* para referir-se à colheita de outras coisas (cf. Pl. NH, 12, 14, 32; 11, 14, 14).

### Xenofonte, *Econômico*, IV,1-3;VI,5-11, "Hierarquia das atividades"

IV,1. Sócrates, vai mostrar-me todas as artes? Para quê?, pergunta Critóbulo. Não é fácil encontrar trabalhadores capazes para todos os ofícios, assim como não se pode tudo fazer. As artes que parecem ser as mais belas e que conviria, especialmente, que me dedicasse, mostre-me quais são, quem as pratica e, por seu lado, na medida do possível, ajude-me com suas instruções.

Você falou bem, Critóbulo, disse ele. Na verdade, os ofícios artesanais são malvistas e é, certamente, natural que sejam profissões desprezadas nas cidades. Esses trabalhos acabam com os corpos dos artesãos e dos mestres, obrigando-os a uma vida caseira, sentados na sombra da sua oficina, às vezes até mesmo, por todo o dia, junto ao fogo. Na medida em que os corpos estão dessa forma maltratados, a alma torna-se, igualmente, frouxa. Em primeiro lugar, os trabalhos artesanais não deixam tempo para o ócio destinado aos amigos e à vida pública. Dessa forma, tornam-se péssimos amigos e cidadãos. Em certas cidades, em particular nas mais belicosas, chega-se a proibir aos cidadãos o exercício de qualquer ofício artesanal.

VI,5. Na verdade, não nos parece possível aprender todas as artes e, seguindo as cidades, decidimos, após certo estudo, descartar os ofícios chamados

artesanais, pois arruinam o corpo e prejudicam a alma. A prova, talvez mais clara, consiste na seguinte constatação: quando inimigos invadem um país, dividem seus habitantes em dois grupos, agricultores e artesãos, perguntando-lhes, separadamente, se preferem defender o território ou, renunciando ao campo, montar guarda nas muralhas. Nesse caso, percebemos que aqueles que trabalham a terra decidem, pelo voto, defendê-la, enquanto os artesãos preferem não lutar e ficar tranquilos, sem risco nem perigo, como estão acostumados.

Ademais, cremos que, para um “homem de bem”, não há trabalho nem arte superior à agricultura, da qual os homens retiram sua subsistência. Esse trabalho, parece-nos, é o mais fácil de aprender e o mais agradável de fazer. Dá ao nosso corpo a maior beleza e o mais forte vigor; deixa, ainda, ao nosso espírito a liberdade de ocuparmo-nos dos amigos e da vida pública. Consideramos, também, que a agricultura ajuda a estimular a bravura dos seus praticantes, ao levar a cabo, fora das muralhas, a faina que nos dá o que comer. Essa é a razão pela qual esse tipo de vida é especialmente apreciado pelas cidades: forma os melhores cidadãos, os mais dedicados à comunidade.

Cristóbulo disse: Sócrates, que nada seja mais belo que a faina agrícola, nem melhor ou mais agradável, estou, creio, completamente de acordo. Você, contudo, pretendia ter compreendido qual a razão pela qual certos agricultores visam obter uma abundância daquilo que necessitam, enquanto outros trabalham a terra sem dela tirar nenhum lucro. Sobre esses dois pontos gostaria de ouvir sua opinião, para fazermos o certo e evitarmos o nocivo...

### **Demóstenes, *Discurso contra Áfobos* (363 a.C.) I, 4;9-11;18-22, “O Patrimônio de um ateniense abastado do início do século IV a.C.”**

4. Meu pai, Demóstenes, juízes, deixou, com uma fortuna de quatorze talentos, dois filhos — minha irmã, então com cinco anos, e eu, com sete — e nossa mãe, que tinha trazido consigo um dote de cinquenta minas. Quando morreu, suas disposições foram as seguintes: entregou os seus e sua fortuna a Áfobos, agora meu adversário, e a Demofonte, filho de Demão, que eram seus sobrinhos, um pelo seu irmão, outro pela irmã. Além disso, a Terípides, do demo de Paeania, sem laço de parentesco, mas que era seu amigo de infância...

9. ...Meu pai, juízes, deixou duas oficinas, ambas grandes: uma englobava trinta fabricantes de facas, dois ou três valiam, cada um, cinco ou seis minas, os outros não menos do que três. Movimentavam, por ano, trinta minas. A outra oficina, com vinte fabricantes de camas, com uma fiança de quarenta minas, rendia doze minas. Além disso, uma soma de um talento de prata emprestada por uma dracma por mina: os juros anuais alcançavam mais de sete minas. Esse era o capital

ativo, algo aceito, até mesmo pelos meus adversários. No total, eram quatro talentos, cinco mil dracmas de capital, com rendimento anual de cinquenta minas. Havia, ainda, oitenta minas na forma de marfim, ferro e madeira; setenta minas de noz de galha e bronze; uma casa, de três mil dracmas, móveis, tralha doméstica, jóias, roupas, o enxoval da minha mãe, mais dez mil dracmas; oitenta minas de prata em caixa, em casa. Empréstimos marítimos, setenta minas, depositadas em Xoutos, duas mil e quatrocentas dracmas no banco de Pásion, seiscentos dracmas com Pilado, mil e seiscentos com Demomele, filho de Demão, diversos empréstimos entre duas e trezentas dracmas, totalizando um talento. Tudo isso ultrapassava oito talentos e cinquenta minas. Calculando tudo, um total de catorze talentos...

18. <Áfobos> detém, além disso, trinta minas, o rendimento da oficina que recebeu. Desavergonhadamente, roubou-me. Quando meu pai faleceu, essa oficina rendia trinta minas e, como a metade dos escravos foi vendida, são precisamente quinze minas que me eram devidas. Terípides, dirigindo o estabelecimento por sete anos, retirou onze minas por ano, quatro menos do que devia. Áfobos, que geriu pelos dois primeiros anos, nada registrou. Segundo ele, por certo tempo a oficina nada produziu e, depois, alega que quem administrava era o intendente Mílias, nosso forro, a quem deveria pedir satisfação. Será que, ainda hoje, manteria essas afirmações? Estaria clara a mentira. Afirmo que nada produzia a empresa. Contudo, há contas referentes não à alimentação da escravaria, mas para a fabricação — preços do marfim, a ser utilizado como cabo nas facas e para outros fins — o que implica produção dos escravos. Além disso, há nas contas referências ao pagamento do aluguel de três escravos a Terípides, trabalhando na minha oficina. Ora, se a fábrica não funcionava, Terípides nada devia receber de aluguel, nem haveria gastos com despesas na minha contabilidade. “É verdade, dir-se-á, mas os objetos fabricados não foram vendidos”. Nesse caso, deve apresentar provas, com testemunhas, de tê-los entregado a mim. Caso contrário, deve ter em sua posse o rendimento desses dois anos, cerca de trinta minas, já que a produção não parou. Argumentará algo mais? Dirá que Mílias era o administrador? Deve acreditar-se? Afirmo ter pago as despesas pessoalmente, no valor de quinhentas dracmas: todos os rendimentos estariam nas mãos de Mílias. Creio, contudo, que deveria ser o contrário, pois se Mílias geria o negócio, efetuava os pagamentos e reservava a Áfobos o lucro. A prova está no caráter desse homem e no seu atrevimento. Cito estes testemunhos, cuja leitura, no tribunal, solicito...

### **Estrabão, *Geografia*, 17,1, 6-7, “Alexandria”**

6... Os primeiros reis do Egito, satisfeitos com os recursos disponíveis, não precisavam importar mercadorias, eram contrários a todos os navegadores, em primeiro lugar os gregos — estes, por causa da pobreza do seu solo, eram ladrões e invejosos dos bens alheios — estabelecendo, neste local <Alexandria> uma

guarda, encarregando-a de afastá-los da região. Entregaram aos membros dessa guarda o lugar chamado Facotis, atualmente na parte da cidade de Alexandria que domina os arsenais, mas que, àquela época, era uma aldeia. Deram, também, as terras ao redor da aldeia a pastores capazes de atuarem, igualmente, contra os invasores do exterior. Mas Alexandre, quando da sua estada, vendo a comodidade do local, decidiu fortificar a cidade, diante do porto. Conta-se que o feliz destino posterior da cidade foi marcado por um portento quando do traçado dos seus edifícios: os arquitetos marcavam os limites do assentamento com cal branca mas, quando chegou o rei, a cal acabou-se. Os funcionários reais deram uma parte da farinha que tinha sido preparada para os trabalhadores, com o que foi possível traçar as ruas em número maior do que o previsto originalmente. Considerou-se, ao que se diz, que isso era um bom presságio.

7. As comodidades do sítio são de diferentes tipos: é banhado pelos dois mares, ao norte o mar chamado Egípcio, ao sul o Lago Mareia, também conhecido como Mareotis. O Nilo penetra por múltiplos canais, de cima e das laterais, de onde chegam importações em maior quantidade que do mar, de forma que o porto do lago é mais rico que o porto marítimo. Além disso, as exportações de Alexandria são maiores que as importações. Percebe esse fato aquele que, estando em Alexandria ou em Dicearquia, observa os navios mercantes ao chegar ou partir, mais pesados ou mais leves, se navegam num ou noutro sentido. Além do grande valor das mercadorias que são carregadas dos dois lados, tanto no porto do mar como naquele do lago, a qualidade da atmosfera é digna de atenção: isso deriva do fato de o sítio ser banhado dos dois lados e receber as enchentes favoráveis do Nilo.

### Plotino, *Eneade*, 1,6,1, "Sobre o Belo"

A beleza está, principalmente, na vista, mas também no que ouvimos, na combinação de palavras e mesmo na música, em qualquer forma: também as canções e os ritmos são bonitos. Acima das percepções derivadas dos sentidos, há comportamentos, ações, caracteres e atividades intelectuais belas, assim como há a beleza das virtudes. Se há uma beleza anterior a estas, será mostrada <neste trabalho>. O que nos faz imaginar que corpos são bonitos e atraem nossa audição para os sons por sua beleza? Como é bonito tudo que é da alma? São todas as coisas belas, por um único motivo ou há diferentes belezas nos corpos e nas outras coisas? O que é, ou são, o belo ou as belezas? Algumas coisas, como os corpos, não são belos pela própria natureza dos objetos, mas por participação; outras são belas intrinsecamente, como a natureza da virtude. O mesmo corpo parece, às vezes, belo, outras, não-belo, de modo que seu corpo não coincide com sua beleza. O que está nestes corpos? Este deve ser o primeiro ponto a considerar. O que atrai a atenção de quem olha algo, atraindo e fazendo com que agrade sua vista? Se descobrirmos isso, talvez possamos tomá-lo como base e entrever, as-

sim, o restante. Quase todos dizem que é a simetria das partes entre si e no todo, com uma coloração apropriada, que produz a beleza visual e que as coisas visíveis, como tudo o mais, são bonitas, graças à adequação da simetria e da proporcionalidade. Desse ponto de vista, a unidade e o simples não podem ser belos, apenas algo composto terá alguma beleza. O todo será belo, as partes não tendo beleza em si, contribuindo apenas para a beleza do conjunto.

**Vitrúvio, *Sobre a Arquitetura*, 6,5,  
"Os diferentes tipos de edifícios e as classes sociais"**

Como tratamos dos planos, tendo em vista a disposição dos aposentos, devemos, agora, considerar como, em edifícios privados, os cômodos dos patrões e das visitas devem ser edificadas. Os aposentos privados não podem ser acessíveis sem um convite, como os quartos de dormir, *triclinia*, banhos e outros locais com funções semelhantes. Os aposentos comuns são aqueles aos quais o povo pode, de pleno direito, ir, como os vestibulos, pátios, peristilos e outros desse tipo. Assim, magníficos vestibulos e aposentos e átrios não são necessários para as pessoas de fortuna comum, pois visitam, mas não são visitados. Aqueles que dependem do produto agrícola devem ter estábulos e lojas na frente e, dentro do edifício principal, armazéns, celeiros e apotecas, destinados todos, antes ao produto agrícola que à elegância do decoro. Também as casas de banqueiros e publicanos deveriam ser mais espaçosas e vistosas, protegidas contra ladrões. Advogados e retóricos deveriam morar com elegância e ter espaço para suas audiências. Para aqueles que ocupam cargos e magistraturas, cujo dever consiste em servir ao Estado, devem ser feitos vestibulos reais, átrios e peristilos amplíssimos, com jardins e corredores amplos e devidamente decorados com grandeza. Além disso, haverá bibliotecas, basílicas não muito diferentes das públicas, em sua magnificência, já que, em tais ambientes, freqüentemente são tomadas decisões públicas e julgamentos e arbítrios privados.

**Petrônio, *Satiricon*, 29, "A entrada de uma casa confortável",  
tradução de Marcos Santarrita**

Boquiaberto, eu admirava tudo aquilo quando, à esquerda da entrada, perto da portaria, avistei um enorme cachorro, preso a uma corrente, acima do qual estava escrito em letras garrafais: "cuidado, cuidado com o cão".

Era apenas a pintura de um cachorro, mas a visão me causou um tal pavor que quase caí para trás. Percebendo isso, meus companheiros puseram-se a rir. Recuperei o fôlego, contudo, e continuei a examinar as figuras pintadas nos afrescos da parede. Podia-se ver um mercado de escravos, cujas características estavam escritas num cartão que lhes pendia do pescoço, com o próprio Trimálquio, que,

com os cabelos compridos e um caduceu na mão, entrava em Roma conduzido por Minerva. Em outro ponto representavam-no durante as lições de cálculo, e depois tornando-se tesoureiro: o pintor tivera a preocupação de ajudar, mediante inscrições muito detalhadas, a compreensão por parte dos espectadores. Na extremidade desse pórtico, Mercúrio levantava nosso herói pelo queixo, colocando-o na mais alta cátedra de um tribunal. Perto dele, percebia-se a Fortuna, com a cornucópia da abundância, e também as três Parcas, a tecerem seu destino com fios de ouro.

Pude ainda observar um grupo de escravos que, conduzidos pelo proprietário, se exercitavam como corredores. Num ângulo do pórtico, avistei também um imenso armário, que continha um relicário, no qual havia Lares de prata, uma estátua de Vênus em mármore e uma caixa de ouro de grande dimensão que, segundo se dizia, guardava a primeira barba de Trimálquio. Então, resolvi interrogar o porteiro:

— Essas pinturas, que vejo no centro do pórtico, que representam?

— A *Ilíada* e a *Odisséia* — respondeu-me ele. — À esquerda, pode-se ver um combate de gladiadores.

### Atividades encaminhadas

1. Contextualize o texto de Xenofonte sobre as atividades destacando, em particular, seu viés de classe.

Xenofonte, seguindo antiga tradição aristocrática, associa o trabalho à degradação, à falta de tempo e instrução (*skhole*) para a vida pública. É claro que esse ponto de vista da elite não era compartilhado pelos cidadãos trabalhadores, como, por exemplo, um trecho de Platão permite observar: “quando nos reunimos em Assembléia, se o Estado necessita de alguma construção, percebo que os arquitetos são enviados e consultados a respeito das estruturas, e quando se trata de construção naval, os armadores são consultados, e assim acontece com tudo que a Assembléia considera matéria técnica derivada do aprendizado. ...Mas quando se trata de algo referente ao governo da cidade, quem se levanta para aconselhar a Assembléia pode ser tanto um pedreiro como um ferreiro ou sapateiro, mercador ou armador, rico ou pobre, de família nobre ou não” (*Protágoras* 319B-D). Embora no discurso erudito, pode perceber-se que a raia miúda da Assembléia popular ateniense não compartilhava da avaliação depreciativa do trabalho.

O texto de Xenofonte, no entanto, foi muito utilizado, a partir do final do século XVIII, para introduzir a noção de “plebe ignara”. William Mitford, em seu *The History of Greece*, publicado de 1784 a 1810, constitui exemplo do uso da História Antiga na luta política contemporânea. De fato, conservador em luta contra a democracia, Mitford usava Xenofonte para combater a participação política das massas, *crowd of fullers, shoemakers, carpenters, braziers* (citado em Wood 1989:15). A partir dessa leitura dos autores eruditos antigos, o conceito de “desprezo pelo trabalho” difundiu-se e genera-



lizou-se. A historiografia marxista (e.g. Ste.Croix) viria a consagrar esse viés e apenas recentemente tem-se proposto uma leitura menos parcial dos documentos antigos.

2. Demóstenes refere-se ao funcionamento de oficinas. Quais suas características?

Demóstenes define-as como “firmas” especializadas, produzindo facas e camas. Reuniam, respectivamente, trinta e vinte escravos. Sua administração estava nas mãos de intendentess. Chama atenção, na descrição, o uso da mão-de-obra escrava em larga escala, até mesmo para a gerência dos estabelecimentos, e a preocupação com o lucro (*kerdos*). A produção de mercadorias dependia, portanto, da escravidão, ainda que objetivos eminentemente econômicos, em busca do lucro, estivessem na sua base. A maior parte dos autores modernos considera que essa associação íntima entre lucratividade e mão-de-obra escrava era indispensável no mundo antigo. Daí sua definição como “sociedade escravista” ou, na terminologia marxista, “formação social dominada pelo modo de produção escravista”. A própria noção de lucratividade foi colocada em questão por aqueles que caracterizam a organização econômica antiga como “não racional”, à diferença do capitalismo baseado na mão-de-obra assalariada. Os cálculos de Demóstenes, contudo, parecem demonstrar que escravidão e cálculo econômico não se contrapunham.

3. Estrabão, em sua descrição de Alexandria, trata do comércio da cidade. Como podemos defini-lo?

Estrabão refere-se ao grande valor das mercadorias comerciadas em Alexandria. Esse comércio, centrado em uma cidade excepcional, comparável apenas a Roma, por sua grandeza, demonstra que o mundo antigo possuía disparidades regionais enormes. A importância comercial de Alexandria ressalta, também, o papel do Estado pois, tendo surgido por iniciativa de Alexandre, continuou a desenvolver-se, graças, em grande parte, à sua situação política.

4. Reflita sobre a noção de beleza de Plotino.

Plotino, filósofo neoplatônico do século III d.C., enfatiza que o belo (*to kalon*) encontra-se, em primeiro lugar, na vista (*en opsei*). Para tanto, é necessária a composição, a junção, sob medida, de diferentes elementos (*symmetria*). Apenas este conjunto (*syntheton*) pode ser belo e as suas partes não são, necessariamente e em si mesmas, bonitas. Essas idéias de Plotino dão continuidade a uma longa tradição que enfatizava a complexidade da articulação proporcional, em todas as esferas da vida, da arquitetura à literatura.

5. Reflita sobre a relação entre os aposentos e as classes sociais, a partir do texto de Vitruvius.

A noção de espaço privado, destinado à família (familiares e serviçais), e espaço de recepção (*communia cum extraneis*), aberto aos outros, ordena a distribuição dos aposentos. Assim, as pessoas comuns (*qui communi sunt fortuna*) não precisam de aposentos suntuosos para visitas. Esta, portanto, é uma diferenciação social entre os proprietários mais ou menos abastados. Há, ainda, diferenças funcionais: os que vivem do lucro do campo (*fructibus rusticis*), necessitarão de aposentos específicos. Os magistrados exigem vestíbulos nobres (*vestibula regalia*). Note-se que as habitações populares não são sequer citadas por Vitrúvio.

6. A descrição petroniana da decoração da casa de um liberto novo-rico, Trimalcião, procura ressaltar seu gosto popular. Disserte a esse respeito.

Petrônio mostra que sua personagem, um forro enriquecido, traía suas origens humildes. Sua ênfase no trabalho contrastava com o desprezo aristocrático pelas atividades econômicas (cf. Xenofonte, acima). As pinturas eram por demais explícitas e explicadas, contando até com letreiros, referindo-se, diretamente, ao dono da casa e à sua vida. A associação de temas clássicos e eruditos, com a *Ilíada* e a *Odisséia* ao popularíssimo combate de gladiadores, também procura enfatizar a mescla de valores eruditos e populares no liberto enriquecido.

### Atividades propostas

1. O texto de Xenofonte utiliza termos cujo sentido, em grego, difere do seu uso moderno como, por exemplo, *arte*, *ócio*, *vida pública*, *país*. Discorra sobre seus significados originais e quais as implicações decorrentes.

2. Xenofonte cita a importância do campo (*khora*) para a cidade grega. Procure, com bibliografia auxiliar, analisar a relação entre área urbana e rural na composição da cidade grega.

3. A partir do texto de Demóstenes, reflita sobre a situação social do liberto ou forro na organização econômica grega.

4. Procure, com consulta à bibliografia auxiliar, esclarecer o significado e valor das moedas citadas no texto de Demóstenes.

5. Pesquise o papel de Alexandre e dos Estados helenísticos na criação e desenvolvimento de cidades gregas no Oriente.

6. Reflita sobre a noção de corpo (*soma*) no raciocínio de Plotino.

7. Reflita sobre os aposentos associados aos magistrados: átrios, peristilos, bibliotecas, basílicas.

8. Diversas divindades são citadas por Petrônio, em seu trecho sobre a decoração da casa de Trimálquio. Analise o significado de cada uma delas.

## EXPERIMENTOS

## Poema "O Ovo", atribuído a Símias de Rodes (ca. 300 a.C.)

## ΣΙΜΙΟΤ ΩΝ

11

Κωτίλας  
τῇ τᾷδ' ἔτρινον νῖον  
πρόφρων δὲ θυμῷ δίζο' δὴ γὰρ ἄγνως  
τὸ μὲν θεῶν ἐριβόας Ἑρμῆς ἔκλειε κάρυξ  
ἔνωγε δ' ἐκ μήτρου μονοβάμενος μέγαν πάροιθ' αἰεῖν 5  
θεῶσι δ' ὕπερθεν ὤκα λείχριον φέρον νεύματα δῶν ἀποράδων κίφουσας  
θεῶσι το' αἰόλαις νεβροῖς κῶλ' ἀλλάσσων ὀρειπόδων ἰλάφων τέκεσσαν  
κῶσαι κραιπνοῖς ὑπὲρ ἔκρων ἱμεναὶ πρὸς λόφων κατ' ἐρθμίας ἴχνος τιθῆναι  
καὶ τις ὠμόθυμος ἐμφίπαικτον αἰψ' αὐδᾶν θῆρ ἐν κόλπῳ διεξάμενος θαλαμῶν μυχοιτάτῳ  
ἄῤιτ' ὤκα βοᾷς ἀκοᾶν μεθέπων, δγ' ἄφαρ λάσιον νεφελῶν ἄν' ὀρίων ἔσσεται ἔγκος 10  
ταῖσι δὲ δαίμων κλυτὰς ἴσα θεοῖς δουρίων πρὸς πολέεσσιν αἰετὶς μέτρα μολπᾶς  
βίμφα πετρώκοιτον ἐκλιπὼν ὄρουσ' αὐδᾶν, ματρὸς πλαγκτὸν μαϊόμενος βαλλίαι ἐλείντικος  
βλαχαὶ δ' εἶον πολυβότων ἄν' ὀρίων νομὸν ἴβαν τανυσφύρων ἐς ἄν' ἔντρα Νυμφῶν  
ταὶ δ' ἀμβρότῳ πόθῳ φίλαι ματρὸς βῶοντ' αἰψά μεθ' ἡμερόεντα μαζόν  
ἴχνει θίνων . . . ταν παναίολεον Πιερίδων μονόδουπον αὐδᾶν 15  
ἀριθμὸν εἰς ἔκραν δεκάδ' ἰχνίων κόσμον νέμοντα ρυθμῶν  
φύλ' ἐς βροτῶν, ὑπὸ φίλαις ἐλῶν πτεροῖσι ματρός  
λίγειδ' μιν κἀμ' ἴφι ματρὸς ὤδῃ  
Δωρίας ἀηθέριος  
κωνίον.

Original grego, na ordem figurada: Figura 11

Κωτίλας  
ματρίσι  
τῇ τᾷδ' ἔτρινον νῖον  
Δωρίας ἀηθέριος  
πρόφρων δὲ θυμῷ δίζο' δὴ γὰρ ἄγνως 5  
λίγειδ' μιν κἀμ' ἴφι. ματρὸς ὤδῃ  
τὸ μὲν θεῶν ἐριβόας Ἑρμῆς ἔκλειε κάρυξ  
φύλ' ἐς βροτῶν, ὑπὸ φίλαις ἐλῶν πτεροῖσι ματρός  
ἔνωγε δ' ἐκ μήτρου μονοβάμενος μέγαν πάροιθ' αἰεῖν  
ἀριθμὸν εἰς ἔκραν δεκάδ' ἰχνίων κόσμον νέμοντα ρυθμῶν. 10  
θεῶσι δ' ὕπερθεν ὤκα λείχριον φέρον νεύματα δῶν ἀποράδων κίφουσας  
ἴχνει θίνων . . . ταν παναίολεον Πιερίδων μονόδουπον αὐδᾶν,  
θεοῖσι το' αἰόλαις νεβροῖς κῶλ' ἀλλάσσων ὀρειπόδων ἰλάφων τέκεσσαν  
ταὶ δ' ἀμβρότῳ πόθῳ φίλαι ματρὸς βῶοντ' αἰψά μεθ' ἡμερόεντα μαζόν,  
κῶσαι κραιπνοῖς ὑπὲρ ἔκρων ἱμεναὶ πρὸς λόφων κατ' ἐρθμίας ἴχνος τιθῆναι 15  
βλαχαὶ δ' εἶον πολυβότων ἄν' ὀρίων νομὸν ἴβαν τανυσφύρων ἐς ἄν' ἔντρα Νυμφῶν  
καὶ τις ὠμόθυμος ἐμφίπαικτον αἰψ' αὐδᾶν θῆρ ἐν κόλπῳ διεξάμενος θαλαμῶν μυχοιτάτῳ  
βίμφα πετρώκοιτον ἐκλιπὼν ὄρουσ' αὐδᾶν, ματρὸς πλαγκτὸν μαϊόμενος βαλλίαι ἐλείντικος  
ἄῤιτ' ὤκα βοᾷς ἀκοᾶν μεθέπων, δγ' ἄφαρ λάσιον νεφελῶν ἄν' ὀρίων ἔσσεται ἔγκος  
ταῖσι δὲ δαίμων κλυτὰς ἴσα θεοῖς δουρίων πρὸς πολέεσσιν αἰετὶς μέτρα μολπᾶς. 20

Original grego, na ordem de leitura: Figura 12

## O Ovo

13

Acolhe  
da fêmea canora  
este novo urdume que, animosa  
Tirando-o de sob as asas maternas, o ruidoso  
e mandou que, de metro de um só pé, crescesse em número  
e seguiu de pronto, desde cima, o declive dos pés errados  
tão rápido, nisso, quanto as pernas velozes dos filhotes de gamo  
e faz vencer, impetuosos, as colinas no rastro da sua nutriz querida,  
até que, de dentro do seu covil, uma fera cruel, ao eco do balido, pule  
mãe, e lhes saia célere no encalço pelos montes boscosos recobertos de neve.  
Assim também o renomado deus instiga os pés rápidos da canção a ritmos complexos.  
do chão de pedra pronta a pegar alguma das crias descuidosas da mosqueada  
balindo por montes de rico pasto e grutas de ninfas de fino tornozelo  
que imortal desejo impele, precipites, para a ansiada teta da mãe  
para bater, atrás deles, a vária e concorde ária das Piérides  
até o auge de dez pés, respeitando a boa ordem dos ritmos,  
arauto dos deuses, Hermes, jogou-a à tribo dos mortais,  
e pura, ela compôs na dor estrídula do parto.  
do rouxinol dórico  
benévolo.

Tradução de José Paulo Paes (1994): figura 13

## Comentários

Esse poema encontra-se na chamada Antologia Palatina. As antologias gregas eram coletâneas de epigramas, ou pequenos poemas elegíacos, sobre diversos assuntos e por diversos autores. No século XVII, descobriu-se, em Heidelberg, na Biblioteca Palatina, um conjunto de poemas escritos por 320 autores. Após a soma de diversos poemas de várias proveniências, formou-se a moderna Antologia Palatina, com mais de seis mil obras, datados do século VII a.C. ao X d.C. Pouco se sabe sobre o autor, Símias, um erudito helenístico. Esse poema tem sido designado pelo termo *technopaignia* ou *carmen figuratum*. O termo grego refere-se a “brincadeiras (*paignia*) engenhosas (*technai*)” ou artísticas. Na verdade, contudo, o termo *technopaignion* foi usado apenas muito tardiamente, por Ausônio (310-395 d.C.) para designar hexâmetros que começam e terminam em monossílabos (Gow 1950:522). Modernamente, o termo passou a designar poemas com a forma de algum objeto (*carmen figuratum*). Note-se que *technopaignia*, sendo neutro plural, deve ser usado, em vernáculo, com o masculino plural (“os *technopaignia*”).

Esse poema, tanto por seu caráter incomum, enigmático (*paignion*), erudito e obscuro (Buffiere 1970:116;210), como por unir forma e conteúdo (poema “O Ovo” em forma de ovo), tem sido apreciado desde o segundo século a.C. (Wilamowitz 1899:92). Ainda permanece clássica sobre o assunto a tese de doutoramento de Karl Haeberlin (1886). José Paulo Paes, juntamente com a tradução poética apresentada acima, propôs uma interpretação poética da obra. Segundo Paes, o rouxinol simbolizava a poesia e o canto, ambos na origem mais remota da própria poesia. “O Ovo” remonta aos princípios da poesia. A leitura do texto, alternando os versos, segue a forma, de fora para dentro, do ovo:

“Acolhe benévolo, da fêmea canora do rouxinol dórico, este novo urdume que, animosa e pura, ela compôs na dor estrídula do parto. Tirando-o sob as asas maternas, o ruidoso arauto dos deuses, Hermes, jogou-o à tribo dos mortais e mandou

que, de metro de um só pé, crescesse em número até o auge de dez pés, respeitando a boa ordem dos ritmos, e seguiu de pronto, desde cima: o declive dos pés erradios para bater, atrás deles, a vária e concorde ária das Piérides, tão rápido, nisso, quanto as pernas velozes dos filhotes de gamo que imortal desejo impele, precípite, para a ansiada teta da mãe e faz vencer, impetuosos, as colinas no rastro da sua querida nutriz, balindo por montes de rico pasto e grutas de ninfas de fino tornozelo, até que, de dentro do seu covil, uma fera cruel, ao eco do balido, pule do chão de pedra pronta a pegar alguma das crias descuidosas da mosqueada mãe e lhes saia célere no encalço pelos montes boscosos recobertos de neve. Assim também o renomado deus instiga os pés rápidos da canção a ritmos complexos” (tradução literária de José Paulo Paes).

O trilo do rouxinol converte-se, ao desovar, em ovo, urdume, o próprio poema em forma de ovo. No princípio o ovo tem apenas um pé (primeira e última linhas), crescendo, em direção ao centro, até ter dez pés. Hermes, deus das adivinhações e dos viajantes doa a poesia à Humanidade, tanto por ser o primeiro deus protetor das artes como por sua rapidez, refletida no crescimento do ovo métrico. “Num eterno vaivém, a configuração ovalada do poema nos envia sempre de volta ao ovo do começo, pois na poesia como na vida não há começo nem fim. Fim é o recomeço e recomeço fim” (Paes 1994).

A referência a Hermes é sintomática do carácter enigmático do poema: protetor da adivinhação popular, parece presidir à polissemia e subjetividade do texto. Particularmente carregada de sentido parece a atenção concedida à *mãe* (*mater*) e ao ovo enquanto “semente”. Também a forma do poema, representado na ordem de leitura, como na, figura acima, lembra um *seio*, referido como “teta” no poema. Alternam-se, portanto, referências à reprodução ovípara e mamífera, paralelas às imagens do ovo e da mama. O desejo impulsivo de mamar é representado pela própria imagem do seio e, também, pelo início da vida, na forma do ovo. A multiplicidade de leituras possíveis constitui ponto central na construção verbal, fônica e icônica do poema.



Grafite pompeiano, CIL IV, 8329 - Figura 14

Transcrição: *sseuera phelassss*

Tradução: Severa, chupas



Grafite CIL IV, 4950 - Figura 15

Transcrição: *baxxis domna*

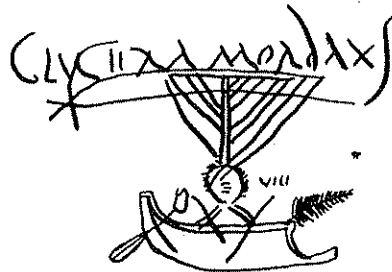
Tradução: senhora do pai (?)



Grafite CIL IV, 8991 - Figura 16

Transcrição: <n>auigiu<m> celeris

Tradução: Navio rápido.



Grafite CIL IV, 5120 - Figura 17

Transcrição: *glycera mordax s<alutem> uici*

Tradução: Glicera é mordaz, saudações, venci.

## Catulo, Poema 84

*Chommoda dicebat, si aundo commoda uellet  
Dicere, et insidias Arrius hinsidias,  
Et tum mirifice sperabat se esse locutum  
Cum quantum poterat dixerat hinsidias.  
Credo, sic mater, sic liber auunculus eius,  
Sic maternus auus dixerat atque auia.*

*Hoc misso in Syriam requierant omnibus aures;  
 Audibant eadem haec leniter et leuiter,  
 Nec sibi postilla metuebant talia uerba,  
 Cum subito adfertur nuntius horribilis  
 Ionios fluctus, postquam illuc Arrius isset,  
 Iam non Ionios esse, sed Hionios.*

Árrio dizia "rúbrica" em vez de rubrica  
 e por pudico "púdico" dizia  
 e achava que falava tão incrivelmente  
 que, se podia, "púdico" dizia.  
 Creio que assim a mãe, assim o tio liberto,  
 assim o avô materno e a avó falavam.  
 Foi à Hispânia e os ouvidos descansaram todos;  
 as palavras soavam leves, lindas  
 e tais palavras nunca mais ninguém temeu.  
 Súbito chega a horrída notícia:  
 os iberos, depois que Árrio foi para lá,  
 Iberos já não eram, eram "íberos".  
 (Tradução poética de João Ângelo Oliva Neto).

### Comentários

Algumas inscrições foram encontradas, em Pompéia, no tablino da Casa del Menandro. Amadeo Maiuri (1933) escavou esta mansão a partir de 1928 e as inscrições parietais foram publicadas, no conjunto, por Matteo della Corte sob os números 8310 a 8357 do *Corpus Inscriptionum Latinarum vol.4*. O retrato do poeta Menandro, pintado ao fundo do peristilo, deu o nome à vila, embora saibamos, por um selo de bronze, que seu último dono foi Q. Poppaeus Sabinus. A suntuosidade, tanto do edifício como dos objetos artísticos encontrados na casa, chamou a atenção dos estudiosos, assim como o grande número de inscrições parietais. Estas atestam a presença, no interior da construção, de um grande número de visitantes, seguramente os *clientes* ou agregados dos proprietários.

A inscrição de número 8329 constitui-se em exemplo único de uma criação fônica, verbal e icônica. Este *hapax* passou despercebido ao editor original, cuja transcrição apenas chegou a identificar as letras utilizadas: *Sseuera/phelassss, initio et fine s reduplicata, phi pro f posita* ("Sseuera/phelassss, os esses reduplicados ao início e ao fim, ph usado no lugar de f"). Na verdade, a multiplicação da letra *s* e a substituição do *f* pela letra grega *phi* fazem parte de uma mais ampla construção gráfica. O autor apresenta, a um só tempo, uma mensagem verbal que



se reapresenta em nível fônico e icônico. O grafite constrói uma imagem de Severa e do homem por meio de múltiplas mediações (Figura 18).

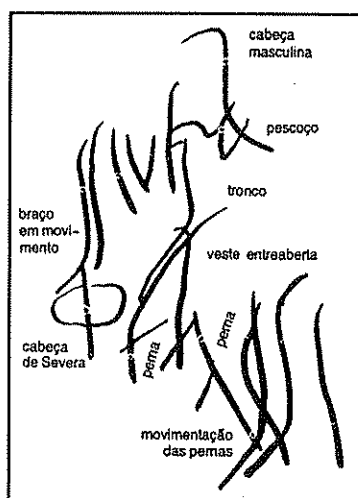


Figura 18

Na série de grafites pompeianos de navios (e.g. CIL IV, 4742, 4755, 8020, 8030, 8991), esta primeira inscrição também une o desenho de um barco a uma mensagem verbal. Na maioria das vezes, trata-se de uma assinatura mas, nesse caso, o autor parece ter escrito *batris domna*, “senhora do pai”. Ambas as palavras apresentam vulgarismos claros: *domna* por *domina* é uma alteração usual da língua popular (Vaananen 1937: 73), enquanto *batris* por *patris* apresenta a alteração menos usual de *p* por *b* (cf. Vossler 1954: 101; Grandgent 1970:199; Battisti 1949: 156). Sem o contexto original torna-se muito difícil supor a que se refere a inscrição, quem seria a senhora ou o pai. Pode supor-se, por exemplo, que a frase fosse *video uel scribo navem patris dominam*, “vejo ou desenho a nave dona do pai” cujo sentido continuaria obscuro. O mais interessante, contudo, refere-se ao caráter popular do desenho.

O grafite CIL IV, 8991 apresenta, também, um tom popular claro, a começar pelo uso de *naugium* no sentido de barco, já que a palavra erudita era *navis* (cf. Ulpiano no Digesto, 43, 12, 1, 14: *naugium solemus dicere etiam ipsam nauem*, “costumamos chamar a nave de navio”). Além disso, a ausência do *m* final de *naugium* remete à perda da pronúncia da letra *m* final. Em CIL IV, 5120 um barquinho a vela para competições esportivas apresenta um grande mastro e grande vela triangular. As dimensões da vela, um pouco superdimensionadas, denotam sua importância para a competição (Vivolo 1993:195). A vitória está representada pela coroa, ao centro, e pela palma, à direita, assim como pela mensagem verbal, “venci”. Glicerá, chamada de “mardaz”, é citada, também em outro grafite, na mesma parede, (CIL IV, 5120) e o autor do grafite pode ter vencido uma corrida de barcos cujo resultado Glicerá poderia ter posto em dúvida.

Em todos esses exemplos, as paredes foram utilizadas por populares para desenhar figuras com a utilização apenas do estilete. Expressões estéticas simples, mas originais e de grande difusão, revelam os experimentos estéticos da gente simples.

O poema de Catulo, apresentado em seguida aos grafites, trata, de maneira jocosa, da afetação erudita por parte de pessoas de origem humilde. Arrio, segundo Cícero (*Bruto*, 242), era *infimo loco natus*, “de nascimento humilíssimo” e o poema satiriza a falsa correção da pronúncia de certas palavras, inserindo a aspiração, representada pela letra *h* adicionada no início de palavras começadas por vogal: por exemplo, *hinsidias*, quando a pronúncia erudita e etimológica da palavra era, simplesmente, *insidias*. A tradução poética de João Angelo Oliva Neto procurou recriar, no vernáculo, esse fenômeno de hipercorreção, ironizando a afetação derivada da acentuação proparoxítona de palavras paroxítonas. A crítica social às classes baixas aparece, ainda, ao caracterizar o tio da personagem criticado com a palavra *liber*, pois esse termo dá a entender que o tio “pretendia ser de nascimento livre”, quando, na verdade, não o era. De qualquer forma, esse poema demonstra, também, um dos experimentos eruditos com o trocadilho e com o jogo de palavras.

### Luciano de Samosata, *A dupla acusação*, capítulo 1

Zeus — Que se danem todos os filósofos que dizem não haver senão felicidade para os deuses! Na verdade, se soubessem o que suportamos por causa dos homens, não quereriam provar nosso néctar e nossa ambrosia, confiando em Homero, cego e impostor, ao nos descrever como bem aventureiros, contando tudo que acontece no céu: nem o que se passava na terra podia enxergar, bem na sua frente! Assim, este Sol nem bem atrelou seu carro e já está ocupado a percorrer todo o céu, o dia todo. Vestido de fogo, mostra seus raios sem ter tempo, como se diz, nem mesmo para coçar a orelha pois, se se descuidasse, por só instante, e relaxasse a atenção, seus cavalos, deixando o caminho, agitariam todo o Universo! Apolo, por seu lado, com a profissão tão absorvente que escolheu, está já quase surdo, de tanto ouvir todos que lho importunam com pedidos de oráculos. Num momento, deve estar em Delfos, logo depois, corre para Colofonte, dali para Xantos. Correndo, vai a Claros, depois a Delos e às Brânquidas. Em todo lugar que uma profetisa, após ter bebido a água consagrada, mascado o louro e ter-se dirigido ao tripé, pedindo-lhe que se manifeste, Apolo tem de correr para resolver cada um dos oráculos, se não quiser arruinar o prestígio do seu ofício. E para que falar dos Ventos, ocupados na movimentação das plantas, dos navios, dos joieiros, graças ao seu sopro? Ou, então, o Sono, que se ocupa de todos, ou o Sonho, que acompanha o Sono, à noite, e lhe traz suas revelações? Esses são os muitos trabalhos aos quais se dedicam os deuses por amor da humanidade, cada qual ajudando a vida, na terra, a seu modo. Contudo, os afazeres dos outros deuses são coisa pequena, comparados aos desprazeres que eu, rei e pai de todos os seres,

tenho de suportar! Quantos problemas tenho de resolver, dividido que estou entre múltiplas preocupações!

**Carta de Alexandre aos habitantes de Quíos, RIG 33,  
"A nova realidade citadina"**

Deisiteo exercendo a pritania, do Rei Alexandre ao povo de Quíos. Os exilados originários de Quíos retornarão todos. Nomógrafos serão eleitos para redigir e refazer as leis, de maneira a retirar tudo que fira a democracia e o retorno dos exilados. As redações e correções serão submetidas a Alexandre. Os habitantes de Quíos fornecerão vinte trirremes armadas, à sua custa: essas trirremes navegarão pelo mesmo tempo que o restante da marinha dos gregos. Aqueles que entregaram a cidade aos bárbaros, aqueles que fugiram, serão banidos de todas as cidades que assinaram a paz e serão passíveis de prisão, segundo a decisão dos gregos. Os que ficaram serão processados e julgados pelo sínédrio dos gregos. Se ocorrerem disputas entre os que ficaram e os que retornam, serão julgados por nós. Até que os habitantes de Quíos tenham preparado sua constituição, haverá uma guarnição militar, do Rei Alexandre, grande o suficiente e custeada pelos locais.

**Papiro Egípcio (259-8 a.C.), trechos entre col.47 e col.52,  
"Aspectos comerciais do monopólio de óleo no Egito"  
(in Imbert *et alii* 1963:113-4)**

Col.47,1.10 O procurador do ecônomo e do antígrafo listará os mercadores locais e dos retalhistas e, de acordo com os administradores do arrendamento, combinará com eles a quantidade de óleo de sésamo e de rícino que receberá para a venda quotidiana. Em Alexandria, celebrarão um acordo com os grandes comerciantes e escreverão em um contrato cada uma das cláusulas, com os comerciantes do país e com aqueles de Alexandria...

Col.48,1.1 ...A quantidade de óleo de sésamo e de rícino que os comerciantes locais e os retalhistas que tiverem se comprometido a vender em cada aldeia, o ecônomo e o antígrafo a entregarão, antes do começo do mês, em cada aldeia. Entregarão o óleo a cada cinco dias, recebendo o pagamento, se possível, no mesmo dia, ou no máximo ao cabo dos cinco dias. Pagarão ao banco real, descontando da conta do arrendamento, o custo do transporte. A quantidade que foi estabelecida para o aluguel de cada um será colocada em adjudicação, dez dias antes do início do mês. O resultado será inscrito e afixado, durante dez dias, na metrópole do nomo, bem como na aldeia, e celebrarão um contrato...

Col.50,1.6 ...Sob nenhum pretexto, não se importará óleo para Alexandria, a não ser para o empório real. Aqueles que importarem mais do que o suficiente para o consumo pessoal de três dias terão a mercadoria e o veículo apreendidos, devendo pagar, ainda, uma multa de cem dracmas por metreta...

Col.52,1.7...Não é permitido importar óleo, ao Egito, para venda, nem de Alexandria, Pelúsia ou qualquer outro lugar. Todos os que o fizerem terão o óleo confiscado e serão multados à razão de cem dracmas por metreta, e se há mais ou menos, na devida proporção. Se alguns importarem óleo estrangeiro para uso pessoal, deverão registrar a movimentação, em Alexandria, e pagar doze dracmas por metreta, e se há mais ou menos, na devida proporção. Apenas poderão circular com um recibo. Aqueles que o fizerem por Pelúsia deverão, igualmente, pagar a taxa em Pelúsia e portar o recibo. Os agentes que recebam esses impostos em Alexandria ou Pelúsia depositarão o valor nas contas dos nomos de destino do óleo. Aqueles que, transportando óleo importado para uso pessoal, não tiverem pago o imposto, nem tenham recibo, terão o óleo confiscado e pagarão uma multa de cem dracmas por metreta. Os importadores que trouxerem óleo estrangeiro ou sírio de Pelúsia para Alexandria estarão isentos de impostos. Mas receberão um atestado do recebedor de Pelúsia e do ecônomo, como prevê a lei...

### Epigramas, *Antologia Palatina*, 14, "Diversos enigmas"

Enigma 22: Não fale, e dirá meu nome. Deve falar? Pois, grande maravilha, ao falar, falará meu nome.

*Resposta: o silêncio.*

Enigma 29: Apenas eu tenho relação com mulheres a pedido dos seus próprios maridos.

*Resposta: clister.*

Enigma 35: Faço parte do homem: o ferro corta-me. Se for tirada uma letra, o sol se põe.

*Reposta: ônyx, unha. Tira-se a letra o e temos nyx, noite.*

Enigmas 40 e 41: Há duas irmãs; uma dá à luz a outra, e esta dando à luz a outra, nasce dela, de forma que são irmãs e do mesmo sangue, irmãs e mães ao mesmo tempo. 41 Trago a minha mãe e nasço dela, às vezes maior, outras menor, que ela.

*Resposta: Dia e Noite.*

## Marcial, *Epigramas*

1,27: Na noite passada, disse-lhe, creio que após dez doses, para vir cear comigo, hoje, Procilo. Você considerou que estava tudo acertado e guardou bem minhas palavras insôbrias, algo muito perigoso! Detesto um companheiro com boa memória, Procilo!

1,73: Não havia ninguém, em toda a cidade, que quisesse tocar sua mulher, Cecílio, de graça, quando era possível: agora, contudo, que a cercou de guardas, há uma turba de interessados. Você é um homem inteligente!

1,74: Ele era seu amante: isto você podia negar, Paula. Agora, que ele é o seu marido, pode negá-lo?

1,84: Quirinális não pensa que deva ter uma esposa, embora queira filhos; descobriu um meio de consegui-lo: possui escravas e enche a casa e o campo com eqüestres de produção doméstica. Quirinális é um verdadeiro pai de família!

2,8: Se algum poema, nestas páginas, parece-lhe, leitor, muito obscuro ou expresso em um latim frouxo, o erro não é meu: o copista estragou-o na pressa de apresentar-lhe o texto. Se você pensa que não foi ele, mas eu, que errei, concluirei que lhe falta inteligência. "Veja, são ruins mesmo!", como se negasse o óbvio. São, efetivamente, ruins, mas você não faria melhores.

2,68: Porque lho saúdo, agora, pelo seu nome, quando, antes, lhe chamava de "rei" e "senhor", não me chame de insolente: comprei meu solidéu da liberdade à custa de todos os meus bens. "Reis" e "senhores" deve ter alguém que não possui a si mesmo e que cobiça aquilo que os reis e os senhores cobiçam. Se você pode suportar não ter um escravo, Olo, pode, também, agüentar não ter um rei.

2,82: Por que cortar a língua e crucificar seu escravo, Pôntico? Você não sabe que o povo fala aquilo que ele cala?

3,8: Quinto ama Taís. Que Taís? A caolha.

A Taís não tem um olho, ele, dois.

3,33: Prefiro uma mulher livre, mas se me for negada, a mais próxima será uma forra: em último lugar, estará a escrava. Esta vencerá as outras duas, contudo, se tiver uma face de mulher livre.

3,34: Observe estes peixes esculpidos com a arte de Fídias: adicione água e nadarão!

3,51: Quando lho cumprimento na face, quando admiro suas pernas e mãos, costuma dizer-me, Gala: "nua agradarei ainda mais". Mas sempre evita banhar-se comigo. Não teme, espero, que eu não lhe agrade!

3,96: Chupa, não come, a minha garota, e tagarela como amante e ganhão. Se lhe pego, Gargúlio, você se calará.

4,12: Taís, a ninguém se nega. Se não se envergonha disso, ao menos envergonhe-se de *nada* negar.

### Suetônio, *A vida dos doze Césares*, Vida de Júlio César, 40-43, "Reformas"

40. Voltando-se, depois, para a reorganização da coisa pública, César corrigiu o calendário que, há muito, graças aos abusos dos pontífices que intercalavam dias, estava em desordem. Assim, a festa da colheita já não caía no verão nem a da vendímia no outono. Ajustou o ano ao curso solar, estabelecendo um ano de 365 dias, eliminou o mês intercalar e adicionou apenas um dia a cada quatro anos. Para conseguir a concordância das datas, a partir das calendas de janeiro do ano seguinte, acrescentou dois meses intercalares entre novembro e dezembro. Desta maneira, no ano da reforma, o ano teve quinze meses, contando-se o mês intercalar tradicional daquele ano.

41. Completou o senado, escolheu novos patrícios, aumentou o número de pretores, edis, questores, e de magistrados menores. Reabilitou cidadãos cujos direitos foram limitados pelo censor ou que foram condenados, por juízes, por disputas. Dividiu com o povo o direito de escolher os magistrados decidindo que, à exceção do consulado, a metade seria eleita dos candidatos do povo e os outros seriam designados por ele. Nomeava esses candidatos por meio de cartas enviadas aos tribunos com a seguinte fórmula: "O ditador César, a tal tribo. Recomendo que fulano e beltrano tenham a honra de receber os seus votos." Puderam exercer cargos mesmo filhos de proscritos. Na Justiça, manteve apenas duas categorias de juízes, de ordem eqüestre e de ordem senatorial, eliminando a terceira categoria, aquela dos tribunos do tesouro. O povo foi recenseado, não segundo o costume e lugar habitual, mas em cada bairro, pelos donos dos edifícios populares e dos trezentos e vinte mil plebeus que recebiam trigo do Estado, retirou cerca de cento e cinqüenta mil. Além disso, para evitar futuros problemas, estabeleceu que, a cada ano, o pretor substituiria os mortos por meio do sorteio entre os plebeus que não fossem beneficiários.

42. Distribuiu oitenta mil cidadãos em colônias transmarinas. Para garantir que a cidade de Roma não ficasse despovoada, proibiu a todo cidadão de mais

de vinte e menos de sessenta anos, à exceção dos que servissem no exército, ficar mais de três anos fora da Itália. Proibiu os filhos de senadores de se ausentarem a não ser que estivessem acompanhando um comandante militar ou magistrado. Obrigou que os pastores tivessem, ao menos, um terço dos criadores púberes livres de nascimento. Aos médicos e profissionais liberais atuantes em Roma conferiu a cidadania, a fim de fixá-los aí e atrair outros profissionais. A respeito das dívidas, desiludiu aqueles que esperavam seu perdão mas, para resolver o problema, determinou que os devedores pagassem seus credores avaliando suas propriedades aos preços em vigor antes das guerras civis e deduzindo de suas dívidas os juros, em dinheiro ou em bens. Dessa forma, as dívidas diminuíram em cerca de um quarto. Todas as associações foram dissolvidas, à exceção das tradicionais. Tornou as penas mais pesadas e como os ricos, ao serem condenados, costumavam exilar-se, sem comprometer seu patrimônio, decidiu, segundo Cícero, que os parricidas teriam seus bens confiscados e os outros delitos seriam punidos com a confiscação de metade dos seus bens.

### Atividades encaminhadas

1. Comente a ironia de Luciano em relação aos deuses.

Luciano (século II d.C.) notabilizou-se como sofista e orador irônico, em particular em relação aos filósofos e à mitologia (cf. Brandão 1988). Neste trecho, sua retórica volta-se aos deuses, comparados a funcionários encarregados de satisfazer um público exigente. Zomba, abertamente, dos oráculos, tão procurados pelo público (Brandão 1991:112-3 *et passim*). Ridiculariza, também, a leitura mitológica de entidades como o Sono e o Sonho. Note-se, de qualquer forma, que suas críticas voltavam-se para práticas correntes entre a população comum.

2. A Carta de Alexandre aos habitantes de Quíos refere-se a uma nova realidade para as cidades. A partir do texto citado, quais suas características?

Alexandre, denominado *basileos* (Rei), apresenta-se como mantenedor da tradição de organização constitucional da cidade (*politeia*) e restaurador da democracia. A redação final da constituição, contudo, estava sujeita à sua aprovação e a cidade devia contribuir para o exército real. As cidades gregas, antes totalmente autônomas, passam a fazer parte de um Império. Perdem aquilo que, tradicionalmente, foi apanágio da liberdade cidadã: o exército que possibilitava manter a autonomia. Por outro lado, os Estados helenísticos e, mais tarde, a administração romana, procurarão preservar as regras de funcionamento das cidades, suas magistraturas e leis. Este trecho retrata bem estes dois aspectos da cidade helenística: autonomia legislativa interna, mas ausência de política externa e militar.

3. Reflita sobre o controle estatal do comércio, a partir do papiro egípcio citado acima.

O papiro refere-se a comerciantes privados, mas estabelece controle estatal para o comércio de azeite. O pagamento de impostos e o controle, por meio de recibos, das transações exigia o uso, mais ou menos extensivo, da escrita. Assim, a economia helenística mesclava, estreitamente, a produção e comércio privados e o controle estatal e exigia, ao mesmo tempo, uma extensão do uso da escrita.

4. Quais as principais características dos enigmas citados na Antologia Palatina?

Os enigmas ligam-se à tradição popular na sua forma e conteúdo. Frases simples, referentes ao cotidiano, baseiam-se no trocadilho e na associação de idéias. A repetição de palavras, mantida na tradução propositadamente, demonstra essa origem vulgar (e.g. "ao falar, falará meu nome", número 22). O jogo de palavras, como no número 35 (*onyx* – *nyx*) também remete à forja popular. A compilação dessas charadas, contudo, demonstra que, embora vulgares, eram apreciadas, igualmente, pela elite.

5. Quais as características mais marcantes dos epigramas de Marcial?

Alguns epigramas são muito simples, à maneira popular, como aquele sobre Taís: *Quinto ama Taís. Que Taís? A caolha. A Taís não tem um olho, ele, dois* (3,8). Outros são bastante mais elaborados. Isso significa que seu público erudito gostava tanto de zombarias ao estilo vulgar como composições mais elaboradas. O uso do baixo calão, por seu lado, fazia de seus epigramas uma leitura mais pesada do que a usual, mesmo em se tratando de situações irônicas e cômicas. Nesse sentido opõe-se, frontalmente, a um autor, igualmente mordaz, como Petronio.

6. Reflita sobre as reformas de César e sua significação.

Suetônio trata de diversos aspectos das atividades reformadoras de César, a começar pelo calendário, passando pelas mudanças políticas e, finalmente, socioeconômicas. Júlio César, seguindo a tradição helenística, inaugurava, em Roma, uma política de intervenção pessoal e estatal que viria a desembocar no Principado, a partir de Augusto. Sua dissolução das associações (*collegia*) que não fossem tradicionais podia parecer, em um primeiro momento, paradoxal, considerando-se sua atuação junto aos chamados "populares". No entanto, insere-se no contexto da substituição da política de massa pela política dos favores. As eleições são esvaziadas, enquanto a munificência do governante é reforçada. Embora o processo de transformações apenas fosse completado, muitos anos depois, por Otávio Augusto, iniciava-se, com César, uma nova etapa da história romana.



### Atividades propostas

1. Explique as características associadas aos personagens mitológicos citados por Luciano no trecho acima.
2. Procure contextualizar Luciano na Filosofia do período antonino.
3. Consultando fontes e bibliografia auxiliar, trate da definição de "democracia" a partir do período helenístico.
4. Pesquise e disserte sobre o estatuto legal da realeza helenística.
5. Exponha quais os principais usos do óleo, a que se refere o papiro egípcio, na Antiguidade Clássica.
6. Relacione quais realidades retratadas nos enigmas citados referem-se à vida quotidiana do homem comum.
7. Disserte sobre o uso dos termos "rei" (*rex*) e "senhor" (*dominus*) por parte de Marcial em seu epigrama (2,68).
8. Analise a violência verbal de Marcial contra a mulher e procure contextualizá-la nas transformações literárias e sociais de sua época.
9. Uma série de magistraturas é citada, por Suetônio, no trecho sobre as reformas de César. Descreva quais suas características na República e, depois, no Principado.
10. César, segundo Suetônio, preocupou-se com a atração, para Roma, de certos profissionais. Discorra sobre o papel da cidade no final da República e início do Principado.